UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: GEOGRAFIA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

A DUPLA DIMENSÃO DO ESPAÇO: RIO QUENTE E SUAS REDES

NORMA GISLENE URBAN GOMES

UBERLÂNDIA

2009

Norma Gislene Urban Gomes

A DUPLA DIMENSÃO DO ESPAÇO: RIO QUENTE E SUAS REDES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação Geografia- Mestrado-, do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de Concentração: Geografia e Gestão do Território.

Orientador: Prof. Dr. Júlio Cesar de Lima Ramires

Uberlândia - MG

INSTITUTO DE GEOGRAFIA

2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

Norma Gislene Urban Gomes

A DUPLA DIMENSÃO DO ESPAÇO: RIO QUENTE E SUAS REDES

_____

Prof. Dr. Júlio Cesar de Lima Ramires

_____

Profa. Dra. Denise Labrea Ferreira

_____

Prof. Dr.Fernando Luiz Araújo Sobrinho

Data: 20/Julho/2009

Resultado: _____

Dedico este trabalho aos meus pais que estiveram ao meu lado e em meu coração, aos meus filhos Raphael e Giulia que nas minhas ausências me apoiaram e se tornaram adultos. Meus queridos pais que estiveram em coração e em trabalhos infindáveis presentes nesta caminhada.

AGRADECIMENTOS:

Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Júlio Cesar de Lima Ramires por seu aporte teórico, sua paciência e sua total dedicação até a conclusão deste trabalho.

Meu especial agradecimento a secretária do curso de Geografia, em especial a Dilza que sempre durante esse tempo de curso, me atendeu de todas as formas possíveis e constantemente com a maior competência, cordialidade e gentileza.

Agradeço a FAPEMIG, que me proporcionou durante todo o ano de bolsa, a tranqüilidade para a realização deste trabalho e todas as pesquisas de campo que este trabalho exigiu.

À Professora Dra. Marlene Teresinha D. Muno Colesanti, diretora do Instituto de Geografia da UFU, pela atenção e receptividade.

Aos meus queridos professores do Instituto de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, Dra. Beatriz Ribeiro Soares, Dr. Rossevelt José de Oliveira, Dr. Willian Ferreira, que não só contribuíram imensamente para meu desempenho acadêmico, mas que me fizeram ser uma arquiteta apaixonada pela geografia, pelas cidades e pelo turismo.

Aos meus familiares, que estiveram comigo sempre, mesmo antes de oficialmente essa jornada ser iniciada, estão ao meu lado desde que depois de muito tempo meu desejo de voltar a estudar se manifestou e essa caminhada teve início.

Aos meus filhos, que souberam encarar minhas inúmeras ausências com maturidade, responsabilidade e com muita paciência. Foi uma experiência enriquecedora para nossas vidas e soubemos aproveitá-la ao máximo.

Agradeço a Victor Hugo pelo companheirismo e extrema dedicação, esteve ao meu lado nas inúmeras viagens para Uberlândia as cinco horas da manhã, sempre de bom humor e principalmente soube me apoiar nas horas de desanimo e de cansaço. Graças á sua presença e seu amor puder chegar até aqui e aproveitar ao máximo essa experiência maravilhosa.

Não tenho como agradecer meus inúmeros amigos, companheiros de estudo de trabalhos e de pesquisa de campo, sempre presentes durante toda minha jornada acadêmica. Só posso dizer que amigos assim, são para sempre.

...j´estime que La vie n´a de sens que quand on la pratique volontierrmente....
Se remetre entre lês mains de son créatur, c´est´annuler et mourrir.
Gaugin

RESUMO

Este trabalho é o resultado do estudo das relações em rede que se estabelecem entre um grande Resort, e um município de menos de 3000 habitantes no interior do estado de Goiás. A cidade de Rio Quente abriga em seu território a Pousada do Rio Quente Resorts, que é um dos maiores resorts da América Latina e recebe mais de um milhão de hospedes e visitantes por ano e movimenta milhões de reais neste período.

Esta relação é permeada de conflitos e gera uma interdependência única, estabelecida em seu território e que se reflete em suas configurações espaciais. Além dos conflitos gerados a partir dessas novas configurações espaciais estabelecidas, outras redes paralelas e dependentes passam a fazer parte e atuar neste espaço.

Redes de transportes de passageiros, visitantes e materiais de consumo, trabalhadores e prestadores de serviços, que foram ao longo do tempo se configurando e alterando o território do município.

Os caminhos abertos por todas essas redes imprimiram no território a marca do turismo que até a década de 1960 era uma atividade sem importância, e á partir de então passou a ser o principal meio de desenvolvimento para o município e para toda a região.

O turismo trouxe uma mudança radical no município, tanto em seus usos quanto em suas formas. Os usos que eram fundamentalmente um reflexo do meio rural, passa a ser submetido as novas regras impostas pelo olhar do visitante. O mesmo acontecendo com as formas da cidade, que cresceu e se reconfigurou a partir da verticalização intensa de suas construções. Verticalização esta imposta pelo resort que se apropriou de grande parte do território do município.

Compreender a atividade turística e suas formas de inclusão e exclusão sociais, e também suas relações de poder na produção do espaço turístico, implicam em estudos amplos e análises objetivas de vários fatores que atuam hora de forma direta e hora indiretamente.

Palavras-chave: Redes, Turismo, Resorts.

ABSTRACT

This work is the result of the study of the relationships in net that you/they settle down among a great Resort, and a city of less than 3000 inhabitants inside the state of Goiás. The city of Hot Rio shelters in its territory the Inn of Hot Rio Resorts, that is one of América Latin's largest resorts and it receives more than a million put up and visitors a year and it moves million of Real a year.

This relationship is permeated of conflicts and it generates an only interdependence, established in its territory and that is reflected in its space configurations. Besides the generated conflicts á to leave of those new established space configurations, other parallel and dependent nets start to do part and to act in this space.Nets of passengers' transports, visitors and consumption materials, workers and workers of services, that were along the time if configuring and altering the territory of the municipal district.

The roads opened by all those nets printed in the territory the mark of the tourism that to the decade of 1960 it was a factor without importance, and á to leave of then it became the main middle of development for the municipal district and for the whole area.

The tourism brought a radical change in the municipal district, so much in its uses as in its forms. The uses that were fundamentally a reflex of the rural way, it becomes submitted the new rules imposed by the visitor's glance. The same happening with the forms of the city, that it grew and if reconfiguration á to leave of the intense city grows up of its constructions. Grows up this imposed by the resort that appropriated of great part of the territory of the municipal district.

To understand the tourist activity and its inclusion forms and social exclusion, and also its relationships of power in the production of the tourist space, imply in wide studies and objective analyses of several factors that act indirectly hour in a direct way and hour. The tourism is at the present time one in the ways of larger meaning in the capital generation and that comes producing new and several geographical configurations and turning the contradictory space, so much for the action of the state, as for the of the companies, of the inhabitants from the position and mainly of the tourists.

Key words: Nets, Tourism, Resorts.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01 Grande Hotel, inaugurado em São Paulo em 1878 64
Figura 02 Hotel Esplanada, inaugurado em São Paulo em 1920 65
Figura 03 Vista do Teatro Municipal com o Hotel Esplanada em São Paulo na Década de 1920 66
Figura 04 Praias de Copacabana e Leme antes da construção do Hotel Copa-Cabana Palace 1910 67
Figura 05 Praia de Copacabana antes da construção do Hotel Copacabana Palace, 1910 68
Figura 06 Hotel Copacabana Palace em sua inauguração 1923 69
Figura 07 Intensa urbanização no entorno, após a construção do Hotel Copa-bana Palace já na década de 1940 69
Figura 08 Fachada do grande Hotel, Goiânia, ... 77
Figura 09 Condomínio na Costa do Saúipe 87
Figura 10 Condomínio na Costa do Saúipe 87
Figura 11 Mapa de localização da cidade de Rio Quente no estado de GO 99
Figura 12 Visita do DR. Ciro Palmerston, á Serra de caldas, 1929 101
Figura 13 Sede da fazenda do Sr. Antônio Venâncio de Lima, 1926 101
Figura 14 Mapa do estado de Goiás 106
Figura 15 Cruzamento de Ruas na Cidade de Rio Quente GO 107
Figura 16 Entrada do Camping Esp. no município de Rio Quente GO 108
Figura 17 Casa no município de Rio Quente GO, localizada no centro da ci-dade , nas proximidades da Prefeitura Municipal 109
Figura 18 Sede da Prefeitura Municipal de Rio Quente GO, 1998 110
Figura 19 Foto Rio Quente GO, setor central 111
Figura 20 Praça do Ipê, município de Rio Quente Goiás, inaugurada em 2006 112
Figura 21 Vista geral de uma rua do bairro Esplanada no município de Rio Quente GO 114
Figura 22 Planta geral do complexo Rio Quente Resorts 2008 126

Figura 23 Parque das Fontes, Rio Quente resorts, 2007 127
Figura 24 Vista geral do parque das Fontes, 2007 127
Figura 25 Vista geral Hot Park, 2007 128
Figura 26 Anúncio de venda de pacotes do Rio Quente Resorts 130
Figura 27 Escorregador no Hot Park 131
Figura 28 Vista geral da “Praia do Cerrado” nos panfletos de apresentação 132
Figura 29 Vista da Praia do Cerrado de dentro do resort 132
Figura 30 Hotel Pousada 133
Figura 31 Hotel Turismo 135
Figura 32 Vista Suíte Flat I 137
Figura 33 Giardino Flat 137
Figura 34 Bangalô Village Hotel 138
Figura 35 Esquema de implantação das instalações no Rio Quente Resort 142
Figura 36 Vista geral do Rio Quente Resort do bairro Esplanada em Rio Quente GO. 1996 145
Figura 37 Vista geral do bairro Esplanada no ano de 1997..... 147
Figura 38 Vista geral do bairro Esplanada em Rio Quente GO. 148
Figura 39 Vista geral de rua no município de Rio Quente GO, bairro Esplanada 2009 149
Figura 40 Vista geral de rua no município de Rio Quente área central, 2008 150
Figura 41 Vista da entrada do flat Giardino, no município de Rio Quente, 2008 151
Figura 42 Vista entrada Suíte Flat III. Rio Quente GO. 2009 152
Figura 43 Folder imobiliária de Rio Quente GO, 2009 154
Figura 44 Portal de acesso ao Rio Quente 164
Figura 45 Modelo de Folder de propaganda de venda de imóveis em Rio Quente GO. 165
Figura 46 Mapa de localização sem escalas das rodovias que ligam a cidade de Rio Quente no estado de GO. 173

Figura 47 Fotografia de satélite do bairro Esplanada, Rio Quente GO 185
Figura 48 Mapa de exclusão social no estado de Goiás 188
Figura 49 Matéria de capa jornal CNN 188
Figura 50 Matéria Jornal CNN 189

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 Microregião Meia Ponte/Goiás – População Urbana 2000..... 53
Mapa 02 Rio Quente Bairro Esplanada..... 171
Mapa 03 Rio Quente Setor Central..... 172

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 Características gerais do município..... 92
Tabela 02 Composição do quadro pessoal da administração direta 98
Tabela 03 Instrumentos de Planejamento Municipal 100
Tabela 04 Produto Interno Bruto Rio Quente GO – segundo setores da atividade econômica – 2002 a 2006 101
Tabela 05 Infra estrutura urbana 103
Tabela 06 Cadastro Imobiliário.....103
Tabela 07 Demonstrativo de finanças publicas do município em 2006 104
Tabela 08 Principais indicadores operacionais de 2001 a 2003..... 110
Tabela 09 Amostragem do consumo dentro do resort por hóspede e visitantes 2006 120
Tabela 10 Procedência dos prestadores de serviços no Rio Quente Resorts, 2008 151
Tabela 11 Procedência do pessoal com cargos de chefia, no Rio Quente Resort, 2008 155

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 Evolução de clientes do resort entre 2000 a 2006 106
Gráfico 02 Oferta de unidades de hospedagem do Rio Quente Resort 130
Gráfico 03 Porcentagem de renda de clientes Rio Quente Resorts, 2006 .. 137
Gráfico 04 Amostragem da porcentagem por faixa de idade dos hospedes do Resort 138
Gráfico 05 Meios de locomoção dos hospedes do Resort 2007..... 144
Gráfico 06 Relação da procedência dos clientes hospedes do Rio Quente Resort 145
Gráfico 07 Tabela de valores de arrecadação de impostos nos municípios Goianos 159

Lista de Abreviaturas e Siglas

ALGAR	Empresa Alexandrino Garcia
CTBC	Companhia de Tratores do Brasil Central
DNER	Departamento Nacional de Estradas e Rodagens
EMBRATUR	Empresa Brasileira do Turismo
FINAME	Agência Especial de Financiamento Industrial
FUNGETUR	Fundo Geral do Turismo
GEGEPAR	Empresa acionista da Pousada do Rio Quente Resort
GPDU	Gestão Pública e Desenvolvimento Urbano
IAPAS	Instituto de Arrecadação Financeira e Previdência Social
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto Circulação de Mercadorias e Serviços
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
OMT	Organização Mundial do Turismo
PESCAN	Parque Estadual Serra de Caldas Novas
PIB	Produto Interno Bruto
PNDU	Programa Nacional de Desenvolvimento Urbano
SENAD	Secretária Nacional Anti Drogas
SGA	Sistema de Gestão Ambiental
SUDAN	Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
TAM	Transportes Aéreos Marília
TER	Tribunal Eleitoral Regional
VALETUR	Vale do Rio Quente Turismo

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 18

2 CAPITULO I 22

2.1 Turismo e Espaço Urbano 22

2.1.1 A Atividade Turística: uma conceituação como ponto de partida

2.1.2 Espaço Urbano e Turismo: algumas reflexões 34

2.1.3 Turismo, Cidades e Redes e suas configurações em GO. 47

3 CAPITULO II 60

3.1 Dos Hotéis aos Resorts: as mutações da atividade turística 60

3.1.2 Do Pouso Tropeiro aos Hotéis Superluxuosos. um breve olhar sobre a hotelaria no Brasil. 60

3.1.3 A Hotelaria em Goiás. 70

3.1.4 A efervescência dos anos de 1970 e o surgimento dos apart- hotéis nos anos de 1980. 81

3.1.5 O surgimento de um novo produto turístico: Os Resorts. 85

3.1.6 O Parque Hoteleiro Nacional. 93

4 CAPITULO III 96

4.1 A produção do espaço turístico em Rio Quente GO. 96

4.1.1 A formação do município de Rio Quente e seu complexo turístico. 96

4.1.2 O perfil socioeconômico do município de Rio Quente GO. 113

4.1.3 Uma apresentação da Pousada do Rio Quente Resort. 120

5 CAPITULO IV 143

5.1 A cidade de Rio Quente e o Resort Pousada do Rio Quente: dinâmica e contradições do espaço turístico. 143

5.1.1 Turismo e segmentação do espaço em Rio Quente GO 143

5.1.2 Rio Quente e suas redes. 160

5.1.2.1 Os fluxos de passageiros do Resort. 166

5.1.2.2 Os fluxos de serviços e trabalhadores. 170
5.1.2.3 Os fluxos dos produtos de abastecimento e consumo. 175

5.1.3 O turismo como solução econômica para as cidades – O caso da cidade de Rio Quente GO. 179

Conclusão 191

Referências Bibliográficas 194

Anexos 197

INTRODUÇÃO

Este estudo foi realizado com o objetivo de entender de maneira mais clara possível as relações estabelecidas ao longo do tempo entre uma pequena cidade do interior do estado de Goiás e a Pousada do Rio Quente Resort, um dos maiores resorts da América Latina, com um faturamento médio anual de mais de 50 milhões de dólares por ano.

Rio Quente é um dos 21 municípios da microrregião de Meia Ponte, no sul de Goiás, distando 182 Km de Goiânia, a capital do estado.

No início do século XXI, Rio Quente, e também Caldas Novas, firmou-se como a maior atração turística do estado de Goiás, processo concretizado devido a existência de uma rede de transporte conectada com as grandes capitais, tais como Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo, através de rodovias asfaltadas e um aeroporto situado em Caldas Novas.

No município de Rio Quente está implantada a Pousada do Rio Quente Resort, empresa turística que é mundialmente conhecida por receber atualmente mais de um milhão de hóspedes e visitantes por ano.

Com a criação deste empreendimento turístico, a apropriação do território transforma as relações existentes no lugar. Como se dão os usos em comum dos habitantes do lugar, dos hóspedes e turistas? Como se comporta uma cidade de menos de 3.000 habitantes que tem em seu território uma empresa gigantesca? A relação que esta empresa mantém com esse local é configurada por quais características e por quais meios?

A apropriação do espaço do município pelo resort é marcante e pode ser observada durante todo o estudo, apropriação esta não só do espaço, como também no modo de usos e das relações sociais.

A criação e a emancipação da cidade estão diretamente ligadas à exploração das águas quentes que nascem na região e que são controladas e

mantidas pelo resort. O município, que nasceu em função destas águas, agora é mantido em função do resort, que o usa e explora integralmente.

Cabe ao poder público municipal servir primeiramente aos interesses da grande empresa, pois é dali que os recursos são gerados, para depois conseguir cuidar de seus próprios interesses. Separar essas necessidades não é fácil e conflitos são gerados todo o tempo. O que é de responsabilidade de um ou de outro é sempre questionado e discutido, cabendo geralmente ao município o maior ônus nesta relação.

Com essas relações de poder estabelecidas, o valor de uso dos espaços submeteu-se ao valor de troca e, assim, mais uma vez, as contradições vão aparecendo. O valor do residente e os espaços dos turistas, o espaço que é quase sempre esquecido, o espaço do homem do cidadão, do morador local e o espaço elitizado, cuidado, modificado e luxuoso dos turistas, entram em conflitos.

O turismo tem esse poder, provoca mudanças sócio-espaciais, reconfigura e redefine as particularidades desse espaço, além de reorientar os usos.

As transformações recentes que as atividades turísticas ligadas às atividades imobiliárias impõem à estrutura urbana das cidades que têm potencial turístico no Brasil vinculam-se às mudanças que se processam mundialmente e é definida pela globalização.

Em tal contexto, esse estudo é importante porque essa grande empresa, ao se apropriar dos espaços urbanos que a cerca, estabelece-se também como uma grande incorporadora imobiliária, vendendo sua marca além do seu território, extrapolando seus limites, invadindo o espaço urbano.

Ao município cabe a luta constante para manter seus interesses e cada vez mais tentar impor seus limites de usos e configurações; o que se percebe claramente é que esse território é cada vez mais invadido e apropriado pelo resort.

Este grande poder que sobrepõe a sua configuração como marca desta localidade pode ser percebido nas ruas, nos usos e nos costumes que são comuns a todos os turistas, trabalhadores e moradores da localidade. Comércio,

prestação de serviços, trânsito tudo é subordinado e configurado com a marca Pousada do Rio Quente Resorts.

Considera-se, nesse trabalho, que o fazer e o refazer das cidades é um processo continuado e que é premissa para a compreensão de tal processo o caminhar pela cidade com um olhar atento às particularidades, sendo necessário também se registrar tanto a fala como o uso que os moradores fazem do lugar e deste espaço. Desse modo, visitas e pesquisas com funcionários do resort foram fundamentais para se compreender as relações que este mantém com o município e qual o olhar da grande empresa para a pequena cidade.

Buscou-se, através de levantamentos bibliográficos, entrevistas, pesquisa de campo, o apoio de uma grande análise do processo de configuração e transformação do espaço urbano de Rio Quente e do turismo existente.

Para o maior entendimento das questões que foram surgindo, e para conseguir atingir os objetivos propostos, primeiramente fez-se uma leitura teórico-informativa e metodológica, o que possibilitou a formação de um referencial teórico necessário para o completo desenvolvimento de várias etapas do trabalho de pesquisa. Foi feito um levantamento detalhado das fontes iconográficas e registrou-se por meio de fotografias, croquis, folders e mapas elaborados a realidade atual da cidade e do resort, as quais retratam as contradições, as simbologias empregadas e os costumes do lugar.

De posse de todos os dados e informações, procurou-se mostrar as configurações estabelecidas ao longo do tempo neste território pela relação existente entre o grande resort e o pequeno município, assim como as relações destes dois elementos com o restante da região.

O trabalho se desenvolve, então, em primeiro lugar, analisando teoricamente o turismo e suas amplas aplicações e configurações, com um embasamento teórico que permite discutir os seus usos e suas organizações em territórios urbanos. Em seqüência, analisam-se conceitos básicos de hotelaria, suas características históricas no tempo e no lugar que absorvem elementos básicos para a atividade turística, como hotéis e meios de locomoção, assim como o surgimento de serviços complementares à atividade.

Após todas essas análises, passou-se a estudar a cidade de Rio quente e suas redes, assim como o resort, enfatizando suas apropriações e os reflexos que elas causam na cidade.

As diretrizes desses estudos apontam para a leitura do lugar de um modo diferenciado e único, já que esse município existe em função de uma atividade turística gerada por uma empresa, não por um atrativo natural ou construído no lugar, mas sim por um parque hoteleiro e de entretenimento privado, fechado para o uso do município, mas que usa o município a seu favor.

Esses usos e relações permeiam todo o estudo que se segue e estabelece paralelos constantes entre o explorador e o explorado, entre o que usa e o que é usurário.

O trabalho se estrutura á partir de uma discussão sobre o turismo e seu enfoque na geografia, com uma análise das diversas teorias sobre este tema. No segundo capítulo uma análise da hotelaria e suas diversas classificações, assim como as conseqüências da implantação de parques hoteleiros em áreas urbanas ou não.

Ainda neste capitulo se faz uma introdução ao tema dos resorts, essa modalidade diferenciada de hospedagem que vem se destacando no mercado de turismo não só no Brasil, como no mundo.

No terceiro capítulo os dois elementos desse estudo, o município de Rio Quente GO e a Pousada do Rio Quente Resorts, são apresentados e analisados os dados coletados sobre os dois durante o estudo.

Finalmente durante o quarto e ultimo capítulo é feita uma análise comparativa dos dados e informações coletadas durante o trabalho e esses dados, depois de mensurados servem para se estabelecer e para se entender a rede de dependência e de interferência dos dois elementos na configuração territorial e na dinâmica das relações existentes na região como um todo.

CAPÍTULO 1
TURISMO E ESPAÇO URBANO

1.1 A atividade turística: uma conceituação como ponto de partida

O ano de 1872 trouxe uma novidade: a primeira viagem turística em grupo, organizada por Thomas Cook. O turismo se originou desse ato e o primeiro profissional de serviços de viagem também. Cook ficou tão entusiasmado que se transformou em empresário, montando uma empresa para desenvolver um sistema de funções e serviços para viajantes que existe até hoje – as agências de viagem. Surgiu logo depois a figura ou a função do guia de turismo.

A conseqüência desta iniciativa é o crescimento da indústria de alojamento e alimentação. O desenvolvimento da aviação comercial deu nova dimensão ao turismo. Surgiram vôos *charter* (fretados) e as transportadoras aéreas passaram a exercer um papel fundamental no desenvolvimento turístico.

Com o desenvolvimento dos serviços de transportes, alojamentos, alimentação e recreação, passou-se a reivindicar a profissionalização de quem presta estes serviços. Assim, surgiram escolas de hotelaria e as de serviço ligadas ao turismo. Continuamente surgem novas maneiras de usar essa atividade tão antiga, e não mais é possível dizer que o turismo é somente o ato de viajar para lazer ou trabalho. Muitas outras atividades estão ligadas a essa atuação e passaram também a ser consideradas como produtos do turismo.

Atualmente, países como Suíça, Itália, Estados Unidos, Espanha, Inglaterra e México, em especial, investem fortemente na formação de recursos humanos na área, pois o turismo só funciona com especialização de todos os envolvidos em sua atuação. Afinal, o progresso econômico criou necessidades de conhecer, saber e ter *status*; logo, de viajar.

Nas últimas décadas, a geografia e, por conseqüência, os geógrafos, enfrenta inovações no estudo dos espaços geográficos. Novas pesquisas nas áreas da saúde, turismo, meio ambiente, entre outros, têm despertado interesse nos profissionais, por causarem interferências na reestruturação e organização espacial.

Dentre essas novas perspectivas, o turismo tem se destacado devido à sua dificuldade de se firmar em uma única perspectiva de análise científica.

Existe também o questionamento quanto ao reconhecimento do turismo como uma ciência, ou mesmo se este corresponderia a uma atividade econômica que, dependendo do objetivo dos agentes de promoção, dos atores que lhe dão significado, só servem para associá-lo enquanto prática originada pelo desenvolvimento social. Mas o fato é que desde sua expansão, em meados do século XIX, o turismo cada vez mais se apresenta, particularmente no Brasil, como a única das atividades econômicas modernas que literalmente atua como consumidor de espaços (CRUZ, 2002).

Essa condição tem interessado aos geógrafos no que diz respeito à possibilidade do turismo responder sobre as tendências e suas influências no processo da organização espacial.

As organizações sociais, especialmente aquelas dos espaços urbanos, com potencialidades turísticas, cada vez mais tem procurado no turismo uma forma de desenvolvimento e inserção sócio-espaciais, o que tem influenciado as transformações espaciais urbanas. Desse modo, o turismo transforma os espaços sem o devido suporte científico, o que tem resultado em grandes debates a respeito das possibilidades dessa atividade como uma real alternativa para o desenvolvimento espacial.

O turismo, para Max Derrau (ANO) deixou de ser ignorado para a geografia quando ganhou uma amplitude que passa em muitas vezes o rendimento dos maiores ramos tradicionais da economia, e quando se observou que ele é capaz de transformar os espaços muito mais que a indústria pode fazer, detectando-se a existência de regiões literalmente criadas pelo turismo. Atualmente, vivenciamos uma época de tempos livres, em que o deslocamento das multidões no aproveitamento desse tempo representa uma ativa e moderna

forma de transumância e os tipos de turismo diferem simultaneamente pela forma de atividade turística e pelos grupos sociais afetados.

Como produtora de bens e consumo, a atividade turística, para se implementar, necessita de um lugar e de apropriar-se de um espaço para montar suas infra-estruturas. Segundo Ruschmann (1997, p. 59), o turismo constitui um conjunto de equipamentos muito diversificados de empresas e de práticas cujos impactos sobre o meio ambiente diferem quantitativamente entre si e, por isso, necessitam ser avaliados separadamente. Está justamente aqui a essência dos estudos geográficos sobre o turismo: analisar como esse conjunto de equipamentos turísticos re-ordenam o espaço das idéias, da circulação e da própria produção social.

No entanto, a difusão da atividade turística só aconteceu graças ao desenvolvimento tecnológico do século XIX, como o desenvolvimento dos setores de transporte e comunicação. Junte-se a isso a busca pelo ócio (CRUZ, 2002) e a descoberta das paisagens litorâneas como um maravilhoso espaço de descanso, bem como a tentativa de se livrar do estresse produzido pelo dia-a-dia. Se de um lado o turismo trouxe o desenvolvimento onde ele se desenvolveu, de outro lado sua implementação igualmente trouxe fortes alterações no meio ambiente devido ao uso exagerado e não planejado dos espaços ocupados, devidas ainda à preocupação tardia com o equilíbrio ambiental, além das discussões entre os espaços de inclusão e exclusão. Essas ações, ou justamente a falta delas, levou o poder público a se adiantar no que se refere à criação de políticas públicas destinadas ao controle da implementação das atividades turísticas em espaços anteriormente demarcados. Desta maneira, o turismo deixa de ser um produto da espontaneidade, passando a ser um modo de re-ordenamento dos espaços.

Contudo, o que seria realmente o turismo? Até que ponto esta atividade interfere na dinâmica do espaço geográfico? Os caminhos para obtenção das respostas a esses questionamentos parecem estar centrados na visualização da atividade pela perspectiva científica –, nesse caso, que ciência poderia assumir a responsabilidade de analisar a interferência da atividade turística no consumo dos espaços?

Oliveira (2001, p. 36), fazendo um paralelo com o conceito de turismo desenvolvido pela Organização Mundial de Turismo, define este como um

> [...] conjunto de resultados de caráter econômico, financeiro, político, social e cultural, produzidos numa localidade, decorrentes da presença temporária de pessoas que se deslocam do seu local habitual de residência para outros, de forma espontânea e sem fins lucrativos.

Citando Macintosh; Oliveira (2001, p. 39), associa ainda o turismo como sendo uma “ciência, arte e atividade capaz de atrair, transportar e alojar visitantes, com o objetivo de satisfazer suas necessidades e a seus desejos”. Tanto a primeira como a segunda concepção têm alguns equívocos implícitos.

Na primeira concepção, a questão da relação espaço-tempo é desconsiderada ao se valorizar o espaço e o tempo como duas coisas distintas. O turismo não pode estar limitado a um resultado econômico, financeiro, político, social e cultural. É também isso, mas é, principalmente, reflexo temporal dessas influências em um determinado espaço com escalas hierárquicas diferenciadas, porém indissociáveis, assimiladas por um observador. Nesse contexto, Pires (2002, p. 62) compreende a paisagem como um elemento essencial para o turismo:

> Se a razão de ser do turismo [...] é o deslocamento ou movimento voluntário das pessoas de um lugar para outro no espaço, então o turismo pode ser concebido como uma experiência geográfica na qual a paisagem se constitui como elemento essencial.

Avançando um pouco mais nessa perspectiva, Rodrigues (1997) utiliza o termo espaço turístico para identificar a influência desta atividade no consumo do espaço, uma vez que seus elementos são dotados de territorialidades e intencionalidades. Completa essa linha de pensamento ratificando a importância do estudo da paisagem ao enquadrá-la como um recurso extraordinário, sendo importante a análise da imagem (percepção) que esta produz no observador e como este interfere em sua dinâmica.

Outro erro está relacionado à classificação do turismo enquanto ciência, uma vez que este não se desenvolveu em meio a idéias com conexão, que

resultam de uma explicação sobre uma dada realidade. Ao contrário, o turismo tem se apropriado das abordagens teórico-metodológicas desenvolvidas por outros ramos do conhecimento científico, a exemplo da geografia, da economia, da antropologia, entre outras. Nessa perspectiva, Boullón (2002, p. 19) menciona que

> o turismo não nasceu de uma teoria, mas de uma realidade que surgiu espontaneamente, e foi se configurando sob o impacto de descobertas em outros campos, como, entre outras coisas, o progresso da navegação e a invenção da ferrovia, do automóvel e do avião.

Desta forma, como não surgiu enquanto produto de teorias, o mais correto seria enquadrá-lo no campo de estudo de outras ciências que tenham como ponto em comum a criação de hipóteses que expliquem os fatos que levam ao desenvolvimento do turismo ou suas influências na organização espacial. Nesse contexto, a geografia seria uma importante via de acesso, tendo em vista os seus objetivos de estudo. Conceitos como paisagem, região, espaço e território, tradicionalmente desmistificados e refletidos pela Geografia, podem fornecer importantes subsídios para a interpretação espacial e para a configuração territorial produzida pelo turismo.

Se nos propuser a fazer uma busca na produção geográfica, que alcance o período pós-sistematização científica no século XIX, evidenciaremos que assim como acontece com outras características responsáveis pela relação entre sociedade e espaço, o turismo se desenvolve em conjunto com a investigação cientifica, e isso justifica a necessidade de estudá-lo por intermédio da geografia.

Isto é facilmente observado quando nos reportamos à produção de geógrafos da Geografia Tradicional, como Humboldt e Ritter que, apoiados na visão positivista, estipularam os conceitos de paisagem e região (natural e transformada) como forma de explicação da relação do homem com a natureza e a associação desta por meio de representações de paisagens cuja totalidade evocava a união dos elementos naturais (GOMES, 1997) como fator determinante da configuração espacial.

Por outro lado, os geógrafos regionalistas pertencentes a essa mesma escola entenderam a classificação das regiões como o produto final da relação do

homem com a natureza, fornecendo base para a definição de zonas com características paisagísticas similares – definidas pelos elementos da natureza – com ênfase especial ao fator cultural, ou seja, à importância da marca deixada pelo homem sobre a natureza, transformando-a segundo seus interesses.

O turismo se adapta bem a esse contexto ao valorizar as “belezas paradisíacas” produzidas pela natureza, especialmente em regiões pouco habitadas e de difícil acesso (OLIVEIRA, 2001). Com a influência de “agentes patrocinadores”, não demorou muito para que a atividade turística se utilizasse, indiretamente, do aporte descritivo fornecido pela geografia ao optar pela seleção de espaços destinados ao seu desenvolvimento. Tais espaços passaram a ser não apenas os que compreendiam os cenários naturais, mas também as construções e monumentos arquitetônicos históricos.

São, assim, criados roteiros nos quais os diversos conjuntos arquitetônicos adquirem importâncias semelhantes a dos ambientes naturais, uma vez que ambos são produtos de uma temporalidade, como é o caso da “exploração” das ruínas de civilizações antigas (Maia, Inca, Egípcia etc.). Adiciona-se a isso a profissionalização das atividades e a crescente exigência dos visitantes que refletiram na necessidade de mudança também dos aspectos fisionômicos dos centros urbanos, especialmente no que se refere à infra-estrutura (transporte, hospedagem, alimentação etc.) e equipamentos (objetos criados e/ou adaptados para o turismo, como é o caso do trem com leito e do navio a vapor) – (OLIVEIRA, 2001). Isso resulta na criação das primeiras zonas ou paisagens planejadas para o desenvolvimento da atividade turística.

Novamente, a produção geográfica se torna fundamental para a explicação das novas relações sócio-espaciais produzidas pelo turismo. O conceito de região, assim como o de território, enquanto delimitação de áreas, passa a ser utilizados na análise das organizações espaciais. Para isso, a geografia, da segunda metade do século XX, busca nos modelos sistêmicos – como, por exemplo, o das localidades centrais, de W. Christaller –, o embasamento para a análise das funcionalidades definidas para o espaço e dos elementos responsáveis por sua produção.

Tal fator coincide com as descobertas das praias como ambiente de lazer, especialmente por parte dos europeus que, no período de férias, e fugindo do rigor do inverno, rumam em direção às orlas marítimas da região intertropical (OLIVEIRA, 2001). Isto foi ainda mais acentuado com a criação de empreendimentos e roteiros destinados exclusivamente para a atividade turística. Assim, o turismo passa a ser também enquadrado como um sistema cuja dinâmica encontra-se relacionada ao diálogo oferta/demanda. Novamente existe uma valorização da paisagem, estipulada como potencialidade devido ao seu caráter estético produzido pelo arranjo e interdependência de seus elementos.

Nesse contexto, os ecossistemas costeiros se tornaram os condicionantes paisagísticos mais valorizados pelos visitantes e, evidentemente, pelos agentes de turismo. Em contraposição, com o objetivo de se adaptar a esta nova conjuntura, os espaços urbanos, especialmente os das capitais litorâneas, são reconstruídos pela implementação de novos equipamentos e infra-estruturas que, direta ou indiretamente, são criados para o atendimento das novas demandas espaciais “impostas” pela atividade turística

Em outra escala, as localidades rurais (interioranas), com todos os seus atributos geofísicos, começavam a despontar como outro atrativo turístico ao fornecer uma possibilidade de fuga ao estresse urbano cada vez mais presente e sufocante.

Dessa forma, o sistema turístico e a rede onde este se encontra sitiado é produto da relação entre os pólos de atração e os espaços satélites cujos atrativos passam a dar sentido ao espaço turístico confabulando para a criação de espaços hierárquicos para o desenvolvimento do turismo (BARROS, 1998; 2002). Entre os aspectos que passam a ser relevantes para o desenvolvimento do sistema turístico, destacam-se os elementos arquitetônicos de valor histórico, estimulando vários centros urbanos a investirem na construção de infra-estrutura para “exploração” do turismo cultural. Com o estabelecimento de vários pontos de atração e difusão, são criadas as primeiras redes turísticas, ou seja, o turismo passa a não privilegiar o fixo, mas os roteiros, contribuindo para uma maior divulgação das regiões que investiram na atividade turística.

A partir da década de 1970, o crescimento urbano e o agravamento dos conflitos sociais, especialmente sobre o futuro da natureza, produzem toda uma mudança na forma de compreender a relação homem-natureza. Na geografia, o reflexo disso é representado pelas críticas aos modelos anteriores de explicação da dinâmica espacial os quais, de um lado, são provenientes das produções de geógrafos adeptos ao materialismo histórico e dialético, que tem na relação sócio espacial o seu principal viés de análise e, por outro lado, a contribuição dos geógrafos fenomenologistas mais preocupados em analisar a reprodução dos espaços a partir da interferência da cultura da sociedade e do seu grau de subjetividade. Isso se encontra bem refletido nos encaminhamentos estipulados para o desenvolvimento da atividade turística que passou a valorizar tanto os aspectos naturais e artificiais produzidos ao longo da história, frutos da influência dos mais diferentes atores sociais, como a própria impressão que as configurações paisagísticas deixam no imaginário do indivíduo – lembranças ou desejos de visitação.

A atividade turística é, assim, valorizada como atividade consumidora de espaços (CRUZ, 2002), ao mesmo tempo em que se apresenta como produto de ações dos mais diferentes atores sociais por intermédio de suas práticas ou intencionalidades.

A primeira perspectiva é valorizada pelos geógrafos marxistas, que se preocupam em analisar os impactos produzidos pela atividade turística na (re)organização espacial. Os objetos e as ações ganham uma relevância nessa abordagem. Além disso, os atores sociais se tornam objetos de investigação, uma vez que suas ações passam a ser determinantes do processo de organização espacial pela atividade turística e pelos embates por ela produzidos.

Já a segunda perspectiva, a dos fenomenologistas, busca analisar as produções dos espaços turísticos segundo as representações dos indivíduos que reproduzem, com apoio do imaginário, ambientes de aproveitamento turístico nos quais a paisagem seria “o concreto e característico produto da complexa interação entre uma determinada comunidade humana com suas preferências e potenciais culturais, e um quadro de circunstâncias naturais” (WAGNER; MIKESSEL, 1962, apud BARROS, 1998, p. 4). Neste caso, a relevância maior

não está direcionada à observância dos conflitos, mas à importância da influência dos atores sociais a partir de suas representações, criação e recriação de espaços estrategicamente delimitados para o desenvolvimento do turismo.

Além das divergências de ordem conceitual e teórica, teríamos o tradicional equívoco relacionado ao enquadramento do turismo no setor econômico. É comum identificarmos nas mais diversas produções bibliográficas a associação do turismo ao segundo setor da economia: construção ou indústria. No caso da associação ao setor da construção não há dificuldade em identificarmos a falibilidade desta associação tendo em vista que o turismo não constrói nada permanentemente, em um processo contínuo, apenas fornece uma função a um objeto construído. Já no caso da indústria, o que nos preocupa é o vínculo literal do turismo como integrante desse setor.

Desde sua origem o turismo surge como sinônimo de serviço, especialmente os relacionados ao fornecimento do lazer. Assim, sua classificação como indústria se torna questionável, especialmente se levarmos em consideração o fato da existência de várias formas de se fazer turismo (turismo ecológico, ecoturismo, turismo aventura etc.), as quais nem sempre produzem mudanças espaciais.

A indústria, como conhecemos, corresponde ao setor econômico destinado à transformação de matéria-prima em produtos finais ou intermediários. O turismo não é um produto final e nem muito menos intermediário. Conforme menciona Boullón (2002), não há uma indústria do lazer ou do tempo livre, o que nos leva à dedução de que essas atividades não podem estar associadas como “indústria do turismo”, uma vez que nem todos que têm tempo livre ou praticam atividades de lazer estão produzindo ou são produto do turismo. Os próprios equipamentos utilizados por aqueles envolvidos com o turismo são produtos industriais criados para tornar mais fácil e confortável o “fazer turismo”. Isto se torna ainda mais grave quando o termo é associado a um agrupamento de restaurantes, agências de viagens, redes de hospedagem como indústrias do turismo (indústria dos restaurantes, das agências de viagens e, das redes de hospedagem, respectivamente). Tais elementos correspondem ao setor de serviços e têm no turismo um importante campo de ação.

De acordo com o quadro de referências apresentado, o turismo corresponderia a uma atividade econômica responsável pelo consumo do espaço, estando sua implementação diretamente relacionada à existência de um espaço de atração, com os devidos elementos espaciais presentes, e um sujeito disposto a desfrutar das potencialidades desse espaço. Nesse contexto, o papel da geografia se torna muito importante tendo em vista a influência dessa atividade com o seu objeto de estudo (o espaço geográfico) e com as relações presentes entre os atores sociais responsáveis pela existência dessa atividade

Diante do exposto, os conceitos de espaço e território seriam os principais meios de inserção ao estudo científico dessa atividade: o primeiro por conter todas as possibilidades de relações entre os atores (sistemas de objetos e sistemas de ações direcionados à explicação das mudanças espaciais produzidas pelo turismo), assim como as percepções desses com as paisagens dos locais visitados; e o segundo por ser o principal significado do chamado fazer turismo ao possibilitar a identificação das estratégias e táticas dos atores sociais no que se refere à interferência histórica dessa atividade no consumo do espaço, abarcando, com isso, desde a explicação da existência das zonas turísticas até a evidência das redes que interligam os espaços turísticos.

A atividade turística, ou o “fazer turismo”, se relacionaria, assim, a uma forma de consumo e produção do espaço cujo reflexo está relacionado aos aspectos sócio-econômicos em seu reflexo no meio ambiente.

Igualmente, ao analisarmos a produção e o consumo do espaço pela atividade turística, a teoria se sobrepõe à prática, uma vez que uma se torna dependente da outra. O resultado disso seria a concepção de paisagem ou de configurações paisagísticas enquanto aspectos fisionômicos de um espaço influenciado pelo turismo, tanto no que se refere aos conflitos sócio-espaciais produzidos pelos atores sociais como no que diz respeito às representações inerentes destes ao longo de um período de ocupação.

Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), o turismo é:

> [...] o fenômeno que ocorre quando um ou mais indivíduos se translada, a um ou mais locais diferentes de sua residência habitual, por um

> período maior que 24 horas e menor que 180 dias, sem participar dos mercados de trabalho e capital dos locais visitados.

Portanto, turismo está relacionado a viagens, com estar em um local diferente de sua residência para fins outros que não econômico.

O que leva as pessoas a saírem de suas casas e se deslocarem para outros locais, sem nenhuma causa de necessidade? Vários são os motivos, porém o que mais é importante e decisivo para o deslocamento humano são os atrativos turísticos, as belezas naturais, as aventuras, o desconhecido desse outro lugar.

O meio ambiente está sempre muito próximo do turismo e é a sua base. Meio ambiente, nessa abordagem, tem uma definição mais ampla:

> meio ambiente se refere ao meio físico, o qual é formado por componentes naturais e construído. O ambiente natural é aquele que provém da natureza – clima e temperatura, água, topografia e solos, flora e fauna etc. – e o meio ambiente construído é aquele fabricado pelos homens, principalmente todos os tipos de construções e outras estruturas (LICKORISH, 2000, p. 117).

Jafar Jafari (apud IGNARRA, 1999, p. 24) define o turismo, de uma visão ampla, “é o estudo do homem longe do seu local de residência, da indústria que satisfaz suas necessidades e dos impactos que ambos, ele e a indústria, geram sobre o ambiente físico, econômico e sócio-cultural da área receptora”. Essa definição não é só econômica, pois permite avaliar os impactos que essa atividade pode ocasionar no local visitado, tanto em função do meio ambiente quanto da sociedade local.

A temática ambiental já é abordada em outras atividades que, inclusive, têm procurado diminuir os impactos negativos e potencializar os impactos positivos. E, o turismo, uma atividade econômica como outra qualquer, também provoca mudanças onde é instalada. No turismo, a questão ambiental está enfocada entre outras ações para minimizar os impactos. A educação ambiental é vista como um caminho natural para solucionar e/ou minimizar os impactos.

A educação ambiental dirigida ao turismo, por conseguinte, deve ser construída com a participação da comunidade, visando, assim, o desenvolvimento

sustentável. Essa noção de sustentabilidade leva o desenvolvimento do turismo a uma perspectiva de longo prazo. Esse desenvolvimento tenta manter os costumes locais, garantir a conservação de áreas de beleza natural, objetos históricos e outros itens de valor turístico.

No programa de educação ambiental, devem-se levar em consideração os problemas dos choques culturais, o retorno financeiro, a necessidade de preservação dos recursos naturais e culturais, e outros possíveis problemas observados pela comunidade e inerentes ao local. Por conseguinte, a educação ambiental não pode ser reduzida a uma fórmula; cada comunidade tem uma realidade, necessidades, ações e reações diferentes.

A implantação do turismo numa região, área ou país pode trazer benefícios, desde que sejam observados e respeitados os interesses da comunidade. Caso isso não ocorra, o turismo pode aumentar a mendicância, a prostituição e o consumo de drogas, dentre outros desvios sociais. Vale ressaltar que o turismo não gera estes problemas sociais, mas sendo mal planejado pode intensificá-los.

No Brasil, o turismo tem servido, principalmente, à necessidade dos grandes empresários e grupos internacionais, sendo que grandes empreendimentos têm contribuído substancialmente para a exclusão social e geração de conflitos. Nesta perspectiva, o turismo tem sido uma atividade que tem gerado benefícios econômicos e malefícios sociais, descaracterizando o espaço natural e a cultura local.

Dessa forma, o turismo passa então a ser uma atividade degradadora do meio ambiente e da cultura local, destruindo, ou impactando profundamente no patrimônio natural e cultural, que são os atrativos turísticos. O turismo pode e deve ser uma atividade que gere emprego e distribua riqueza, isto constitui um grande desafio. Um turismo sustentável, um meio ambiente saudável, perpassa pela educação.

O turismo é um fenômeno econômico e social e, como tal, traz mudanças ao meio ambiente natural e construído. Diante desta constatação, faz-se necessária uma reflexão sobre os impactos ocasionados ao meio ambiente e à comunidade.

Como o turismo é um grande intercâmbio de pessoas, a coexistência dessas pessoas pode aumentar as tensões sociais e provocar ocasionalmente a xenofobia. Nesse intercâmbio, a interação entre turistas e comunidade local tem que ser satisfatória para não aflorar ou aprofundar os problemas sociais, econômicos e culturais da comunidade.

Neste sentido, a questão ambiental tem que ser inserida no planejamento da atividade turística. Isso porque o turismo é uma atividade multifacetada, ou seja, requer dados econômicos, sociais, culturais e ambientais para que seja implantado com êxito e tenha sustentabilidade.

1.2 Espaço Urbano e o Turismo: algumas reflexões

Parece cada vez mais evidente o processo simultâneo de inclusão/ exclusão na nova reprodução e configuração da economia gerada por essa constante rede formada pela economia mundial e regional expressa na nova formação urbana. Há um movimento excludente e includente em termos sociais que segue uma lógica dialética, pondo em xeque as contradições e os limites do modelo de desenvolvimento. Este modelo, por sua vez, possibilita a algumas pessoas e grupos o acesso a bens e a serviços básicos, bem como a usufruírem os recursos oferecidos no mercado, essenciais à satisfação das necessidades ampliadas pelo consumo, o acesso à segurança, à justiça e à vida política, embora, por outro lado, negue a muitos essas mesmas oportunidades.

No caso brasileiro, a maioria está excluída desse acesso, desta participação e deste direito. Do ponto de vista da produção dessa economia mundializada, ocorre uma expressiva concentração de renda e capital nas mãos de corporações transnacionais, com poucas empresas e com a exclusão da maioria dos produtores. A inclusão limitada a poucos ocasiona a exclusão exagerada de muitos e isso se dá de forma planejada e não naturalmente como pensam alguns. Não é que seja natural haver pobres e ricos, incluídos e excluídos. Trata-se, em verdade, de um modelo de desenvolvimento planejado para concentrar riquezas, e, ao fazê-lo, produz essas contradições.

Conseguintemente, em qualquer dimensão da vida tais contradições irão se reproduzir seja no mundo do trabalho, no consumo ou na oportunidade de produzir e de usufruir do turismo:

> O espaço urbano capitalista – fragmentado, articulado, reflexo e condicionante social, cheio de símbolos e campo de lutas – é um produto social, resultado de ações acumuladas através do tempo, e engendradas por agentes que produzem e consomem espaço. (CORRÊA, 1989, p. 11).

A exclusão social tem se configurado como um traço fundamental da sociedade brasileira, enquanto espaço dominado pelos ditames desta economia globalizada, ditames de um estado-nação submisso à ordem mundial e, portanto, controlador dos movimentos sociais.

Conforme Sposati (1998, p. 2), há uma “cultura patrimonial predominante no Brasil, que divide a sociedade entre proprietários e não proprietários, ou seja, entre elite e plebe”. Os serviços sociais públicos são para uma classe de miseráveis, incapazes de obter o desejado acesso a um serviço pago ou de mercado, isto é, a cultura patrimonial não se fundamenta nos princípios básicos e universais da cidadania.

O aprofundamento do processo de exclusão, observado nas metrópoles e cada vez mais presentes em outras especialidades, acentuou as contradições sociais e as disparidades espaciais locais e regionais. A mundialização como um processo vem marcando a extensão do capitalismo, ao passo que sua forte presença cada vez mais amplia sua espacialidade de atuação; isso ocorre sem eliminar as contradições, na medida em que, de um lado, integra os espaços no sistema mundial e, de outro lado, promove a desintegração e a deteriorização de outros espaços.

A reprodução do capital acontece, atualmente, por meio de três setores importantes, como explica Carlos (2004, p. 29): “o financeiro, o de lazer e turismo e o do narcotráfico – todos através da produção do espaço”.

Essa afirmação é tão clara no Brasil quando cotidianamente nos deparamos com jornais comunicando histórias absurdas de violência causada pela luta urbana do narcotráfico no Rio de Janeiro, cidade onde as desigualdades

sociais são levadas ao extremo. Conflitos e situações absurdas passam a fazer parte do que passou a se chamar “guerra urbana”.

Para Santos (2000, p. 99), “regiões e lugares tornam-se tão fundamentais para explicar a produção, comercio e a política, que se tornou impossível deixar de reconhecer seu papel na elaboração do destino dos povos e do mundo”. A partir destes espaços geográficos, pode-se igualmente explicar o turismo e a inclusão/exclusão. A análise desta dinâmica sócio-espacial, entretanto, passa antecipadamente pela avaliação das implicações do uso de indicadores como, por exemplo, o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) e o Índice de Exclusão Social (IES).

O turismo e seus geradores, enquanto causadores e produtores do espaço de valorização do capital seguem regras de inclusão/exclusão, observando a lógica da concorrência oligopolista intermediada pelas mega-operadoras de fluxos do turismo nacional e internacional, com altos níveis de concentração e de integração vertical dos grandes conglomerados dos principais mercados emissores, criando barreiras para a sobrevivência e entrada de novas operadoras. Esses conglomerados dominam praticamente todos os escalões da cadeia produtiva do turismo nacional e internacional, desde linhas aéreas, redes hoteleiras, operadoras, agências de viagens, empresas de transportes, sistemas globais de distribuição, cartões de credito, marketing, sistema de comunicações e portais de comércio eletrônico. Devido à grande capacidade de manejo e intervenção nestes diversos segmentos, essas operadoras levam vantagens e conseguem manter cativos os consumidores e, ao mesmo tempo, tirar as pequenas empresas concorrentes do mercado.

Compreender as formas de incluir e excluir, e as relações de poder na produção do espaço turístico, implicam necessariamente em compreender o espaço como algo socialmente produtivo, que expressa as contradições do modo de produzir ou as contradições do espaço como mercadoria. Ele é, a um só tempo, o lugar das estratégias para o capital e das resistências do cotidiano para os residentes. O turismo é uma das mais novas modalidades do processo de acumulação de capital, produzindo novas configurações geográficas e

materializando o espaço de forma contraditória, pela ação do Estado, das empresas, dos moradores do lugar e dos turistas.

Compreender essa dinâmica significa entender as relações produtivas do espaço e o exercício de poder do Estado, das classes empresariais e trabalhadoras em constante movimento e, muitas vezes, em conflito.

O turismo, para se reproduzir, segue a lógica do capital, quando poucos se apropriam dos espaços e dos recursos nele contido, apresentando-os como atrativos transformados em mercadorias. Dessa maneira, o espaço geográfico não é suporte nem reflexo da ação da sociedade, mas um produto social.

Santos (1979, p. 18) demonstra que

> [...] o espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. O espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em decorrência do modo de produção e de seus movimentos sucessivos e contraditórios.

A partir dessa compreensão, o espaço físico, em si, passa a ser considerado pela sua organização e pelo sentido que lhe é atribuído. Trata-se de um produto social, que contém espacialidades, ou seja, espaços produzidos pela mediação das relações de força e poder. O espaço é, por conseguinte, a principal categoria de análise geográfica e nele está contida uma série de outras categorias e conceitos de apoio, tais como território, lugar, região, redes e paisagens, dentre outras, ao passo que o território é “o resultado histórico do relacionamento da sociedade com o espaço, o qual só pode ser desvendado por meio do estudo de sua gênese e desenvolvimento” (MORAES, 2002, p. 63), visto como uma forma de relação de poder que remete à soberania, ao Estado-nação e à fronteira; é o lugar, o espaço das resistências em que se travam as lutas cotidianas, a exploração das forças de trabalho, o fluxo da mais valia e a reestruturação produtiva da acumulação capitalista.

Não apenas as classes lutam por seus interesses antagônicos, mas os espaços, os lugares tornam-se competitivos e ameaçadores, ocorrendo o que Santos (1999) denominou de “guerra dos lugares”. Os espaços vão sendo produzidos diferencialmente como forma de apropriação do capital.

O turismo é, na atualidade, um dos eixos desencadeadores dessa espacialização, agindo pela desterritorialização e produção de outras configurações geográficas.

Na perspectiva do espaço como mercadoria, o seu valor de uso submeteu-se ao seu valor de troca e, assim sendo, as contradições aparecem. O espaço do residente e o espaço dos turistas, o espaço esquecido do cidadão local e o espaço elitizado e luxuoso dos turistas entram em conflito. Lugares lutam entre si para atrair empreendimentos, para serem incluídos, obedecendo à lógica do capital. Ressalte-se o papel determinante do estado burguês neste processo, posicionando-se abertamente a favor das classes dominantes, dos empresários do turismo, dos proprietários de terras, dos agentes imobiliários.

Se considerarmos as duas dimensões que o espaço pode ter – o conteúdo e a forma –, perceberemos que o espaço não pode apenas ser considerado como um recipiente, ou um palco onde as coisas passam a existir, mas ele é um produto, o meio e a condição para a realização das relações sociais. O espaço, ao se fazer meio ou objeto de atividades econômicas ou demais práticas sociais, é também força produtiva, apropriada pelo capital para sua reprodução. Portanto, o espaço está inserido nas relações de produção, relações essa de propriedade.

É no espaço de relações sociais que acontecem os processos de uso e ocupação, pois é nessa formação histórica que se estabelecem, são recriadas e transformadas as relações sociais e espaciais. No entanto, esse produto social não se faz sem contradições e conflitos. É justamente dessas contradições que surgem as relações de poder e dominação na produção do espaço. Cada local região ou país tem formação própria, isto é, uma cultura, valores e costumes próprios e, desse modo, o espaço vai sendo reproduzido conforme essas relações mais amplas, em um processo articulado à produção geral da sociedade quando inclui e exclui a um só tempo.

Há os que lutam pelo espaço, lugares e territórios e são favoráveis à troca e à acumulação capitalista e aqueles que resistem com movimentos sociais, urbanos e rurais, às vezes fazendo alianças ou contando com a solidariedade de

outros grupos que passam pelo mesmo processo de resistência e aniquilação, em permanentes conflitos.

Nessa luta de interesses conflitivos, distingue-se facilmente a ocupação dos usuários e dos que lucram com essa situação.

As populações moradoras nas áreas exploradas pelos agentes que comandam este turismo travam uma luta de resistência para permanecer nestes lugares apesar do avanço da especulação imobiliária, tendo o Estado como indutor de investimentos e da infra-estrutura.

A produção do espaço é determinada pelas relações sócio-espaciais e pelas relações de poder. O direito à cidade e ao espaço continua sendo motivação para as lutas dessas populações marginalizadas pelo turismo e essas utopias só se concretizam quando essa parcela da população, mantendo relações com o poder, faz valer seus direitos para se impor diante dos conflitos e das contradições geradas pelo capitalismo em suas formas expressas nos artefatos modernos, dentre eles o turismo.

O turismo significa o lazer, o lazer de viagem; portanto, um lazer especial e elitizado dirigido às pessoas e grupos que se mobilizam facilmente conforme as tendências dos fluxos nacionais e internacionais. As redes de serviços destinadas ao turismo, como a hoteleira, por exemplo, levam em consideração as vantagens de localizações representadas pela dotação de riquezas naturais (sol, mar, montanhas), bem como pelo valor do patrimônio cultural e histórico de um local. A apropriação de espaços naturais constitui um fator decisivo das multinacionais especializadas que determinam de fora a capacidade do país, de receber ou não, turistas. As atividades ligadas à cadeia produtiva do turismo (hotéis, resorts, restaurantes, clube de férias) são intensivas em mão-de-obra e, desse modo, este fator pode ser considerado como vantagem locacional em localidades que combinem atrações naturais e mão-de-obra barata.

As grandes cadeias de hotéis e restaurantes funcionam como empresas-redes, utilizando o regime de franquia. As multinacionais permitem que os franqueadores, seus parceiros subalternos, suportem todo o risco dos investimentos locais e os imprevistos das flutuações da demanda, além dos numerosos problemas da administração cotidiana da força de trabalho mal

remunerada e desqualificada e, por isso mesmo, migrante, sendo esta a forma de conseguir menores custos e o máximo de lucro, embora passando pelos problemas de rotatividade do trabalho e sazonalidade de produção. Nesses termos, as lutas que antes pareciam apenas de classes sociais ampliam-se e chegam aos lugares. Os espaços vão sendo produzidos diferencialmente, como forma exclusiva de reprodução do capital.

O turismo é, na atualidade, um dos eixos desencadeadores dessa espacialização, age desterritorializando e produzindo outras configurações geográficas, conforme mencionado anteriormente. Por isso, as regiões originalmente ocupadas por populações nativas, comunidades específicas do lugar, são paulatinamente expropriadas de seus espaços ocupados para ceder lugar aos grandes resorts, às cadeias hoteleiras, aos restaurantes e aos demais equipamentos turísticos, a exemplo dos grandes parques temáticos.

O movimento reprodutivo do capital, agora mundial, em sua procura pela acumulação ampliada, acentua os conflitos, muitas vezes com resistência. Como um processo que iguala e homogeneíza, faz surgir a necessidade de ação defensiva dos atores locais para manter as especificidades locais próprias da história dos lugares, do local e do regional, valorizando-as para não serem consumidas pelos interesses globais. É assim que o capital avança com inúmeros objetivos, produzindo diferentes resultados sobre os espaços locais, a depender também das relações de poder da ordem local. Daí, as várias formas de resistências em relação ao turismo globalizado.

Ainda na perspectiva de mercadoria, o valor de uso do espaço submeteu-se ao valor de troca e assim contradições vão aparecendo. O espaço do residente e os espaços dos turistas, o espaço esquecido do cidadão local e o espaço elitizado e luxuoso dos turistas entram em conflito. Lugares lutam entre si para atrair empreendimentos, para serem incluídos, obedecendo à lógica capitalista. Não podemos esquecer o papel fundamental do estado burguês nesse processo, posicionando-se abertamente a favor das classes dominantes, dos empresários do turismo, dos proprietários de terra, dos agentes imobiliários.

O capital ao transformar o espaço em mercadoria, faz surgir novas atividades econômicas como o ramo econômico das atividades do lazer e do

turismo. O turismo provoca profundas mudanças sócio-espaciais, redefine as particularidades espaciais, além de reorientar os usos. Carlos (1999) reporta-se a Lefebvre no que concerne à contradição entre a abundância relativa de produtos e as novas raridades, mostrando que o turismo e o lazer, ao provocarem essas mudanças, dão novos sentidos aos lugares, levando-os a usos intensivos, tornando-os escassos. A escassez vai tornar a mercadoria – espaço sujeita à especulação pelo valor de troca em detrimento do valor de uso, acirrando as relações de poder para deter a propriedade (ou apropriação) desse fator de produção que virou uma mercadoria, ou um bem econômico. A raridade vai acontecer não apenas em termos produtivos, de locais propícios para a atividade turística, mas porque vai concorrer com espaços e lugares de antigos usos de moradia e comércio, por exemplo, ou mesmo com o lazer dos moradores do lugar. Diz Oliveira (1999, p. 191) que, no caso da transformação do tempo de ócio em negócio, entra em jogo o que Lefebvre (1976) chama de emergência das novas raridades (a luz, o ar, o espaço e o tempo). O que antes era abundante torna-se raridade e entra no circuito das carências tão necessárias à economia política; por isso mesmo, é objeto de estratégias governamentais e privadas. Assim, o espaço passa a ser raridade, sobretudo, se acompanhado de atributos como “natural”, “verde”, “rural” e “conservado”.

O direito à cidade e ao espaço reclamado pelas populações atingidas por essas mazelas continua sendo motivação para muitas pessoas.

Conforme demonstra Dupas (1995, p. 195), essa dinâmica é alimentada pela força de suas contradições:

> De um lado, força e concentração dos principais grupos empresariais, as gigantes empresas mundiais, de outro cria uma onda de fragmentação: terceirizações, abrindo espaço para as pequenas e micro empresa que alimentam a cadeia produtiva com custos mais baixos.

Assim sendo, enquanto seleciona, reduz, qualifica e exclui do topo, das maiores fatias do mercado, mas incluem, na base, trabalhadores com baixos salários e contratos flexíveis e informais, sendo especialmente neste setor onde se encontram o trabalho precário e a pobreza. Surgem, assim, as atividades de inclusão dentre elas o turismo, o denominado Turismo de Inclusão.

Grupos alternativos a cada dia começam a se organizar para a venda de novos produtos turísticos, de novos roteiros, dos mais variados produtos do consumo turístico, “nichos” deixados pelo capital global e, dessa forma começam a participar desse mercado promissor. Alguns municípios, inúmeras comunidades, pequenas empresas encontram caminhos para se incluir nos roteiros turísticos e aproveitar artes, gastronomias, folclore, atrativos naturais e culturais, aproveitando e transformando o potencial em oferta. O turismo chegou aos morros, favelas, áreas indígenas, assentamentos dos sem-terra e às periferias. Os excluídos do turismo do topo, ou dos resorts, inventam o turismo social, o turismo dos trabalhadores, adaptado às condições econômicas dos pequenos rendimentos, tentam incluir-se na base do sistema. Os chamados “farofeiros” conquistam os litorais.

Pequenos empreendedores de serviços turísticos nos países considerados subdesenvolvidos, nos pequenos lugares, enfrentam muitas vezes um comércio desleal em razão das práticas competitivas excludentes dos mercados turísticos globais, bem como diferentes formas de abusos. Essas práticas têm causado efeitos ruins aos destinos turísticos locais e negado a possibilidade de o turismo se realizar sem opção de desenvolvimento sustentável. No entanto, em muitos núcleos receptores do país, podem-se encontrar experiências que fogem ao modelo do turismo globalizado, que privilegiem os lugares e, sobretudo, que têm como finalidade o desenvolvimento e a valorização das pessoas, das micro-economias, fazendo do turismo uma estratégia de combate à pobreza, e uma forma de inclusão. Para isso, as empresas locais constroem uma visão própria do turismo voltada aos seus interesses, a uma nova visão de desenvolvimento voltada para a escala humana e ao local, ou seja, que mostre novos indicadores do desenvolvimento como o ingresso de capital dos pequenos municípios, mais trabalho e empregos, inclusão dos excluídos, participação democrática, benefícios na economia local, alocação da infra-estrutura turística e de apoio ao turismo, sobretudo essa última, voltada para o residente, para a conservação do meio ambiente e do patrimônio cultural.

Mesmo que as estratégias dos pequenos produtores tenham encontrado espaço para o turismo local, na escala global a exclusão precisa ser banida da

sociedade pela manifestação da indignação de todos, o que implica a adoção de estratégias para além de conceitos acadêmicos, de resistência popular com movimentos solidários em torno de ações concretas que possibilitem a inclusão dos excluídos, a evolução humana, a participação efetiva de todos no mercado, no consumo e no lazer e turismo.

As transformações recentes que as atividades turísticas ligadas às atividades imobiliárias impõem à estrutura urbana das cidades que têm potencial turístico no Brasil se vinculam às mudanças que se processaram mundialmente a partir de fins dos anos 1960, definida por muitos autores como globalização:

> Fundamentalmente, (a globalização) é a integração mais estreita dos países e dos povos do mundo que tem sido ocasionada pela enorme redução de custos de transporte e de telecomunicações e a derrubada de barreiras artificiais aos fluxos de produtos, serviços, capital, conhecimento e (em menor escala) de pessoas através de fronteiras. (STIGLITZ, apud SENE, 2004, p. 42).

Uma das principais conseqüências desse processo pode ser percebida nas diversas formas de re-estruturação econômica. A partir da crise de acumulação do capitalismo, o enfraquecimento dos estados nacionais redefine a arrecadação dos governos, tanto estaduais como municipais. A competividade passa, dessa maneira, a ter grande importância no planejamento das cidades, deixando de ser característica específica das empresas.

As cidades passam a competir entre si por recursos e atividades que variam dos investimentos estrangeiros, alocação de matrizes e instituições internacionais, ao turismo e à realização de eventos.

É nas cidades que essas transformações ficam bem mais evidentes, pois os administradores urbanos passam a desenvolver uma nova forma de produzir e se apropriar do espaço urbano.

O processo de planejamento urbano integrado e dos planos diretores (os *masters plans* que caracterizam o período de hegemonia do urbanismo modernista) está aos poucos sendo substituído por outro que prioriza a adoção de Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano (GPDU), projetos estes que dão grande visibilidade à cidade e aos governos que as implantam: “Os espaços assim requalificados atendem, sobretudo, a interesses dos atores hegemônicos

da economia e da sociedade, e assim são incorporados plenamente ás correntes de globalização" (SANTOS, 1994, p. 51).

O Plano está cedendo lugar para o projeto de intervenções pontuais e, dessa maneira, as cidades têm enfrentado um processo de desenvolvimento seletivo e excludente. As intervenções urbanas têm, assim, transformado considera0velmente o espaço intra-urbano das cidades:

> [...] ele [urbanismo contemporâneo] permite a gestão da cidade segundo uma lógica neoliberal, cuja prática urbanística passa a ser fragmentada e dispersa, de acordo com as oportunidades, as vantagens competitivas e as respostas de um mercado consumidor cada vez mais globalizado, embora de expressões localizadas como, por exemplo, na instituição de espacialidades propícias para novos pólos financeiros e imobiliários transnacionais, ou de intenso turismo cultural-recreativo. (RIO, 2001, p. 22).

De acordo com essa nova realidade, o turismo passa a ser visto como uma importante atividade econômica e começa a ser implementado fortemente em muitas e variadas cidades. A vantagem desse tipo de atividade é o retorno rápido e a grande possibilidade de atrelar os investimentos públicos a investimentos privados, reduzindo, por esse meio, a contrapartida estatal.

Dessa maneira,

> O turismo passa mundialmente a se posicionar como uma das atividades de maior contribuição ao Produto Interno Bruto, com uma participação estimada em 10,15% do PIB global e indireto, em 1994, conforme a Organização Mundial do Turismo (OMT). (CORIOLANO, 1998, p. 78).

Para isso, espaços turísticos começam a ser produzidos com a elaboração de discursos e coisificação de lugares. A leitura, que o turismo faz das cidades, por intermédio da indústria que o alimenta – nesse caso, diretamente envolvidas, as operadoras e as agências de turismo –, é a de uma seleção programada – a apresentação da cidade pelos aspectos e lugares escolhidos e retirados da dinâmica cotidiana e orgânica da cidade como lugar:

> [...] Essas formas de consumo reinventam a cidade, produzem um desarranjo entre tempo e espaço, uma mistura dos tempos e dos espaços, numa seleção sedutora. O que garante a identidade da cidade consumida como mito. (DAMIANI, apud RODRIGUES, 1999, p. 46).

Os espaços metropolitanos são os principais alvos desse processo em conseqüência de sua densidade sócio-cultural e econômica e pela concentração de recursos públicos existentes. A área litorânea também tem grande valor de *marketing* turístico, assim como aquelas que apresentem uma natureza exótica.

No Brasil, os impactos de todas essas mudanças se fazem sentir somente a partir do início dos anos 1980, intensificando-se nos anos 1990 pelo viés de novas formas de planejamento urbano desenvolvidas no país. As políticas públicas passaram a valorizar espaços com a ampliação de infra-estrutura urbana e de transporte voltadas para a implementação da atividade turística. É importante salientar, entretanto, que os investimentos turísticos, que se dão inicialmente a partir de políticas públicas, passam a incorporar, igualmente, o capital privado, tanto o nacional quanto o internacional. Esse processo traz transformações para a economia dos estados e municípios que tenham alguma fonte de atração turística.

Os impactos dessa transformação podem ser percebidos, ainda, na re-estruturação do mercado imobiliário que, aliado ao capital estrangeiro, passa a investir nas cidades e lugares. Esses investimentos alteram a lógica de valorização da terra, culminando na ordenação do espaço paralelo aqueles de exploração turística.

Essas mudanças geralmente ocasionam um novo processo de urbanização que valoriza algumas áreas e incorporam a construção de empreendimentos e equipamentos que dão suporte ao desenvolvimento do turismo. Os impactos disso se dão a partir da transformação daquelas áreas, recriando a identidade do lugar e produzindo um espaço novo, com novas paisagens, pelo surgimento de novos atores sociais, excluindo ou marginalizando os antigos, e gerando novas formas de apropriação do espaço urbano, substituindo antigos usos por novos que atendam às novas demandas.

De acordo com Bernal (2004), a nova articulação do capital financeiro local e o capital financeiro internacional, ligados à atividade turística, vêm provocando movimentos numa perspectiva bastante especulativa.

De fato, a dinâmica imobiliária existe independente do turismo, que impõe impactos consideráveis à estrutura intra-urbana de uma cidade. Todavia, há

substâncias que provocam alterações em seu comportamento a partir da inserção da atividade turística e com a incorporação do capital estrangeiro. As mudanças naquela dinâmica são, dessa forma, redimensionadas: seu papel, suas estratégias, seus investimentos, a valorização da terra e conseqüentemente a forma de ocupação sócio-espacial urbana.

Nesse contexto, o processo de ocupação das cidades, que estava condicionado a um ritmo ditado pela própria aglomeração urbana e seu crescimento demográfico interno, é rompido por essa nova lógica de ocupação. O modelo centro-periferia de crescimento urbano cede lugar a um modelo fractal, no qual a escolha da localização dos empreendimentos está relacionada ao melhor rendimento, subordinando-se, assim, o planejamento urbano à valorização capitalista do espaço.

Ainda segundo Bernal (2004), esse processo cria formas mais intensas de ocupação em determinadas áreas, gerando, desse modo “ilhas de ocupação”. Os investimentos estatais é que fazem a ligação entre elas por meio da provisão de infra-estrutura, parte essencial das políticas de turismo. O espaço urbano começa, então, a fragmentar-se. As mudanças caracterizam-se também pela tipologia das construções, uso das edificações e ocupação dos terrenos. Inicialmente, é fundamental destacar as transformações ocorridas com as segundas residências. Essa caracterização é importante visto que esse tipo de edificação “é expressão da lógica da valorização dos espaços em consonância com a racionalidade de fragmentação contemporânea da região” (ASSIS, 2006, p. 87). A expansão mundial desse tipo de moradia, a ocasional, é conseqüência, entre outros fatores, do aumento da atividade turística, de acordo com Assis (2006).

O perfil dos turistas tem se transformado nos últimos anos, e aqueles que antes preferiam hospedar-se em hotéis, preferem hoje possuir uma casa ou um *flat* para veranear. Dessa maneira, os antigos loteamentos de segunda residência, característicos dos anos de 1970 e 1980, assumem novas características. Os antigos proprietários dessa tipologia de habitação, a partir da valorização da terra, conseqüente de todo o processo, não têm mais condições financeiras de sustentar esses imóveis. Muitos moradores locais também são atingidos por todo esse processo.

Há então, a substituição dos antigos proprietários, e moradores, por novos, caracterizados por investidores locais de alto padrão econômico ou investidores estrangeiros, que utilizavam os imóveis durante alguns meses e o restante do ano alugam, gerando renda. Essa nova prática, caracterizada por alguns autores como turismo residencial, faz surgir equipamentos novos, tais como condomínios fechados, *flats* etc.

Em segundo lugar, destacamos a substituição de muitas unidades habitacionais e espaços de uso público por equipamentos, empreendimentos e infra-estrutura para abrigar serviços de apoio à atividade turística. Há, dessa forma, o surgimento de hotéis, resorts, parques temáticos, equipamentos de lazer etc., que terminam por se apropriar daqueles espaços de uso público, modificando a paisagem e privatizando os lugares.

1.3 Turismo, cidades e redes e sua configuração em Goiás

No panorama atual, pode-se pensar que o acesso, a troca e a disseminação de informações das cidades em rede geram modelos alternativos de desenvolvimento local. Deveria haver, na concepção das redes de cidades, a consolidação das diversas formas de cooperação para poder haver real fortalecimento dos municípios. Ao aprofundar os aspectos positivos da descentralização, é possível minimizar os riscos advindos dessas associações.

As redes de cidades deveriam funcionar para a busca de soluções com parceiros que compartilham problemas semelhantes, na troca de informações e experiências, no desenvolvimento de programas comuns na busca de legitimidade internacional e reconhecimento político.

Entretanto, parece que, no sentido oposto de tudo o que espera e se deduz do conceito de cooperação, a armadilha das redes de cidades reside no fato de haver um comprometimento político de continuidade de projetos em andamento ou já iniciados na troca de governantes, principalmente se essas pessoas estiverem em partidos diferentes. A falta de capacitação é outro motivo

que também pode agravar esse quadro. Quando essas redes se especializam em um determinado ramo de atividades, a falta de capacitação ou especialização de alguma localidade pode gerar a quebra dessas redes para alguns, excluindo de seus nós algumas localidades e incluindo outras, mais aptas a se capacitarem e se adaptarem a certas atividades.

As grandes ou médias ou mesmo pequenas cidades – que se unem em redes – tem se tornado atores importantes das relações internacionais. A independência gerada pelos diversos modelos de formação em rede traz em seu topo a ameaça da perda de soberania. Quanto mais fortalecidas essas relações, mais fortes e independentes se tornam.

A cidade é real e intensa, pois é próxima do cidadão; o Estado, em comparação, é frio e distante. É nas cidades que se pode promover e estabelecer a cidadania e o fortalecimento da democracia, pois, em última instância é nas cidades que se desenvolve a vida dos cidadãos. Nelas, essas relações se estabelecem e se realizam na prática, criando uma relação de mão dupla na qual uma supre as necessidades da outra e vice-versa. Isso se estabelece de forma intensa e duradoura, e os moradores dessas localidades reforçam esses laços.

A região do Centro-oeste brasileiro assistiu, no início do século XX, uma das mais eficazes estratégias de povoamento contemporâneo, com a construção de duas capitais planejadas. A primeira delas foi Goiânia, na década de 1930, que, no âmbito das disputas regionais, estimulou o povoamento de uma longa faixa do Mato Grosso Goiano. Sua construção respondeu, a um só tempo, ao projeto político das oligarquias regionais que viam na mudança da capital uma estratégia geopolítica para a necessidade de um ponto a partir do qual o povoamento pudesse irradiar. Pouco tempo depois da edificação de Goiânia, já na década de 1950, o território goiano foi palco de um dos mais audaciosos projetos da história contemporânea brasileira: a construção de Brasília como capital federativa do país. Esta nova capital, distante do centro econômico e político do país, estimularam de igual forma o povoamento do Centro-Oeste e da Amazônia brasileira, e, por isso, foi um passo determinante para a integração econômica das regiões brasileiras.

As duas cidades, que distam uma da outra 210 km, têm características comuns, especialmente no que se refere à concepção e desenvolvimento. A mais importante vem do fato de as duas cidades terem sido planejadas para sediar o poder do Estado. A ambição, em ambas, por um projeto racional, representado pelos planos urbanísticos e arquitetônicos, indicavam claramente o projeto de modernização das elites regionais e nacionais. O discurso moderno, em que a precisão do zoneamento colocaria cada coisa em seu devido lugar, criando duas cidades ideais, negava o retrato da sociedade que as criou.

O crescimento demográfico das duas cidades ultrapassou as expectativas dos seus idealizadores. Goiânia, planejada para 50.000 habitantes, ultrapassou esse número já na década de 1960, chegando ao ano de 2007 a 1.244.645 habitantes. Brasília cresceu em ritmo semelhante. Irrompeu a marca dos 500.000 habitantes em 1970 e hoje chega a 2.455.903 habitantes (IBGE, 2007). Outra característica comum às duas cidades foi o fato de o seu tecido urbano expandir-se para além da escala local, contrariando os respectivos planos urbanísticos. Essa expansão para a periferia seguiu o modelo clássico, expulsando os pobres para áreas mais distantes e com pior infra-estrutura e equipamentos de consumo coletivo. Essa estratégia, mais que em outras cidades brasileiras, forjou uma imagem positiva de cidades “planejadas”, “arborizadas”, “sem pobres”, discurso reforçado pela avaliação da renda *per capita* e pela colocação no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

São características comuns a Goiânia e Brasília que vão além do fato de as duas cidades representarem, em cada momento histórico, projetos arquitetônicos e urbanísticos com uma clara película modernizadora. Essa película, cujo discurso esteve assentado na glória da integração aos mercados regional e nacional, escamoteou os impactos da transferência e edificação de duas capitais em uma região cuja lembrança do passado colonial era maior que a esperança de ingressar na modernidade.

A esse propósito, Goiânia começou a ser edificada na década de 1930, no contexto da ocupação da Marcha para o Oeste, e Brasília foi edificada no final da década de 1950, no contexto do nacional desenvolvimentismo. Nos dois casos, os projetos urbanos traduziram as ambições políticas e econômicas das

elites regionais e nacionais e causaram impactos significativos no território goiano. Vários impactos podem ser identificados, como se destaca a seguir.

Em primeiro lugar, houve uma mudança significativa no perfil demográfico do território goiano. A migração em massa de trabalhadores pobres, especialmente do Nordeste brasileiro e de algumas regiões de Minas Gerais, acarretou, entre outros impactos, na perda das referências territoriais, uma vez que os migrantes foram impedidos, devido às condições econômicas e ao processo de disciplinarização nos acampamentos e alojamentos, de se "territorializar" nas áreas centrais das duas cidades, tendo que migrar para a periferia. No período de construção das duas capitais, o mito da "comunhão" e da "solidariedade" não ultrapassou os limites do discurso populista.

Em segundo lugar, houve a ampliação e a alteração da composição do mercado de trabalho regional. É bom lembrar que os dois sítios urbanos foram demarcados em regiões com perfil agropecuário tradicional, onde predominava a chamada "fazenda goiana", unidade de produção auto-suficiente, como bem caracterizou Estevam (1998). Goiânia foi edificada na área do então povoado de Campinas, no Centro Goiano, e Brasília no Leste Goiano, em área pertencente aos municípios de Formosa, Santa Luzia e Cristalina, criados no período colonial. A indústria da construção civil, nas primeiras décadas de construção, já indicava a mudança no perfil da ocupação. Atualmente, considerando a ocupação, a administração pública e o comércio, são os principais empregadores do Distrito Federal (DF). No caso de Goiânia, muito embora com menor peso, a administração pública também tem destaque, juntamente com o comércio. O interessante é a fraca participação proporcional na geração de empregos, tanto no DF quanto em Goiânia, do setor industrial.

Observa-se, ainda, o estímulo ao processo de fragmentação territorial, o que influenciou a composição do poder regional, com o surgimento de vários municípios no Centro Goiano e no Leste Goiano. Em 1950, o Estado de Goiás contava com 77 municípios, passando para 178 em 1960, o que representou um crescimento de 130%. Desse total, o Centro Goiano foi a região que mais se fragmentou, tendo 34 dos seus 41 municípios emancipados entre 1948 e 1958. No Entorno do Distrito Federal foram criados, entre 1999 e 2000, 7 municípios,

três dos quais com população acima de 50.000 habitantes. O caso de Águas Lindas de Goiás foi o mais emblemático, chegando ao ano 2000 com população de 105.746 habitantes (IBGE, 2000).

A integração econômica do Centro-Oeste brasileiro se deu na medida em que a implantação de redes de infra-estrutura de transporte foi sendo consolidada, dando condição para o desenvolvimento das duas capitais. O conjunto de rodovias radiais, que partem da capital federal para as demais regiões do país, a exemplo da BR-040, BR- 020 e BR-060, somado às rodovias que interligaram Goiânia ao Norte e ao Sul do estado, permitiram melhores condições para circulação do produto econômico, fato decisivo para a integração do Centro-Oeste ao Centro-Sul brasileiro.

Ao mesmo tempo em que esses dois pólos urbanos se consolidavam e alterava o território goiano, outras cidades se fortaleceram e se expandiram de maneiras diferentes. Caldas Novas (1) é um exemplo dessa expansão, que se aproveitou dessa rede formada em função das duas capitais e cresceu e promoveu a significativa alteração dessa parte do território goiano. Juntamente com o crescimento e a expansão de Caldas Novas, a Pousada do Rio Quente um grande empreendimento turístico, que se aproveita dessa expansão urbana e começa a se preparar para ser um dos maiores resorts do território nacional (Cf. Mapa 01).

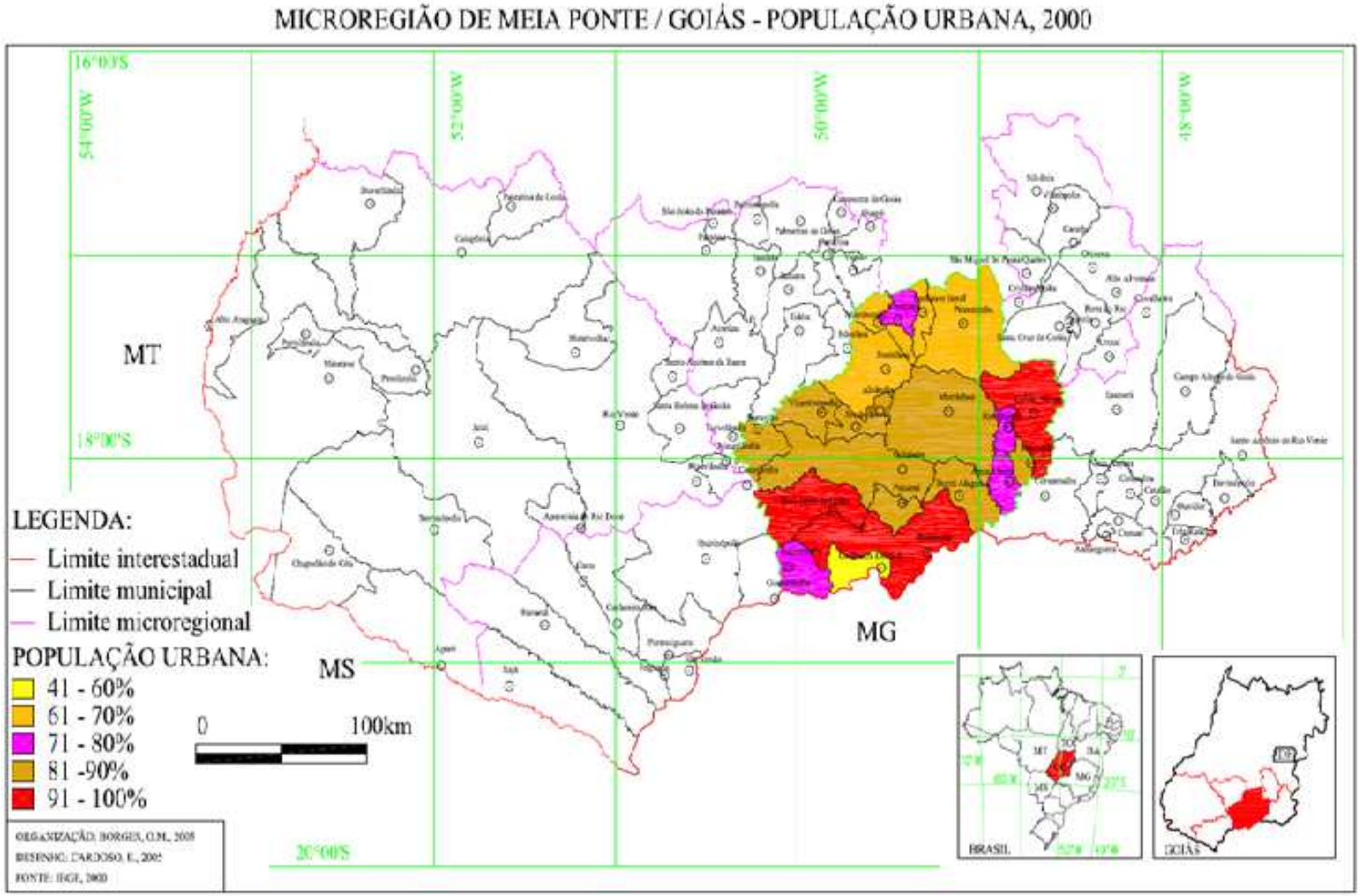
Trata-se da consolidação de dois “centros de gestão territorial”, para lembrar Corrêa (1996), que polarizam, em função da oferta de serviços na área de saúde, educação e emprego, espaços do Nordeste brasileiro (Oeste da Bahia, Sul do Piauí), do Centro-Oeste e do Norte. Do ponto do vista político, a maior atenção recai para o Distrito Federal, sede dos poderes constitutivos do país, o que também implica em maior destinação de verbas do Governo Federal. Em 2000, as despesas consolidadas do Governo Federal no Distrito Federal foram da ordem de R$ 433.885.661. Esse valor corresponde a 97,9% das despesas consolidadas do Governo Federal tem todo Centro-Oeste brasileiro (IBGE, 2003).

Na discussão sobre os fatores que atuaram na quebra do padrão de concentração da rede urbana em alguns poucos eixos, vários autores chamam a atenção para a análise do perfil de desenvolvimento rural-urbano, para as formas

institucionais e sociais de difusão de informações e inovações, para a inserção tardia ou avançada na transição demográfica, e, finalmente, para os graus de desigualdade social e econômica. Por outro lado, em termos mais estritamente demográficos, uma evidência fundamental, que deve acompanhar o processo de desconcentração[1], refere-se à alteração consistente da trajetória dos fluxos migratórios. Movimentos do tipo campo-cidade perdem a primazia a favor de um padrão mais disperso do tipo urbano-urbano, apoiado na presença de redes urbanas densas e em expansão.

É evidente que boa parte dessas mudanças responde à difusão de externalidades positivas na periferia, e novos fluxos migratórios podem se reorientar espacialmente, reagindo a fatores de atração presentes em cidades secundárias, particularmente onde os custos de moradia e oportunidades de emprego se mostrem favoráveis. Tais movimentos podem, inclusive, estar exprimindo uma tendência de expansão do mercado interno.

[1] Consultar dissertações:



MAPA 01 – Localização e ocupação de Caldas Novas e da Pousada do Rio Quente.
Fonte: IBGE, 2000.

Embora ainda seja difícil mensurar as diversas causas que explicam a dispersão de atividades e população no espaço geográfico, tudo indica que os fatores que atuam na alteração do padrão concentrador associam-se a um quadro de precariedades em expansão nas grandes metrópoles – que guarda relação com a expansão das deseconomias de aglomeração, carência de empregos e piora da qualidade de vida. Tais fatores resultam em constantes aumentos de valores imobiliários urbanos, déficit em serviços essenciais, expulsão e exclusão das forças de trabalho, poluição e recrudescimento da violência urbana.

Em contrapartida, fora dessas áreas, vários centros intermediários habilitam-se como alternativa de geração de renda e emprego, porquanto se equiparam em termos de infra-estrutura e serviços, ampliando sua participação no Produto Interno Nacional e acumulando indivisibilidades estratégicas resultantes da ação histórica do Estado, na época que incentivava a produção descentralizada, especialmente nos segmentos industriais intensivos em recursos naturais e de solo urbano. Nesse contexto, as cidades médias puderam, então, participar do desenvolvimento do sistema urbano brasileiro e do incremento e diversificação das atividades econômicas nos últimos decênios.

Todavia, do ponto de vista econômico e demográfico é difícil afirmar categoricamente sobre a ampla generalização de um processo dessa natureza. É bem provável que o país venha ingressando em um ciclo de descompressão do crescimento urbano central, no qual a população é um fator chave.

De qualquer forma, mudanças importantes na distribuição espacial da população ocorreram nos últimos anos no Brasil, sem se conhecer em detalhes o seu verdadeiro alcance, ou se afinal estariam inaugurando um novo momento no processo de urbanização, em moldes mais equilibrados do que ocorrera em nosso passado recente.

O estudo das redes, embora tenha origem no século XIX, com os primeiros estudos publicados por Saint-Simon, emerge no final do século XX, como um conceito chave para o entendimento da organização do território através da configuração e materialização dos fluxos, tanto de capitais, como de pessoas, mercadorias e informações.

O ordenamento do espaço em redes tem como função primordial facilitar e agilizar a comunicação e a circulação dos fluxos entre um ponto e outro do espaço, podendo isto ser observado em todas as escalas de análise, desde espaço local até o espaço globalizado. De acordo a perspectiva de Dias (1995, p.147), “todos estes processos para serem viabilizados implicam estratégias, principalmente estratégias de circulação e de comunicação, duas faces da mobilidade que pressupõe a existência de redes”.

No cotidiano não se tem o hábito de pensar nas redes, na sua constituição, na sua forma e fisionomia. Apenas usamos seus benefícios. Por este motivo, ao se estudar as redes é necessário um entendimento da forma como elas compõem a sociedade, bem como o espaço necessário para suas diversas articulações. Como as redes também são as sociedades, seu papel econômico e social, suas acessibilidades a estas redes e sua conseqüente intervenção na nova economia e na transição para a sociedade da flexibilidade neoliberal impacta e suas conseqüências nas mais diversas escalas espaciais e, em especial, no espaço urbano.

Essa abordagem teórica faz verificar que a rede urbana é a configuração que permite a circulação, descendentemente, das decisões, investimentos e inovações, criando e transformando de modo constante e desigual, de acordo com uma dinâmica interna do capitalismo, atividades e cidades. Sendo, assim, um reflexo na realidade dos efeitos acumulados da prática de diferentes agentes sociais.

Percebemos que a rede urbana passou a ser o meio pelo qual a produção, a circulação e o consumo se realizam efetivamente. Por intermédio da rede urbana e da crescente rede de comunicações a ela vinculada**,** distantes regiões puderam se articular, estabelecendo-se uma economia mundial. Enfim, a rede urbana será sempre um meio de inclusão/exclusão de determinadas cidades, e dependerá da integração destas à divisão territorial do trabalho. Desse modo, um resort – como o da Pousada do Rio Quente, situado em um município com menos de 3.000 habitantes, insere-se no mercado global e apresenta um crescimento contínuo.

Segundo Rodrigues (1997), é a intensa criação e recriação do espaço para atender uma demanda peculiar do turismo que dá significado à análise dessa atividade por parte da ciência geográfica, cujos parâmetros teóricos subscrevem-se

em estudos sobre a construção social do espaço. Os estudos da geografia do turismo evoluíram na análise desse fenômeno, principalmente em se tratando dos espaços receptores, por serem nesses a realização efetiva da produção e do consumo desse fenômeno.

Com base na organização conceitual de Santos (1999), sendo espaço social os espaços turísticos, encontram-se representados na geografia por um conjunto de fixos e fluxos delineados em um sistema de objetos e um sistema de ações que estão um para o outro de uma forma indissociável. Nessa perspectiva, os centros emissores (os de origem dos turistas), os de deslocamento (os transportes) e os receptores (os de oferta turística) são os fixos não estáticos, que compõem o sistema de objetos do turismo; já a comercialização, a demanda, o poder de decisão, a informação representam os fluxos do sistema de ações do turismo, ações que necessitam de fixos. Dessa forma, postos, lojas, hotéis, hospitais e outros estabelecimentos, localizados ao longo de estradas que levam a lugares turísticos, são fixos, edificados nos trechos dos fluxos. Esses sistemas correspondem a categorias analíticas internas ao espaço do turismo as quais podemos indicar quatro mais relevantes: a paisagem, a configuração territorial, as rugosidades e as formas-conteúdos que, juntas, expressam as funcionalidades, as formas, as estruturações e os processos desses espaços (SANTOS, 1985; 1999).

Interessa mostrar como o turismo, construído no interior dos fluxos e refluxos do debate internacional sobre a necessidade humana do lazer e do descanso, atende à diversas características da realidade social, econômica e cultural da contemporaneidade, cujas ramificações (turismo de aventura, cultural, urbano, na natureza etc.) conduzem à tecnização do território por meio de ações estratégicas de comando, baseadas em iniciativas desenvolvimentistas mais ou menos conservadoras, cujo espraiamento induz claramente à construção de objetos geográficos definidores do espaço social.

A construção dos espaços do turismo, como um processo dialético e concreto, traz uma função principal que é a produção de bens, serviços e idéias, estruturadas em coerência com o momento histórico atual marcado pelo meio técnico-científico-informacional. Enquanto peça-chave desse meio, o turismo passa a ser ordenado em redes, que se estabelecem com a nova arquitetura das

conexões, suporte das relações avançadas da produção, sendo estas as dimensionadoras da organização geográfica das sociedades e também determinadoras dos “lugares mundiais”. Resumindo, o termo rede aparece como um instrumento de viabilização do turismo no meio técnico-científico-informacional, exatamente por apresentar suas duas estratégias primordiais: a circulação e a comunicação.

Essa mobilidade implica duas estratégias do meio técnico-científico-informacional inerente ao turismo: a circulação e a comunicação indutoras da organização espacial seletiva dos potenciais de crescimento. Portanto, os eventos do turismo arquitetam-se enquanto rede assim que são criados, enquanto espaços, visto que, de início, selecionam as “paisagens” que, de acordo com seus gestores, serão selecionadas e em que intensidade serão implementadas as redes de suporte, as tecnologias e infra-estruturas.

Segundo Dias (1995) e Santos (1985; 1999), a escolha desses lugares e dos padrões geográficos pelas redes delimitam nódulos que incidem na composição de uma região nodal cuja conexidade sugere um conjunto de objetos relacionados pela superposição de redes principais e secundárias. Essa superposição, associada ao ordenamento seletivo do espaço pelas redes, gera nódulos privilegiados de produção e ação que são facilmente detectados na imbricada e aprimorada produção e serviço ofertado pela atividade turística, sendo essa mediada dada pelos processos sociais, pelas técnicas e racionalidades de uma rede global articulada por redes de suportes e serviços infra-estruturais, de hotéis, de agências de turismo, de empresas de transporte e de marketing, de restaurantes e de bares, de saneamento e de transportes etc.

Como indica ainda Santos (1999), há redes e redes, umas mais outras menos imbricadas e complexas, porém sempre relacionadas. Entender o turismo como produtor do espaço exige estudos que compreendam a configuração dessas redes, pois a organização espacial atual do turismo tem dinâmicas em que os ritmos de suas ações dão “tons” de contemporaneidade e, em cada lugar, os sinais que se manifestam na paisagem, têm de ser entendidos historicamente na sua relação com o todo estruturado, que é o real. Contudo, como afirma esse mesmo autor, nem tudo é rede, pois a ordem global das redes busca impor a todos os lugares uma única

racionalidade, “e os lugares respondem ao mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade” (SANTOS, 1999, p. 269) é a convivência dialética, no lugar de uma razão global e de uma razão local.

A incorporação de práticas espaciais vivenciadas rotineiramente por um grupo social para as demandas e razões globais das redes turísticas caracteriza o turismo como um importante e complexo fenômeno social contemporâneo promotor de encontros que podem conduzir a experiências diversas, desde a negação dos espaços vividos dos moradores das áreas receptoras, passando por sua inserção em forma de “espetáculos” até a possibilidade de experiências autênticas com a vivência espacial desses moradores.

Conforme afirma Conti (1997, p. 19), o turismo é revestido “por sonhos ou por arquétipos culturais sublimares”; por isso, não se apropria só do espaço físico, mas do conteúdo simbólico das paisagens, produzindo mitos a serem vendidos, revestindo o espaço, então, de visões simbólicas. Essas visões remetem às representações sociais forjadas pelo contingente de turistas ao qual se destina a produção espacial do turismo, ou seja, um projeto de reconstrução objetiva ao mundo. Essa atividade incide também sobre as áreas emissoras dos fluxos turísticos. Como construção objetiva do mundo, essas representações são dotadas de concretude porque remetem a objetos materializados nos lugares e referenciado na experiência vivida das áreas receptoras.

Castro (1997) destaca que a terra sempre funcionou como fonte de símbolos e de significados, sendo a interação entre o homem e a terra condição ao estabelecimento do imaginário social, e “[...] mais do que inspirador dos mitos e base da organização dos rituais que compõem o imaginário, o espaço é ao mesmo tempo continente e conteúdo dos seus signos e símbolos”.

O turismo é uma atividade cuja primazia da elaboração de “imagens símbolos” engendra o consumo em larga escala dos espaços onde são desenvolvidas, delineando-se como um “devorador de paisagens”, degradador do meio ambiente e descaracterizador de culturas tradicionais. O aporte da venda de imagens e de signos, mediante a inserção seletiva e hierárquica dos lugares no movimento global de viagem e lazer propiciado pelo turismo, perpassa todas as suas ramificações dos “paradisíacos”, redutos do sol e praia do turismo de massa, aos

“bucólicos” campos e fazendas do meio rural, até o “exotismo amazônico” dos hotéis de selva. O aporte simbólico dessa produção pode ser medido pela descrição feita por Marcellino (2000, p. 43) das três dimensões que envolvem a viagem de lazer: a imaginação, o real/ação e a recordação.

Dessa perspectiva, é perfeitamente possível entender a relação contraditória das redes de informação no processo de construção das imagens e símbolos dos espaços do turismo. Sendo fluxo, a rede tanto permite que se amplie a consciência, por meio da divulgação das atividades turísticas, sobre diversidade ambiental e cultural existente no mundo por meio do contato com variado leque de culturas locais resultantes, em sua maioria, dos processos cotidianos de comunicação; como permite a saturação de imagens, e também a criação e a circulação inusitada de ícones para o consumo em grande escala, tem-se a experiência individual direta com o ambiente da paisagem rústica e o nativo pitoresco.

A análise do turismo pela geografia implica a definição da percepção e da relação corpórea dos grupos sociais locais com o lugar, buscando compreender sua inserção nos empreendimentos do turismo, a percepção dos grupos sociais locais sobre esses empreendimentos e as vias pelas quais os objetos técnicos inerentes ao turismo são modificados pelos traços emocionais locais. Por fim, volta-se a atenção para o papel das representações sócio-espaciais, enfatizando a análise dos discursos presentes nas representações e os símbolos forjados a partir e sobre elas. Essas representações sobre os espaços turísticos dizem respeito às projeções realizadas pelos gestores públicos e privados dessa atividade e pelas visões ou pelos olhares dos turistas e de suas diversificadas demandas sobre áreas receptoras.

Não se pode pensar em turismo sem menção aos meios de hospedagem, transporte e serviços de apoio, que são necessários para que essas atividades se consolidem. Assim, trataremos no próximo capitulo do estudo dos meios de hospedagem. A esse propósito, um breve histórico da hotelaria será apresentado com a intenção de se mostrar como esta se desenvolve e se consolida nos espaços turísticos.

CAPITULO 2

Dos Hotéis aos Resorts: as mutações da atividade turística

2.1 – O surgimento da hotelaria

Não é possível precisar exatamente como ou quando surgiu a atividade hoteleira no mundo. Mas, os indícios levam a crer que esta atividade tenha se iniciado em função da necessidade natural que os viajantes têm de procurar abrigo, apoio e alimentação durante seus períodos de permanência fora de casa. De acordo com o livro Introdução ao Turismo e Hotelaria, editado pelo SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, a primeira noticia sobre a criação de um espaço destinado especificamente à hospedagem vem de alguns séculos antes da era cristã, quando na Grécia antiga, no santuário de Olímpia, eram realizados os jogos olímpicos. Para esses eventos, foram especialmente construídos, o estádio e o pódio, onde se homenageavam os vencedores e ficava acessa a chama olímpica. Mais tarde foram acrescentados os balneários e uma hospedaria, com cerca de 10 mil metros quadrados, com a finalidade de abrigar os visitantes. Essa hospedaria teria sido o primeiro hotel que se tem notícia na história do homem.

Já as termas romanas, embora não se destinassem propriamente à hospedagem e sim ao lazer, dispunham de água quente, instalações de até 100 mil metros quadrados e cômodo para os usuários descansarem. Dependendo do status do cliente, esses aposentos podiam ser luxuosos e de grandes dimensões, ou mais simples, menores, até mesmo de uso coletivo, para pessoas comuns.

A evolução da hotelaria sofreu grande influência dos gregos, especialmente dos romanos, que tendo sido ótimos construtores de estradas, propiciavam a expansão das viagens por todos os seus domínios e, conseqüentemente, o surgimento de abrigos para os viajantes. A Bretanha, por exemplo, durante muitos séculos dominados por Roma, incorporou à sua cultura a arte de hospedar, e ao longo de suas estradas se multiplicaram as pousadas. Essa mesma tendência era comum a quase todos os países europeus, igualmente influenciados pelos romanos.

Como naquela época os meios de transportes disponíveis, não percorriam mais que 60 quilômetros por dia, as viagens quase sempre duravam alguns dias.

Disso resultou em um grande estímulo à criação das hospedarias que, em Roma, obedeciam a regras muito rígidas; por exemplo, um hoteleiro, não poderia receber um hospede que não tivesse uma carta de apresentação assinada por uma autoridade, estivesse essa pessoa viajando a negócios ou a serviços do imperador.

Nas grandes e refinadas “mansiones”, amplos “hotéis” situados ao longo das principais vias, tais normas eram erguidas a risca, o que não acontecia nas pequenas pousadas que proliferavam nas redondezas das “mansiones”. Essas hospedarias eram muito numerosas e chegavam a dar nome a certas regiões e a alguns locais de entretenimento, como o circus.

A famosa Via Appia, por exemplo, era um local repleto de pequenas pousadas, ao tempo do Império Romano e naqueles estabelecimentos ocorria toda sorte de crimes e desordens. Essa época de intrigas políticas e intensa luta de poder, os magistrados mantinham essas pousadas sob vigilância, já que civis e militares além dos funcionários dos correios ali se hospedavam. Isso levava as autoridades a colocarem os donos de pousadas em suas folhas de pagamentos, para que eles relatassem tudo que ouvissem de seus hospedes. A lei obrigava a manter vigília à noite, visando a segurança dos hospedes de quem eram obrigados a anotar nomes, a procedência e a nacionalidade. Esse panorama continuou mais ou menos até o final da Idade Antiga. Com a queda do Império Romano, as estradas vieram a ser menos usadas, em razão da falta de segurança. Isso diminuiu o número de hospedes, prejudicando seriamente as pousadas.

Desse modo, a hospedagem passou a ser oferecida pelos monastérios e outras instituições religiosas, bem mais seguras e confiáveis.

De inicio um serviço informal, essa hospitalidade dispensada pelos religiosos tornou-se, mais tarde, uma atividade organizada, com a construção de quartos e refeitórios separados, os monges dedicados ao atendimento dos viajantes. Posteriormente, foram construídos prédios próximos aos monastérios, destinados exclusivamente aos hospedes dando origem às pousadas.

Nesses abrigos, os hospedes eram obrigados a cuidar da própria alimentação, da iluminação (velas, lampiões, etc.) e das roupas de dormir. Além disso, os viajantes dependiam da boa vontade e da acolhida dos responsáveis pelas pousadas.

No século XII, as viagens na Europa voltaram a se tornar mais seguras, e rapidamente as hospedarias se estabeleceram ao longo das estradas. Aos poucos, diversos países implantaram leis e normas para regulamentar a atividade hoteleira, especialmente a França e a Inglaterra.

A França, por exemplo, já dispunha de leis reguladoras dos estabelecimentos e dos serviços hoteleiros no ano de 1254 (século XIII), enquanto na Inglaterra isso aconteceu em 1446 (século XV). No ano de 1514 (século XVI), os hoteleiros de Londres foram reconhecidos legalmente, passando de hotelers (hospedeiros) para innholders (hoteleiros).

Em 1589, foi editado pelos ingleses o primeiro guia de viagens de que se tem noticia definindo de modo claro os diferentes tipos de acomodações disponíveis para viajantes a negócio ou a passeio.

No interior da Inglaterra, muitas pousadas se desenvolveram a partir dos monastérios que fechavam suas portas. Alguns modernos hotéis ingleses, sem dúvida, tiveram essa origem, a exemplo do New Inn em Gloucester, e o George em Glastonbury.

Em 1650 (século XVIII), consolidou-se na Europa um meio de transporte que teve grande influência na expansão da hotelaria: as diligências, as carruagens puxadas por cavalos.

Durante quase 200 anos, esses veículos circularam pelas estradas européias, garantindo um fluxo constante de hospedes para as pousadas e hotéis. Convém notar que muitos serviços de diligencias foram estabelecidos pelos próprios hoteleiros, que assim conseguiam uma clientela fixa para seus estabelecimentos.

Até o fim da era das diligencias, em torno do ano de 1840 – quando surgiram as ferrovias -, os terminais de trota e os estábulos ficavam instalados nas pousadas.

Velhos estabelecimentos foram reformados ou construídos, em estradas que levavam a capital, devido ao constante e intenso trafego das diligencias. Algumas das maiores pousadas daquele período foram projetadas especificamente para se adaptarem a esse tipo de transporte, fazendo em muitos casos, o papel de estações de chegada e de partida de viajantes. Esses estabelecimentos contavam com escritório de reservas e salas de espera; além disso, muitas dessas “estações” ofereciam aos viajantes a possibilidade de fazerem reservas e compra de

passagens, de várias rotas, a partir da pousada – o Hotel Royal, na Inglaterra, por exemplo, tinha um total de 23 linhas.

Com a chegada das ferrovias, as diligencias praticamente desapareceram, e a rede hoteleira que delas dependia sofreu um golpe muito grande, já que as ferrovias eram um meio de transporte muito mais eficiente e rápido, que resultava em viagens de menor duração. Muitos hoteleiros não conseguiram se adaptar aos novos tempos, já que estavam habituados com determinadas regras de hospedagem.

Dessa maneira, muitos hotéis fecharam suas portas ou reduziram seu tamanho, enquanto outros estabelecimentos conseguiram acompanhar as novas regras e se ambientar com o novo meio de transporte. Novos hotéis foram construídos próximos as estações ferroviárias, a exemplo de Fuston em Londres.

No final do século XIX, os hospedes tinham se tornado muito mais exigentes e então para atender essa demanda surgiram hotéis de grande luxo, como os famosos Savoy, Ritz, Claridge, Cartton e outros, acompanhando a tendência dos fabulosos trens e navios de passageiros da época. Esses novos hotéis além de oferecerem serviços de qualidade e luxo, conferiam aos seus hospedes status de usuários e consumidores de luxo e conforto, serviam para a elite se mostrar e mostrar seu poder econômico.

2.2 – Do Pouso Tropeiro aos hotéis superluxuosos: um breve olhar sobre a história da Hotelaria no Brasil

Em 1870 temos na capital paulista muitos hotéis. O brasileiro, que antes ignorava a precariedade dos “pousos”, enxergando o rudimentar segmento como algo exótico, voltava seus olhos somente para a Europa, cenário recomendado na época para férias e lazer dos endinheirados, nos últimos anos do século já começa a experimentar os hotéis tradicionais, porém mediante certa apresentação. A cidade de São Paulo, ainda em sua formação inicial de urbanização, o “Triangulo Central”, teve seus principais elementos hoteleiros localizados próximos à faculdade de Direito e as Estações Ferroviárias da cidade. Um dos mais notáveis deste período foi o Grande Hotel, construído por encomenda do alemão Frederico Glete, na Rua São

Bento, esquina do Beco da Lapa (atual Rua Miguel Couto), inaugurado em 1878 era considerado, conforme dados da época como, “melhor hotel do Brasil”.

Com a inauguração do Grande Hotel, é assinalada no Brasil a existência dos hotéis de luxo como eram conhecidos na Europa. Ocupava todo um quarteirão: Beco da Lapa, Rua São Bento até a Rua São José, hoje Líbero Badaró. Em 1964, foi demolido, dando lugar a um edíficio comercial, e deixando sem dono um marco da hotelaria brasileira

Figura 01: **Grande Hotel, inaugurado em São Paulo em 1878.**



Fonte: A cidade da Light 1899 – 1930, São Paulo, Eletropaulo, Vol. 1, 1990, p. 121.

Org: GOMES, N.G.U., 2008

Nos anos seguintes, a hotelaria paulistana continuou a se expandir, sempre a partir da região central. Na década de 20 a capital paulista ganhou o Hotel Terminus (localizado na Avenida Prestes Maia, onde está o Edíficio da Receita Federal) com mais de 200 quartos e também o moderno Hotel Esplanada, hoje sede do Grupo Votorantin, com 250 quartos, proximo ao Teatro Municipal que formava o mais belo postal da época. Neste cenário, onde luxo e requinte eram uma constante, a elite paulistana tinha como principal ponto de encontro essas instalações que por suas caracteristícas conferiam status aos seus frequentadores.

Esses empreendimentos deram uma nova configuração a capital paulista, além de conferir um status de luxo transformaram radicalmente o entorno desses estabelecimentos. Valorizando e criando áreas de crescente e intensa urbanização.

Esse constante adensamento acabou por degradar as áreas centrais e desvalorizar esses espaços que só com programas de revitalização e um grande investimento da prefeitura pode aos poucos ter de volta sua importância resgatada.

Na maioria dos caso ocorre um fenômeno de grande valorização e adensamento da terra urbana em volta desse grandes hotéis, mas além disso o que se observa é uma grande exclusão de uma parcela da população que se ve mais marginalizada ainda com essa implantação do turismo e seus componemtes.

Figura 02: **Hotel Esplanada, inaugurado em São Paulo em 1920**.



Fonte: http://brazilpostcard.com/pgbraz02.html

Org: GOMES, N.G.U., 2008

Outro importante exemplo da produção arquitetônica da década de 20 é o Hotel Central. Um marco da época estava instalado num prédio histórico de autoria do arquiteto Ramos de Azevedo que era considerado um dos mais importantes arquitetos de São Paulo no inicio do século XX. Localizado na Avenida São João, o edifício projetado e construído em 1915 foi uma das mais expressivas obras da capital à época simbolizando um período de crescimento e desenvolvimento da cidade. É o primeiro hotel de quatro pavimentos da capital, segundo fonte do próprio hotel. Neste período de grande produção cultural, São Paulo ganhou ainda o Center

Hotel, abrindo caminho para a época da modernidade, na cidade que já despontava como uma metrópole. Esses marcos da hotelaria conseguiram a seu tempo e modo inserir a capital paulista no circuito das grande cidades no cenário do turismo mundial.

A construção desses hotéis foi importante para a consolidação da cultura a medida que promoviam em suas instalações festas e apresentações de grandes artistas nacionais e internacionais. Colocaram assim cidades nos circuitos culturais mundiais. Seus respectivos locais de implantação sempre estavam de alguma forma ligados a teatros e áreas de grande concentração de atividades culturais.

Figura 03: **Vista do Teatro Municipal com o Hotel Esplanada em São Paulo na década de 1920**



Fonte: http://brazilpostcard.com/pgbraz02.html
Org. GOMES, N.G.U., 2008

Na década de 1920 ganhou forte expressão também no Rio de Janeiro a construção de grandes e luxuosos hotéis.. A cidade que já experimentou em seu berço a vocação para o turismo, em 1922 vivenciou com a inauguração do Hotel Gloria, com mais de 700 apartamentos, o inicio de uma época de franca expansão,

que resultou, entre outros empreendimentos, na inauguração do Copacabana Palace (1923), construído pela família Guinle, segundo se comenta a pedido do presidente Epitácio Pessoa. O francês Joseph Gire assinou o projeto, inspirado no Hotel Negresco de Nice e no Hotel Carlton, de Cannes, ambos na França. Pertencente hoje a Cadeia Orient Express, o importante hotel continua reinando majestoso em Copacabana, tendo passado por algum tempo por uma reforma que lhe devolveu todo seu glamour e lhe acrescentou extrema modernização.

Mas os mais importantes desenvolvimentos que essas construções causaram não estão em suas respectivas inaugurações e inicio de suas atividades, mas sim na grande transformação urbana de seus entornos. Como se pode constatar através das figuras 04, 05, 06 e 07, o Hotel Copacabana Palace promoveu uma intensa ocupação em seu entorno e veio através dos tempos a transformar o seu bairro em uma das áreas mais valorizadas do país.

Figura 04: **Praias de Copacabana e Leme, antes da construção do Hotel Copacabana Palace 1910**



Fonte: http://brazilpostcard.com/pgbraz02.html

Org: GOMES, N.G.U., 2008

Essa caracteristica de adensamento populacional no entorno da construção de grandes empreendimentos hoteleiros, é comum em todos os locais no mundo. A

valorização de áreas e sua consequente ocupação e tranformação é uma regra quase que geral.

Exemplos disso podem ser encontrados em vários locais ao redor do mundo. O hotel se instala em uma área vázia ou degradada, com pouca ocupação e logo traz com sua implantação uma valorização do seu entorno, e uma crescente ocupação urbana. Isso quando não planejado causa vários problemas para todo o municipio.

Esse geralmente associados a falta de equipamentos urbanos e alterações drastícas do fluxos de transportes urbanos. A abertura de novos espaços ou adensamento populacional de espaços antes vazios geram transtornos que se refletem em todo o município e não só nas áreas que isso ocorre. Portanto é importante o planejamento urbano como um todo na implantação de hoteis em áreas urbanas ou mesmo proximas delas.Pois essa implantação é capaz de interferir em uma grande área adjacente e levando consequências em vários espaços das cidades.

Figura 05: **Praia de Copacabana antes da construção do Hotel Copacabana Palace 1910**



Fonte: http://brazilpostcard.com/pgbraz02.html

Org.: GOMES, N.G.U., 2008

Figura 06: **Hotel Copacabana Palace em sua inauguração 1923**



Fonte: http://brazilpostcard.com/pgbraz02.html

Org: GOMES, N.G.U., 2008

Fgura 07: **Intensa urbanização no entorno, após a construção do Hotel Copacabana já na década de 1940.**



Fonte: http://brazilpostcard.com/pgbraz02.html

Org: GOMES, N.G.U., 2008

Na década de 1940, temos um período profícuo ao desenvolvimento de grandes hotéis, com destaque para os hotéis cassino como o Parque Balneário, em

Santos; o Grande Hotel em Poços de Caldas, o Grande Hotel em Araxá, o São Pedro e o Quitandinha em Petrópolis. Mas a proibição dos jogos de azar, por Getulio Vargas, em 1946, viria a conter esta franca expansão e desencadear uma crise no setor.

Muitos dos importantes hotéis da época fecharam suas portas ou foram reestruturados. Neste exato momento, era incontestável a posição de São Paulo na supremacia nacional, e isto influenciou na hotelaria que ganhou nova tipologia baseada na verticalização ou na localização na malha urbana.

Em 1954, a cidade ganha, junto ao Viaduto do Chá, o então gigantesco Hotel Othon Palace, hoje São Paulo Othon Classic, o primeiro empreendimento da família Bezerra de Mello na capital paulista, com 26 andares e completa infra-estrutura que fez dele uma referencia por anos seguidos, talvez até 1971, quando chegou a primeira cadeia Hoteleira Internacional no país, com inauguração do São Paulo Hilton Hotel, na Avenida Ipiranga, hoje desativado, marcando a mudança no sentido de uma administração profissionalizada na hotelaria brasileira. Na mesma categoria, surgem o Sheraton e o Meridien no Rio de Janeiro, enquanto grupos como a francesa Accor a espanhola Meliá e o Club Mediterranée, no mesmo período iniciam uma forte consolidação de suas respectivas marcas. Ao mesmo tempo pelo interior do país e no litoral do Nordeste surgem inúmeras construções de hotéis independentes, sendo o Hotel Jatiúca, em Maceió, um dos destaques desta fase.

2.3 – A hotelaria em Goiás

A história da hotelaria no estado de Goiás inicia-se na estrada dos goyases, desbravada e marcada no território do Brasil pelo bandeirante Anhanguera Filho. De 1722 até 1726 ele retorna ao estado três vezes, aproveitando para edificar as picadas onde seriam assentados os primeiros pousos. Estes pousos foram aparecendo para atender a aventureiros que se embrenhavam mato á dentro em busca do ouro das minas dos goyases. Muitos desses pousos desapareceram com o tempo ou com a queda da mineração.

Entretanto outros se transformaram em arraiais, vilas e cidades importantes do interior paulista, como Campinas, Mogi Mirim e Franca. A razão de muitos autores considerarem esses pousos como precursores da hotelaria goiana, é porque

as terras das minas dos goyazes pertenciam à capitania de São Paulo até 1749. A cidade de Jundiaí, pela sua proximidade com a Vila de São Paulo, foi a primeira a oferecer pouso, tornando-se a mãe biológica da hotelaria goiana.

Com o fim das minas de ouro, os pousos, pequenos aglomerados urbanos, foram se adaptando aos carreiros, boiadeiros e tropeiros, hospedes que praticavam um novo tipo de comércio vindo da agricultura e pecuária, que abasteciam a população de Goiás com produtos vindos de São Paulo e Rio de Janeiro.

Um estudo realizado pelo professor José Chiacriri Filho, diretor do Instituto Histórico de Franca, baseado em documentos existentes no arquivo público de São Paulo, revela que entre o Rio Pardo e o Rio Grande existiam no final do século XVIII, 14 pousos, assim denominados: Pouso do Rio Pardo, de Cubatão, das Lages, de Araraquara, dos Batatais, da Paciência, Alegre, do Sapucaí, dos Bagres, da Ressaca, do Monjolinho, do Couro, da Rocinha e do Rio Grande. Este estudo revela ainda que no censo demográfico desses arranchamentos, em 1779, contabilizava-se quase 150 pessoas a população geral de todos esses pousos. Vinte anos depois, em 1799, mesmo com o enfraquecimento do ouro goiano, essa população já estava em quase 600 pessoas.

Esses pousos eram construções rústicas, cobertas por folhas e aberto nas laterais. Seus hospedes ficavam expostos a todas as intempéries climáticas.

Segundo o naturalista francês August Saint Hilaire que percorreu esses pousos por volta de 1819, em direção a província de Goiás, o único “conforto” encontrado em sua viagem até Vila Boa foi no pouso de Batatais, cujo rancho era cercado por grossos moirões. Essa prática só fora notada novamente por ele quando da sua chegada em Vila Boa.

Assim com essa característica de improviso e total falta de conforto esses pousos vão caracterizando todo um território e causando a seu modo um assentamento populacional.

A Estrada de Ferro Goiás (atual ferrovia Centro-Atlântica), margeando a estrada dos Goyazes, chegou oficialmente em Catalão em 24 de Fevereiro de 1913, com a inauguração da estação ferroviária. As cidades ponteadas pelos trilhos e estações ferroviárias, no percurso de Catalão a Goiânia, foram beneficiadas pelo surgimento de pensões e hotéis, principalmente nas proximidades das estações.

De todos os municípios onde passava a estrada, o mais privilegiado foi o de Catalão. Em 1910, três anos antes da chegada da estrada de ferro, Catalão tinha uma população de 25 mil habitantes. Dez anos depois, em 1920, chegava a 38.574. Um aumento de mais de 50%. Neste aferimento, o IBGE constatou que o município era então o mais populoso do estado de Goiás.

Juntamente com os trilhos veio a maior colônia de imigrantes árabes, constituída de libaneses e sírios, em número de 232, que plantaram raízes catalanas, na sua maioria absoluta após a chegada da estrada de ferro. O lugar em imigração fica para os portugueses, em numero de 73. Em terceiro, os italianos representados por 61 imigrantes. É de conhecimento público e notório que esses imigrantes são conhecidos em todo o mundo como hábeis e tradicionais comerciantes. Muitos deles abriram pensões e hotéis que recebiam os viajantes que vinham a Catalão para empreender negócios, principalmente com gado e seus derivados, laticínios e curtumes. Além de enormes casas de comércios que abasteciam grande parte do sudeste, sudoeste e meio norte goiano.

Além de Catalão, as outras duas cidades que mais se beneficiaram com a implantação dos trilhos foram Ipameri e Pires do Rio, onde pensões e hotéis surgiram para atender essa grande demanda.

Durante muitos anos os trens de passageiro não dispunham do serviço de restaurante, sendo Pires do Rio, ponto de parada para as refeições. Assim também se justificava a existência das pensões e hotéis e vários restaurantes próximos às estações para receberem seus hospedes tanto para pernoites como para refeições.

O Hotel Goyano, construído por um espanhol procedente do extinto Porto do Corumbá, aos pés da ponte Epitácio pessoa, que liga Pires do Rio a Urutaí, vendeu o Prédio para João Morais, que o inaugurou como hotel no ano de 1924. Posteriormente foi vendido para José Martins, que fez reformas internas e externas, dando-lhe melhores condições de hospedagem e acabamento arquitetônico. Apesar de todas as intervenções ocorridas em sua estrutura física, durante 81 anos de existência, este é o hotel mais antigo de Goiás com funcionamento ininterrupto.

Ferreira, A. M. em sua dissertação de mestrado Urbanização e Arquitetura na Região da Estrada de Ferro – E.F. Goiás: Cidade de Pires do Rio, um Exemplar em Estudo, conta um fato peculiar que ocorria todos os dias nos primeiros anos de vida do Hotel Goiano: Era costume do proprietário sinalizar para os hóspedes, meia

hora antes, o horário das refeições, através de fortes batidas em um triângulo de aço. Esse hábito foi preservado por muito tempo e passou a ser um relógio para a cidade, somando-se a outro: os apitos dos trens. O som, audível em toda a zona urbana, marcava as refeições de toda a população: almoço se servia ás 10 e 30 da manhã e o jantar às cinco da tarde.

No recenseamento do IBGE de 1940, das oito cidades mais populosas do estado, quatro eram adjacentes a estrada de ferro: Anápolis, Ipameri, Catalão e Pires do Rio. Após 83 anos da inauguração da Estação Ferroviária de Pires do Rio, a sua hotelaria no ano de 2005 resume á existência de cinco estabelecimentos.

Na medida em que a estrada de ferro ia avançando no território Goiano, o desenvolvimento ia acompanhando e também chega às cidades de Leopoldo Bulhões (1931) e Anápolis (1935). Quando a Estação Ferroviária de Goiânia é inaugurada, em 1950, dá-se um fato inédito. A capital seria a única cidade que mesmo margeada pela ferrovia, onde a chegada do trem não influiu em quase nada no desenvolvimento hoteleiro. Porque já havia instalado na cidade toda uma estrutura hoteleira, que começou quando se iniciou a sua construção. Isto graças ao fato de que seu construtor Pedro Ludovico Teixeira, priorizou entre três primeiras obras a serem edificadas na futura cidade, um hotel o Grande Hotel, inaugurado oficialmente em 1937. Além deste, erguido por iniciativa do governo goiano, a iniciativa privada havia construído outros referenciais de hospedagem, a exemplo dos hotéis Marmo e Coimbra, além da Pensão Itajubá. Simples pensões e tímidos hotéis surgiram no Bairro Popular, em Goiânia, nas imediações da estação ferroviária. Definitivamente, a hotelaria goiana não se importou com a chegada dos trilhos.

Era preciso acomodar as pessoas. Com a construção de Goiânia em andamento, o seu idealizador, Pedro Ludovico Teixeira sempre teve isso em mente. Era indispensável que juntamente com os outros equipamentos públicos que abrigariam os poderes executivos, judiciários e legislativos, se construísse um hotel. Assim foi feito. Antes mesmo do lançamento da pedra fundamental de Goiânia, ocorrido em 24 de outubro de 1933, Pedro Ludovico Teixeira determinou que junto aos prédios de prioridade, como o Palácio do Governo e a prefeitura seria erguido um hotel.

A empresa P.Antunes Ribeiro e Cia apresentaram uma proposta para a construção dos três edifícios prioritários, que foi aceita pelo governo do estado e documentada através de um despacho no dia 9 de setembro de 1933. O contrato foi assinado pelo governador e secretário Geral de Estado, Colemar Natal e Silva; procurador fiscal e interino do estado, Elísio Taveira; pelo representante da P. Antunes, urbanista e arquiteto Atílio Correia Lima. O documento previa que as construções seriam edificadas num prazo de “mais ou menos sete meses”, o que na realidade não aconteceu. Levaram anos para terminar essas construções. No dia 28 de outubro de 1933, Pedro Ludovico aprovou o projeto para construção dos três prédios.

Em 1934, Atílio Correia Lima afasta-se da construção do Grande Hotel, contrariado com morosidade na edificação das três obras que estavam sob sua responsabilidade e de sofrer pressões para alterar seus projetos. Situações inaceitáveis para um profissional como ele, renomado nacionalmente. Com o afastamento de Atílio, Pedro Ludovico passa a responsabilidade da edificação do Grande Hotel à firma Coimbra Bueno e Pena Chaves Ltda. Pouco tempo depois, a razão social é alterada para Coimbra Bueno Ltda., ficando a empresa nas mãos dos irmãos Jerônimo Coimbra Bueno e Abelardo Coimbra Bueno.

Ao assumirem a seqüência da construção do hotel, promovem várias alterações no projeto arquitetônico inicial de Atílio Correia Lima, assessorados pelo engenheiro e urbanista Armando Augusto de Godoy. As mudanças mais significativas aconteceram na fachada do hotel, a começar pela porta principal de entrada que recebeu uma cobertura em direção a calçada, bem como uma mudança de design. As dimensões das janelas e seu formato foram fortemente alterados. Ainda houve a inserção de platibandas que não existiam, além da colocação de letreiro (Grande Hotel, escrito em argamassa) na parte central superior. Em resumo, as mudanças contribuíram para que o Grande Hotel recebesse uma arquitetura mais conservadora.

Passados dois anos do início da sua construção, ele fica pronto. Seus três pavimentos abrangiam 60 quartos, quatro apartamentos de luxo, com água encanada em todos eles, vários banheiros, servidos de água quente e fria, destinados aos quartos que não dispunham desse luxo, além de salão de refeições, garagens e outros compartimentos.

Dois editais são publicados, no decorrer do primeiro semestre de 1936, com propósito de abrir concorrência pública para que o Grande Hotel fosse arrendado. No entanto, nenhuma proposta apareceu.

A estrutura a ser implantada para o seu funcionamento, de acordo com o universo incomensurável de exigências discriminadas nos dois editais, assustava qualquer interessado.

Era necessário um quadro de 19 funcionários e aquisição de mobiliário, talheres, roupas de cama e mesa, vestuário funcional e outros utensílios que representavam o que havia de melhor à época. Sem contar a rigidez das normas vinculadas à manutenção diária. Mesmo diante da obviedade de que este seria o melhor local para hospedagem por um bom tempo na nova capital goiana, com garantia de ocupação, os valores a serem investidos no funcionamento do Grande Hotel era muito alto.

Para solucionar o impasse, e fazer funcionar o estabelecimento, o governo de Goiás tomou a decisão dele mesmo administrar o hotel, publicando no dia 20 de julho de 1936, o decreto nº 1.230, designando os funcionários públicos estaduais João da Veiga Jardim, Escolástica A. de Camargo e Raul Couto para os cargos de administrador, e guarda livros do local.

Logo após o recebimento da portaria, nomeando-o administrador, na verdade gerente, João da Veiga Jardim viajou para São Paulo, com o propósito de adquirir os utensílios necessários ao funcionamento do hotel, para que se pudesse receber seus hospedes em absoluta ordem e limpeza e sem nenhum retoque em suas instalações.

No dia 15 de agosto de 1936, enquanto João da Veiga Jardim, ainda se encontrava em São Paulo, comprando material, Pedro Ludovico, recebe uma comissão de deputados que vieram inspecionar o andamento das obras em Goiânia, antes que fosse votada a transferência definitiva da capital da Cidade de Goiás para Goiânia. Essa comissão era constituída pelos deputados Agenor Alves de Castro, João d'Abreu, João Jacintho de Almeida, Manuel Balbino de Carvalho e Victor Coelho de Almeida. Estrategicamente, ainda que o local não estivesse "nos trinques", aguardando suas peças para o pleno funcionamento, os deputados são acolhidos nas suas dependências, tornando-se seus primeiros hóspedes.

Além de acolhê-los, à tarde do dia 17 foi reservada para um coquetel de

inauguração do bar do hotel, oferecido pelo engenheiro Abelardo Coimbra Bueno, superintendente das obras de Goiânia. Era preciso impressionar. Esse grupo retornou à Cidade de Goiás, no dia 18, muito provavelmente muito satisfeitos com a hospedagem. Ainda antecipando a inauguração, nos dia 22 e 23 de agosto de 1936 foi hospedado outro grupo de deputados. Pedro Ludovico continuava a impressionar. Era preciso também o voto desses senhores na assembléia para a aprovação da transferência definitiva da capital para Goiânia.

Após a aquisição de tudo que era necessário para que o Grande Hotel pudesse funcionar, Pedro Ludovico publica outros editais com o propósito de arrendamento. Agora já não seria tão difícil passar o negócio para frente. O que de fato acontece, quando foi veiculado o edital de 6 de outubro de 1936.

Maria Nazaré Jubé Jardim apresenta sua proposta e ela é aceita. Detalhe: ela era esposa de João da Veiga Jardim, o então na época, gerente do local. Já dona do Grande Hotel, Maria Nazaré muda-se e passa a residir no local, preparando-o para iniciar oficialmente a hospedagem. Para ocuparem as principais funções são contratados profissionais qualificados oriundos da cidade de São Paulo. Dois fatos curiosos chamam à atenção na história do Grande Hotel. O contrato de arrendamento foi assinado no dia 17 de fevereiro de 1937 e contou com a assinatura do brilhante intelectual goiano Zoroastro Artiaga, na condição de testemunha. Até aí nada demais, se essa data não fosse posterior à realização do seu primeiro réveillon que aconteceu em 31 de dezembro de 1936, embora a inauguração oficial que se desse no dia 23 de janeiro de 1937. Situação que nos leva a crer na existência de um documento intermediário entre a proposta aceita e o contrato de arrendamento.

Há também a possibilidade de que valia muito a máxima segundo a qual a palavra manifestada num acordo verbal era lei naquele tempo. Acrescentando outra curiosidade à história do Grande Hotel, na fase que sua construção se encontrava próxima aos contornos finais, diz respeito ao seu primeiro carnaval (o primeiro também da nova capital que se erguia). Para organizar a festa, que caiu nos dias 25, 26 e 27 de fevereiro de 1936, constituiu-se uma comissão composta por Carlos de Freitas, Eduardo de Freitas, Solon de Almeida, Godofredo Azeredo e Carlos Bezerra. Ela providenciou a ornamentação do hall e salão de refeições do hotel, instalação de Buffet e distribuição dos convites. A animação musical ficou por conta do Jazz Band Imperial. Segundo o jornal Goiânia, o evento

reuniu “a alta sociedade de Campinas (atual bairro de Goiânia) e Goiânia”.

A inauguração oficial, por sua vez, foi um significativo acontecimento social e político. Às 21 horas do dia 23 de janeiro, o interventor Pedro Ludovico Teixeira declarou que estava em poucas palavras inaugurado o Grande Hotel, e que em seguida o padre José Sebastião, da Ordem Redentorista, faria a bênção e que o discurso oficial seria proferido por Manoel Gomes Pereira, secretário de Governo.

O discurso transcrito na íntegra do jornal Correio Oficial, de 27 de janeiro, revelou-se longo e naturalmente ufanista. Desconforto, muito desconforto deve ter causado aos presentes. Inimaginável entender como uma multidão pode se comprimir no interior do hotel, mesmo se dividindo em seus vários compartimentos. Presentes à inauguração estavam deputados, secretários de governo, intelectuais, autoridades judiciárias e eclesiásticas, além de vários prefeitos, dentre eles destaque para o primeiro prefeito de Goiânia, Venerando de Freitas Borges. Somente do interior vieram cerca de 30 comitivas de municípios goianos. Após o cerimonial de inauguração teve início um baile animado pelos alunos do professor Lenza e da 1ª Cia da Polícia Militar.

Figura 08: **Fachada do Grande Hotel, Goiânia 1939.**



Foto: Arquivo Jornal O Popular.

O primeiro gerente do Grande Hotel foi Gil Pinto Leão, vindo da cidade de São Paulo, onde tinha um restaurante, localizado na Avenida São João. Chegou no

final de 1936, e permaneceu no cargo até 1944. Porém, o gerente mais importante foi sem dúvida João de Paula Teixeira Filho, o primeiro fotógrafo nomeado pelo governo, que chegou a Goiânia no ano de 1938. Antes de tornar-se gerente trabalhou como “retratista”, conforme se dizia naquele tempo, até a metade dos anos 40, para depois assumir a chefia da Guarda Civil, a Delegacia Regional do Serviço de Abastecimento e da Previdência Social. Ainda foi vereador, presidente da Câmara Municipal e chegou a prefeito de Goiânia (5 de março de 1955 a 31 de janeiro de 1959). Esportista, contribuiu para a fundação do Atlético Clube Goianiense e do Goiânia Esporte Clube. Ainda foi técnico da Seleção Goiana de Futebol.

Registros esparsos apontam que além de Maria Nazaré Jubé Jardim, foram também arrendatários do Grande Hotel, Clotário Mena Barreto e Augusto Carvalho Franco, Pedro Galleti e Mafalda Tavares Franco.

Hospedar-se no Grande Hotel nos seus primeiros anos era certeza de ter seu nome inserido nas colunas sociais dos jornais da jovem capital goiana. Colunistas batiam ponto cotidianamente na portaria do hotel em busca de informações de quem estava hospedado e ainda procuravam desvendar o motivo de sua estada em Goiânia. O colunista de O Popular, João Guimarães, por exemplo, vivia por lá anotando quem chegava e quem saía. Depois era só atravessar a rua, pois o jornal ficava na mesma Avenida Goiás, onde era sediado o Grande Hotel. Com um detalhe, João, que ficaria famoso em Goiânia por suas festas nas décadas de 60 e 70, só anotava ou falava o que via e ouvia. Não escrevia uma letra, o que era feito pelos outros repórteres do O Popular, jornal único na cidade nesta época.

Dois dos hóspedes do Grande Hotel merecem, sem dúvida, destaque especial: o escritor brasileiro Monteiro Lobato e o poeta chileno Pablo Neruda.

Um ano e meio, após a inauguração oficial, em agosto de 1938, o governo de Goiás, através da Secretaria Geral, publicou um despacho intimando a arrendatário do Grande Hotel, Maria Nazaré Jubé Jardim, a “efetuar todos os pagamentos atrasados, dentro de 30 dias”, para não perder a concessão. Eram débitos com o Estado e o sistema previdenciário. Como não houve pagamento a concessão embora contestada veementemente pela população, foi cassada.

Em 1949, a dívida com a Previdência já era enorme, o que significa que o próprio governo goiano também não se interessou muito em quitá-la. Para solucionar

o problema, a administração pública optou pela saída mais óbvia: entregou o prédio do Grande Hotel para a Previdência. A proprietária federal celebra por vários anos contratos com particulares que mantêm a vocação natural do imóvel funcionado como hotel até a primeira metade da década de 70, quando ele é realocado para lojistas. No início dos anos 80 a Previdência requer o imóvel para seu uso, o que só é conseguido após vencer na Justiça Federal contenda com Pedro Galleti, último locador do prédio, através de uma ação de despejo que acontece em 1982.

O prédio do Grande Hotel foi tombado como patrimônio histórico de Goiás pelo governo goiano, com a lei nº 8.915, de 13 de outubro de 1980. Também pelo município, com a lei nº 6.962, de 21 de maio de 1991, e pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), através da portaria nº 507, de 18 de novembro de 2003.

Essa lei de tombamento nº 8.915 foi a que realmente segurou as paredes do Grande Hotel para que ele não fosse demolido na década de 80. Em 1981, era presidente da Fundação Cultural de Goiás o escritor Jacy Siqueira. Ele foi o mentor da idéia de tombar alguns prédios e logradores históricos de Goiânia. No entanto, quem assumiu o propósito e por ele brigou até as instâncias finais para vê-lo concretizado foi o escritor José Mendonça Teles, que na época era presidente do Conselho Estadual de Cultura de Goiás.

Por duas vezes, em 1981 e 1985, o INSS rangeu enfurecido contra as paredes do Grande Hotel para colocá-lo abaixo. A fúria de 1985 acabou por provocar do primeiro prefeito de Goiânia, Venerando de Freitas Borges, um desabafo antológico proferido no dia 3 de novembro de 1985, no interior do Conselho Estadual de Cultura, em defesa do hotel:

"Tomando conhecimento, através de notícia divulgada pela imprensa, de que é propósito do atual Superintendente do IAPAS (Habib Issa) promover a demolição do Grande Hotel para construir no local, esquina da Av. Goiás com Rua Três, um edifício de grandes proporções, venho externar meu veemente protesto ante tamanho atentado ao patrimônio histórico de Goiânia, considerando que o referido prédio já foi tombado pelo Governo do Estado de Goiás (Lei 8.915). Testemunha do quanto significou o Grande Hotel para o progresso e o desenvolvimento da nossa Capital, desejo manifestar minha revolta, não assistindo, calado, à dilapidação do valioso patrimônio construído à custa de muita luta.

Aqueles que não participaram da construção da Nova Capital, que não dormiram nos ranchos e nas casas de tábuas; que não ouviram o martelar e o ruído das máquinas, dia-e-noite; que não comeram a poeira das ruas desprovidas de pavimentação asfáltica; aqueles que não sofreram o desconforto e não queimaram a pele ao sol causticante da chapada, não podem calcular o que o Grande Hotel representou nos primórdios de Goiânia; enfim, àqueles que não participaram da epopéia bandeirante, que abriu nova fronteira e deu a Goiás extraordinária dimensão no panorama nacional, não assiste o direito de destruir o que foi edificado com sacrifício".

Outro escritor, Brasigóis Felício, que é também jornalista, muito contribuiu para integridade física do Grande Hotel, com seus artigos veiculados no jornal O Popular. Na edição de 22 de abril de 1987, a sua matéria com o título O Grande Hotel não será "tombado", cumprimenta o superintendente do IAPAS em Goiás, Oscar Azevedo, pela sua iniciativa de restauração do prédio, com o propósito de transformá-lo em museu.

Mas o Grande Hotel, que integra o conjunto arquitetônico da art decô de Goiânia ao longo dos seus 69 anos de vida, vem sofrendo mutilações desde o início de sua construção, quando Atílio Correia Lima, deixa a direção da obra e assumem o comando os irmãos Coimbra Bueno. Outras descaracterizações vão se sucedendo na passagem dos tempos. A mais significativa (talvez) tenha ocorrido no ano de 1986, na reforma promovida pelo ex-ministro da Previdência, Jader Barbalho descaracterizando totalmente as instalações de todo o prédio.

No interior do prédio, há apenas vestígios arqueológicos das feições íntimas e primeiras do Grande Hotel. Como uma faixa de tacos paulistas e outra de piso ladrilhado, onde funcionava o restaurante e todo seu interior foi descaracterizado e mutilado.

Desde o dia 3 de julho de 2004 funciona no prédio, nos três andares da ala de acesso pela porta central, na Avenida Goiás, o Centro de Memória e Referência de Goiânia, que integra a Secretaria de Cultura de Goiânia. Na parte do prédio cujo acesso é feito pela Rua 3, estão os três pavimentos ocupados pelo INSS, inclusive a garagem que décadas atrás serviu ao estabelecimento. O Centro de Memória e Referência de Goiânia, com seu acervo documental e livros, tem o propósito de atender estudiosos do processo histórico de Goiânia e do Estado.

Além de ofertar as instalações para os produtores culturais divulgarem e comercializarem seus trabalhos, ainda promove palestras e oficinas de arte. Este centro cultural só foi criado, graças a um convênio assinado pelo então secretário de Cultura do Município de Goiânia, teatrólogo Sandro di Lima e pelo então prefeito Pedro Wilson, com os representantes do INSS, proprietário do prédio.

Assim se iniciou e se fortaleceu a hotelaria em Goiânia e ao longo do estado outras localidades se destacaram pela implantação e expansão do parque hoteleiro, exemplo como Caldas Novas, Pirinópolis, Rio Quente entre outras localidades se destacaram ao longo do tempo como pólos turísticos, com um parque hoteleiro importante.

Como se deu o desenvolvimento e a implantação de uma estrutura turística no país é agora o tema de estudo do próximo capítulo. Como se configurou e se consolidou o parque nacional na rota do turismo mundial e como se destacou a implantação de novos objetos turísticos.

2.4 – A efervescência dos anos 1970 e o surgimento dos apart- hotéis nos anos 1980

O grupo Francês Accor iniciou suas atividades no Brasil em 1976, primeiro no setor de alimentação com o Ticket Restaurante. Até 1998, a NHT Hotelaria e Turismo S/A, eram o braço hoteleiro do Grupo Accor, tendo, a partir de então, alterada sua razão social para Hotelaria Accor Brasil, controlada pelos Grupos Accor/França (50%), Brascan/ Canadá (40%) e Espírito Santo/Portugal (10%). No Brasil, hoje, o grupo ocupa posição de maior operadora do país.

Nesta mesma década observa-se a forte expansão da Rede de Hotéis Othon, e também da Rede Luxor. Outro destaque foi a Horsa Hotéis Reunidos S/A, que construiu nesta época o Hotel Nacional, super luxo da praia de São Conrado, no Rio de Janeiro, que então se equiparava ao mesmo padrão do suntuoso Copacabana Palace. Ainda nesta década, a Abril Cultural lançou Resorts padrão luxo, sob a marca Quatro Rodas em Recife, São Luis e Salvador, enquanto o Banco Real iniciou a construção do luxuoso Transamérica, em São Paulo e, em seguida na região de Comandatuba, próximo a Ilhéus Bahia o primeiro resort de luxo do Brasil.

A criação da EMBRATUR (Instituto Brasileiro de Turismo) em 1968, a disponibilidade de financiamento de longo prazo (EMBRATUR, FINAME, etc.) e incentivos ficais (SUDENE, SUDAN) para a construção de hotéis, justificam a efervescência do período.

Na década de 1980, nota-se uma retração da hotelaria de luxo, para dar lugar ao fenômeno dos apart-hoteis ou flat services, que surgiu como um negócio novo, seguro viável. Os pequenos e médios investidores puderam então participar de empreendimentos hoteleiro-comerciais, com investimentos baixos e um retorno atrativo do capital. Os efeitos danosos da desenfreada expansão seriam sentidos porem, apenas a partir dos anos 90, quando a super oferta, especialmente em São Paulo, começou a gerar a conseqüência a desestabilização do setor, com diárias médias que não condiziam com as necessidades do setor.

Além das fontes de capital internas, a indústria hoteleira brasileira no final dos anos 90 a atenção do capital estrangeiro, que começou a investir em hotéis no Brasil, primeiramente através das próprias cadeias hoteleiras. Exemplos destes investimentos incluem; a compra da rede Ceasar Park pelo grupo mexicano Posadas; a construção do Grant Hyatt em São Paulo, com investimento da própria Hyatt e do grupo argentino Libermann; o Marriott Copacabana com investimento da própria Hyatt e do grupo argentino Libermann o Marriott Copacabana com investimento total da Marriott Internacional; o novo Hilton em São Paulo, construído pela Hilton Internacional; e o Grupo Pestana de Portugal que adquiriu quatro hotéis em Salvador, Rio de Janeiro, Angra dos Reis e Natal.

Na virada do século os apart hotéis também continuaram em franca expansão. Porém, um problema com os apart hotéis é que a decisão do desenvolvimento de uma nova unidade não é derivada do real crescimento da demanda hoteleira, mas sim da conjuntura do mercado imobiliário. O incorporador do apart hotel, na maioria das vezes, investiga principalmente se existe a demanda para compra de imóveis, mas não busca se certificar de que haja a necessidade de uma nova unidade hoteleira dentro daquele determinado mercado. Este procedimento fez com que alguns mercados (como é o caso de São Paulo e Belo Horizonte) caminhassem para uma super oferta, prejudicando a desempenho geral do segmento hoteleiro.

Diante desta nova realidade, dessa concorrência de novos meios de hospedagem, a hotelaria passou a se especificar, ou melhor, passou a usar a arquitetura para fazer de suas instalações locais únicos, onde os hospedes se sintam tão bem e especiais que se tornem consumidores fieis, ignorando os preços e usufruindo dessas instalações o máximo possível.

Esses novos projetos são mais sensíveis que técnicos, pois neste momento atual está havendo certo retrocesso dentro da historia da arquitetura ao século XIV quando o renascimento floresceu dentro dos estilos arquitetônicos tendo o homem como peça chave e centro do universo. A construção era destinada ao homem. Diante da sobrecarga de responsabilidade do homem atual, esta surgindo o Estilo Minimalista onde o mínimo necessário, parece marcar o perfil das construções e estende-se aos empreendimentos hoteleiros. Isso significa dizer eu formas puras, ambientes amplos, limpos e despoluídos, livres de peças ou locais sem função, poucas paredes, cores pensadas claras quando apropriadas a função, ou pasteis quando se quer quebrar o poluído do visual externo das metrópoles.

Baseado nestas informações pode-se afirmar que o luxo ou os mega-empreendimentos hoteleiros com aspectos copiados dos hotéis já existentes é que nos dão a sensação de estarmos em qualquer lugar, pois são completamente impessoais, dá lugar a hotéis concebidos com criatividade, originalidade, luxo, mas controlado, seria mais adequado de acordo com a definição atual, dizer-se fino e elegante, com design e com preços moderados.

2.5-O surgimento de um novo produto turístico: os Resorts

A indústria do lazer no Brasil está em pleno apogeu. Ela começou a tomar corpo em pouco mais de seis anos. Reflexo das modificações ocorridas no mundo, proporcionando mais conforto, facilidades e maior tempo livre. Estudos realizados pelo segmento hoteleiro detectaram, a partir dos anos 1990, ainda no final do ultimo século, o crescimento do ócio nas sociedades popularmente constituídas.

O crescimento demográfico diminuiu, as nações amadureceram e o número de aposentados vem aumentando, desde então, consideravelmente. Isto

explica o desenvolvimento, com acelerado crescimento, das viagens e turismo por todos os países dos diversos continentes.

Acompanhando essas mudanças, deu-se inicio no Brasil a construção de resorts. A bem verdade, os hotéis de lazer sempre existiram. Porém modestamente em nosso país. O que surgiu de novo foi um novo conceito, tanto no aspecto físico quanto no de serviços. O Brasil, como um país continental, foi em campo aberto para as edificações de resorts, que já não encontravam mais espaço em outros países, além da terra ser barata e haver disponíveis grandes áreas em um local privilegiado pela natureza. Outros fatores como a mão de obra barata, o investimento em construção de aeroportos e malha viária, também contribuíram para que o Brasil passasse a fazer parte do roteiro das agencias do mundo todo.

Arquiteturas horizontais – sem dúvida alguma é a característica mais fiel para os resorts – com amplos espaços aquáticos, áreas de recreação, espaços para se cuidar da saúde e spas. “Nos serviços, uma estrutura completa, alguns com sistema de meia pensão outros com tudo incluído, proporcionam o máximo de “comodidade”, diversão” e “facilidades” para o lazer.

Podemos dizer que a indústria da hotelaria do lazer não fica nada a dever aos famosos complexos do exterior, como os do Caribe e das demais ilhas paradisíacas do planeta.

E importante dizer que a hotelaria localizada em centros urbanos não perde este publico que busca o ócio e o lazer. Embora menos privilegiada, até mesmo por falta de espaço, ela é completada com a indústria de lazer que cresce paralelamente ao desenvolvimento do Turismo de Lazer no país, que são os parques aquáticos, os parques de diversão e o espaço cada vez maior atribuído ao entretenimento dentro dos shoppings.

Os resorts no Brasil têm a sua origem marcada por empreendimentos como o Transamérica da Ilha de Comandatuba, o Club Med de Itaparica, além do Club Med de Rio das Pedras, em Mangaratiba, no Rio de Janeiro. Agora, entretanto, este filão está mudando o mudando o perfil. Diversos projetos destinados à construção de novos resorts estão saindo do papel, no embalo da retomada do turismo interno e na perspectiva de atração de mais turistas estrangeiros.

Podemos citar com algumas características gerais dos resorts a sua implantação em locais exóticos e desconhecidos, locais estes com grande apelo

ecológico. E também é comum a agregação da cultura local e conhecimentos específicos da área onde são implantados.

Os resorts ou mega resorts hoje tem a preocupação maior focada no ser humano, oferecendo o lazer, sempre agregado à saúde, esporte, cultura e ecologia.

Entre os novos produtos hoteleiros do mercado, os empreendimentos turísticos – imobiliários planejados em áreas de grandes dimensões (acima de 70 hectares) e em destinos turísticos de praia, campo ou montanha, a beira de lagos, rios ou mar, em destinos consagrados ou não, com apelo ecológico ou próximos de grandes centros, com o objetivo de se oferecer a segunda residência para brasileiros e estrangeiros, estão sendo desenvolvidos por todo o país.

São condomínios e loteamentos “ancorados” em hotéis ou parques hoteleiros, oferecendo atividades esportivas de entretenimento e lazer, como campos de golfe, esportes náuticos, eqüestres, alem das tradicionais quadras de tênis e poli esportivas, enfim um grande espaço com tudo que se pode imaginar para o lazer.

Os condomínios casas de Saúipe e Quintas do Saúipe foram lançados após a consagração do parque hoteleiro anexo – 1600 apartamentos distribuídos nos 5 resorts – e seis pousadas temáticas, tiveram suas unidades comercializadas para hospedes destes hotéis. Se os condomínios fossem planejados neste mesmo local sem que houvesse o parque hoteleiro anexo e a força do destino, haveria o mesmo sucesso (valores, velocidade de comercialização, tipos e padrão de projeto) de vendas? Não certamente. E este modelo se repete por todas as regiões do país. O hotel/resorts atuam como protagonistas de um desenvolvimento turistico-imobiliário, proporcionando a consagração dos destinos, agregando imagem, padrão e valor aos produtos de venda – casas, apartamentos, bangalôs, terrenos, chalés – indicando o padrão dos empreendimentos e possibilitando a ampliação do universo de hospedes destes hotéis e, por conseqüência, de compradores dos imóveis, vindos de todos os continentes.

Há os empreendimentos que são apresentados com planos diretores semelhantes, porém, para entender a habitantes locais, para primeira ou segunda residência. Em regiões próximas às grandes metrópoles brasileiras, têm sido lançados, nos últimos anos, loteamentos e condomínios planejados como

empreendimentos turísticos – imobiliários, oferecendo completas atividades de clubes, alguns com campo de golfe, setor náutico, etc.

Proliferam empreendimentos com estas características em torno de São Paulo – nas regiões das rodovias Anhanguera/Bandeirantes, Castelo Branco/Raposo Tavares e Dutra/ Ayrton Senna, em destinos consagrados como Campos de Jordão ou praias do litoral norte, ou ainda próximas de boas cidades como Indaiatuba, Itatiba, Jundiaí Sorocaba São José dos Campos entre outros tantos.

Em outras capitais verifica-se o mesmo fenômeno, como na periferia de Maceió, o Loteamento Laguna, da construtora Cipesa; na região de Recife, o Complexo Imobiliário Turístico da Praia do Paiva, da Odebrecht Empreendimentos Imobiliários; diversos loteamentos Alphaville, novos e em desenvolvimento por todo o país, como os de Fortaleza, Goiânia, Salvador e Camaçari, entre tantos outros, adotam este conceito; e via de regra apresentam um hotel como ancora desses lançamentos.

Desta forma, ao longo da história, por todos os continentes, o empreendimento hoteleiro desempenha um papel fundamental, como agente indutor de expansão urbana e desenvolvimento imobiliário.

É quase uma regra o adensamento das áreas onde hotéis e resorts são implantados, e conseqüentemente a grande valorização e exploração das áreas adjacentes. O turismo e as atividades que o acompanham são sempre bem vindos pelos proprietários das terras que obtém lucros altos e conseguem obter vantagens com essas construções.

Pelas imagens que se seguem podemos perceber que os indutores da atividade turística ao implantarem seus estabelecimentos se apropriam de elementos que são particulares em cada local, fazendo assim uma tentativa de se integrarem as áreas onde estão. Nem sempre isso é possível. As populações locais são as que mais se ressentem dessas apropriações e este conflito passa a fazer parte da vida local. Essas apropriações são na verdade artifícios para que todos possam imaginar que esses empreendimentos de nenhuma maneira vão interferir ou atrapalhar o meio ambiente.

Figura 09 e 10: **Condomínio na Costa do Sauípe**



Fonte: Sauípe Resorts

Org. GOMES, N. G. U.,2008



Fonte: Sauípe Resorts

Org. GOMES, N. G. U., 2008

A atividade turística utiliza o meio ambiente como principal atrativo. A apropriação do meio ambiente pelo turismo pode trazer às vezes a sua degradação.

É nesta perspectiva, no conflito entre o turismo e a preservação ambiental, que surge o conceito de desenvolvimento representa uma tentativa de busca de qualidade de vida para a sociedade atual e as próximas gerações, e um desenvolvimento socioeconômico e eqüitativo.

O meio ambiente é onde se desenvolve a vida, é nele que encontramos os elementos e as condições a vida, é nele que encontramos as condições para o desenvolvimento de diversas espécies e organismos.

O meio ambiente sendo o conjunto de todas as condições e influências externas circundantes, que interagem com os organismos, as populações ou comunidades, pode ser considerado o espaço físico onde ocorre a inter-relação entre o meio e os seres vivos.

Para Vidal (apud Oliveira, 1996, p.96) o meio ambiente é “constituído de inúmeros ecossistemas habitados por incontáveis organismos vivos, que vêm evoluindo a milhares de anos, com um milagroso equilíbrio sob a dinâmica de fluxos energéticos, em que se usa e recicla moléculas de ar, dos solos, dos mares, das rochas”. Essa concepção do meio ambiente refere-se ao sistema natural que é denominado de primeira natureza, onde não há intervenção humana.

Desde seu aparecimento na terra, o homem se apropria dos recursos naturais para sua sobrevivência. Por isso existe uma estreita relação entre homem e meio ambiente.

Essa relação tem variado através do tempo e do espaço, bem como entre regiões culturais. De acordo com Oliveira (1996, pág.96) “as características ambientais durante um prolongado processo histórico, condicionam a cultura, os costumes, os estilos de vida e os conhecimentos técnicos de uma sociedade”.

Dessa forma, o meio ambiente influencia no modo de vida de uma sociedade de variadas maneiras e modos. No decorrer do processo histórico as atividades humanas produzem ambientes que são recriados e criados através do desenvolvimento tecnológico e dos diferentes modos de produção.

Assim as atividades humanas produzem um ambiente que no processo histórico é criado e transformado, apresentando uma dinâmica como na própria natureza, a dinâmica sócio-politica-economica.

Diz Leis (1991: p.7) que “com a ajuda dos grandes avanços tecnológicos, a civilização moderna foi gradualmente distanciando os seres vivos humanos do domínio real de seus meios de subsistência mais básicos, fazendo-os acreditar paradoxalmente que cada vez dependem menos do ambiente natural”. O constante aprimoramento tecnológico levou a exploração predatória dos recursos naturais ocasionando a escassez de alguns recursos. Deste modo o homem percebeu que a natureza é finita, mais e ainda que sua própria sobrevivência dependa de uma relação sociedade-natureza mais equilibrada.

A modernidade e os avanços tecnológicos trouxeram a tona o problema de degradação ambiental. Diante disso, a sociedade despertou para um maior compromisso com a preservação e conservação dos ecossistemas. Inicialmente foi introduzido o conceito de intocabilidade dos recursos naturais, isto é a natureza em seu estado natural, sem nenhum tipo de interferência. Depois se descobriu que esta postura radical criaria outros tipos de problemas, surgindo assim, os conceitos que visam proteger e recuperar, culminando com os conceitos de preservação e da necessidade de se preservar determinadas áreas de interesse ecológico, como as unidades de conservação. E hoje, já se discute e muito a questão do desenvolvimento sustentável.

De acordo com a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente, o desenvolvimento sustentável é conceituado como “aquele desenvolvimento que atende ás necessidades do presente, sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”. Desse modo o desenvolvimento preconiza o uso racional e criterioso dos recursos, visando uma melhor qualidade de vida para gerações de hoje e futuras atenderem as suas necessidades.

Este desenvolvimento necessita de uma nova postura da sociedade em relação ao consumo exagerado e uso predatório dos recursos naturais. Essa nova postura de pensamento e comportamento pode ser implementada através da educação, aqui adjetivada, como educação ambiental. Uma educação capaz de capacitar a sociedade para avaliar e propor soluções para os problemas ambientais.

Neste contexto, a educação ambiental surge como um instrumento que possibilite formular e interferir nas políticas envolvidas na temática ambiental. Surge como uma forma de proteger o planeta de um colapso oriundo da apropriação do

uso dos recursos da natureza e das relações sociais excludentes e degradadoras do mundo moderno.

O setor de hospedagem, em geral, não está associado a imagens de poluição e degradação ambiental, no entanto, os impactos causados decorrentes do manuseio de água, energia, resíduos e produtos químicos, além da postura em relação a áreas verdes e poluição atmosférica e sonora, podem ser significativos, levando em conta o número total de empreendimentos, bem como o crescimento da hotelaria nos últimos anos. Face ao exposto, este trabalho tem como objetivo compreender de que maneira os hotéis no Brasil estão inserindo a variável ambiental nos negócios e identificar as principais práticas adotadas por estes empreendimentos. Dado o fato de o tema gestão ambiental ser considerado relativamente novo quando aplicado a meios de hospedagem, este estudo tem caráter exploratório, pois visa a levantar questões e hipóteses para futuros estudos.

Como um dos principais ramos da atividade turística, a indústria hoteleira não poderia ficar indiferente ao desenvolvimento sustentável do turismo. Por esse motivo, os donos dos meios de hospedagem têm se preocupado cada vez mais em reduzir os impactos negativos gerados em suas atividades.

Nos últimos anos tem-se observado um aumento na quantidade de hotéis e resort que têm o apelo ecológico, a sustentabilidade nunca foi tão discutida dentro da hotelaria e do turismo. Apesar de ser considerada por muitos como uma “indústria limpa”, o turismo na verdade gera grandes impactos em uma localidade, esses tanto podem ser positivos quanto negativos. Por isso, esse deve ser muito bem planejado, monitorado e implementado. O conceito de impacto ambiental segundo a NBR ISSO 14001: 1996 é, “Qualquer modificação do meio ambiente, adversa ou benéfica, que resulte, no todo ou em parte, das atividades, produtos ou serviços de uma organização”. Ainda segundo a mesma norma, aspectos ambientais são “Elemento das atividades, produtos ou serviços de uma organização que pode interagir com o meio ambiente”.

Com o turismo, há um aumento significativo da população local em um curto espaço de tempo, o que gera uma maior demanda por serviços de infra-estrutura básica como energia elétrica, abastecimento de água e a geração de resíduos sólidos.

Os empreendimentos hoteleiros, ao fazerem uso dos recursos naturais, como a água, energia e ao gerarem resíduo como lixo, efluentes líquidos, emissões de gazes poluentes, causam significativo impacto negativo, já que poluição e turismo não combinam.

Existem hoje, técnicas arquitetônicas e de design que além de agredirem menos o meio ambiente também podem diminuir bastante alguns custos operacionais da hotelaria. O uso energia limpa, o tratamento e reuso da água, a captação de água da chuva são alguns exemplos.

Os meios de hospedagem voltados para o turismo de natureza, por se localizarem em ecossistemas de grande fragilidade, devem obedecer a um código de ética que garanta o mínimo impacto ambiental. As edificações e instalações devem ter uma preocupação estética muito grande, pois os edifícios não devem sobressair, e sim o ambiente natural. Seu desenho arquitetônico deve buscar a harmonia e a interação entre o meio ambiente e as edificações, e deve expressar características locais (arquitetura local, materiais locais desde que não agridam o meio ambiente).

O planejamento do espaço físico do hotel tem que ser funcional, facilitando a execução dos serviços prestados pelo hotel e a circulação dos hóspedes e de seus funcionários.

Edificações e instalações eco turísticas facilitam também a implementação de um Sistema de Gestão Ambiental, já que é concebida para que haja um melhor aproveitamento da água e da energia.

A arquitetura da edificação, as instalações, a decoração e a paisagem do hotel devem levar em conta os aspectos naturais da região, assim estas devem:

- Aproveitar a declividade do terreno sempre que possível;
- Estar em harmonia com o ambiente natural;
- Buscar o aproveitamento da ventilação natural e da luz solar de modo a diminuir os custos com energia;
- Projetar os encanamentos de água levando em consideração o reuso da água e/ou uso de água captada da chuva para lavar pisos, regar jardins e para as cubas sanitárias dos banheiros;

- Tratar o esgoto e as águas contaminadas antes que sejam lançadas novamente no meio natural (se não houver tratamento da rede pública);
- Prever um local para o tratamento de resíduos sólidos orgânicos (compostagem) e para o armazenamento do lixo inorgânico;
- Utilizar energias renováveis sempre que possível (aquecimento da água por energia solar, energia proveniente de biomassa, etc.);
- Utilizar recursos tecnológicos economizadores de energia e água (sensores de presença, economizador de energia por meio de cartão de corte de energia ao sair do quarto; economizadores de água como arejadores de torneiras e chuveiros, torneiras e mictórios com fechamento automático ou com sensor, bacias sanitárias de baixo consumo);
- Providenciar instalações para deficientes físicos;
- Utilizar técnicas de construção, materiais e conceitos culturais do local, sempre que estes forem compatíveis com o meio ambiente;
- Aproveitar matéria-prima local (desde que não agridam ao meio ambiente) na mobília e outros acessórios de decoração do hotel, valorizando o trabalho de artesãos e artistas da região sempre que possível;
- Utilizar madeiras de tronos caídos naturalmente ou madeira certificada na construção;
- Evitar utilizar materiais tóxicos;
- Planejar o local da obra, prevendo a movimentação de veículos e de pessoas e a correta disposição dos materiais, tanto os que serão utilizados como dos rejeitos, evitando impactos ambientais;
- Consideração o controle da erosão e os patrões de deslocamento e habitats da vida selvagem;
- Retirar o mínimo possível da vegetação nativa e se a área estiver degradada deve-se planejar a reconstituição da mesma, plantando espécies da região;

- Projetar a disposição das edificações de modo a facilitar a circulação interna, prevendo entrada para os funcionários e acesso para hóspedes e para o abastecimento do hotel;
- Prever a disposição dos edifícios e os materiais utilizados na construção de modo a eliminar problemas acústicos e de mau cheiro;
- Cuidar para que a iluminação do local, principalmente a externa, seja limitada e controlada a fim de evitar interferências na vida e nos hábitos dos animais;
- Utilizar materiais reciclados e biodegradáveis sempre que possível;

A preocupação ambiental no ramo da construção civil tem crescido bastante, principalmente no que diz respeito aos restos dos materiais de construções (entulho). Hoje já se fala em reciclagem desse entulho e da reutilização de materiais provenientes de demolição. A reutilização de materiais de construção provenientes de demolições pode baratear bastante o custo da construção, além de evitar que mais entulhos sejam jogados nos aterros sanitários. Materiais como azulejos podem ser reutilizados utilizando-se técnicas como mosaico em pisos e paredes para a nova edificação.

2.6 – O Parque Hoteleiro Nacional

O Parque Hoteleiro nacional possui hoje aproximadamente 25 mil meios de hospedagem, e deste universo 18 mil são hotéis e pousadas. No geral, 70% são empreendimentos de pequeno porte. Isto representa mais de um milhão de empregos e a oferta de aproximadamente um milhão de apartamentos em todo o país. Dados estes obtidos junto á EMBRATUR, 2008.

Muitas matérias trazem inovações, o que é certo é que de cada 10 empregos da população ativa 1 é de turismo, o que já é um numero expressivo e razoável, levando em conta que os outros segmentos têm força e representatividade.

Estima-se que a hotelaria nacional tenha faturamento, da ordem de U$ 2 bilhões de dólares ano.

A hotelaria do Brasil vem experimentando uma forma diferente de aferir este crescimento. Há regiões aonde ele vem sendo expressivo, o Rio de Janeiro, por exemplo, que é da região sudeste, mas São Paulo que é da mesma região vem no

máximo empatando. Vem existindo um crescimento da ordem de 8 a 10% que oscila de região para região, para mais ou menos. O turismo de negócios é forte e expressivo para todo o Brasil, este tanto a nível nacional como internacional tem crescido a níveis superiores a 10%, a taxas que se situam em torno de 15% ao ano.

O Brasil é continental e também nisto há muita variação, media por media, o turismo forma geral tem uma media de 3 a 4 dias, no turismo de negócios 1,5 a 2,5. No turismo de negócios as pessoas ficam menos tempo, do que no de lazer.

A Associação Brasileira da Indústria de Hotéis, fundada em 1936, tem cadastrado mais de 2.200 empreendimentos, que juntos disponibilizam ao Parque Hoteleiro Nacional cerca de 130 mil apartamentos. Com esse potencial, os empreendimentos associados da ABIH Nacional, assumem o papel de grande gerador de empregos, oferecendo mais de 75 mil empregos diretos e 100 mil empregos indiretos.

Um coeficiente bastante expressivo, se considerarmos que o segmento hoteleiro por inteiro emprega hoje 550 mil funcionários, o que representa 0,8% da força e trabalho, gerando ainda outras 500 mil vagas indiretas.

Os associados da ABIH são empreendimentos de diferentes portes, desde os simples aos luxuosos e até suntuosos. Há de se observar que 56 % dos empreendimentos associados possuem até 60 apartamentos; 20% possuem de 60 a 10 apartamentos, 4% de 200 a 300 apartamentos e 4% acima de 300 apartamentos.

Do século XVIII (1870) quando se adotou o Primeiro sistema de classificação, em 5 categorias no país, ao atual sistema de classificação gerenciado com responsabilidade compartilhada entre o Ministério do Turismo e a ABIH Nacional, a hotelaria vem experimentando conceitos que vão da administração domiciliar aos modernos sistemas de gestão. Da ostentação do luxo cinco estrelas à praticidade e preços enxutos dos hotéis econômicos e os super econômicos, um perfil aos poucos vai sendo delineado.

O primeiro Sistema de Classificação De Tipos de Hospedagem

1ª Categoria Simples pouso de tropeiro.

2ª Categoria Telheiro coberto ou rancho ao lado das pastagens.

3ª Categoria Venda correspondente a "pulperia" dos hispano-americanos, mistura de venda e hospedaria.

4ª Categoria Estalagens ou hospedarias.

5ª Categoria hotéis.

Sistema Atual

Categoria	Símbolo
Super Luxo	*****
Luxo	*****
Superior	****
Turístico	***

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou no dia 17 de setembro de 2008, a Lei Geral do Turismo, a primeira lei única do setor, que visa melhorar a qualidade dos serviços prestados ao turista e incentivar viagens dentro do país. A lei define responsabilidades e regula as atividades da iniciativa privada responsável pela oferta de serviços e produtos turísticos no Brasil.

“A Lei Geral do Turismo é o marco regulatório que faltava ao turismo, para se preparar para receber milhares de turistas na Copa de 2014 e, possivelmente, nas Olimpíadas de 2016” disse o Sr. Luis Barreto, ministro do Turismo. Segundo o ministro, com a nova lei, o governo pretende formalizar 100 mil prestadores de serviço turísticos e, assim, “posicionar o Brasil com um destino competitivo no cenário internacional”.

A nova lei prevê suporte financeiro para as empresas, por meio de linhas de credito concedidas pelos bancos e agências de desenvolvimentos oficiais e pelo Fungetur (Fundo Geral do Turismo). Ela define ainda que todos os meios de hospedagem agências de turismo, transportadoras turísticas e empresas que oferecem serviços de organização de eventos devem estar cadastradas no ministério, tendo para isso que apresentar documentação provando estar de acordo com os requisitos em cada área. Para os restaurantes, parques temáticos, casa de espetáculo, locadoras de veículos e outros serviços turísticos, o registro no MTUR é opcional. A lei visa também elaborar um Plano nacional do Turismo (PNT).

Segundo o texto, entre os objetivos da Lei Geral do Turismo estão aumentar os fluxos turísticos, a permanência e o gasto médio dos turistas nacionais e

estrangeiros no país e estimular a pratica do turismo sustentável, em especial, do eco turismo, turismo rural, turismo de aventura e pesca.

A atividade turística finalmente encontra respaldo para se estabelecer em definitivo no panorama nacional como geradora de divisas, empregos, portanto de renda e conseqüentemente deve ser tratada e regulamentada com a devida seriedade que ela é merecedora.

Além desse fator econômico, o impacto que essa atividade provoca tanto no meio natural como cultural não pode ser relevado para um segundo plano, pois esses impactos são muitos e geram graves ações.

CAPITULO 3

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO TURISTICO EM RIO QUENTE/ GO

3.1 - A formação do município de Rio Quente e seu complexo turístico.

No Brasil a atividade turística ascendeu a partir da década de 70, quando as grandes cidades passaram a investir em políticas publicas que viessem a desenvolver seus espaços socioeconômicos. A difusão e a inclusão do modelo claramente capitalista proporcionaram um investimento, por parte dos governantes, cada vez maior em programas de infra-estrutura e a adoção de equipamentos voltados para o conseqüente aumento de recursos econômicos de seus centros administrativos.

A partir desses fatos, o turismo ganha um destaque cada vez maior, quando passa a ser um diferencial estratégico ao desenvolvimento e a organização espacial, especialmente para cidades que dispunham das possibilidades fisio-naturais e sócio-culturais imprescindíveis para o desenvolvimento da atividade turística, com uma exceção para a infra-estrutura que é aos poucos montada na medida em que o turismo vai oferecendo novas possibilidades de uso dos espaços onde essa atividade é então implantada.

Vários fatores motivaram essas mudanças, mas duas podem ser destacadas, aquelas de natureza externa, como novos processos produzidos na economia mundial, como a globalização ou abertura de mercados, e a minimização da participação do Estado no mercado (neoliberalismo), o desenvolvimento de novas tecnologias e meios de produção, os quais passam a interferir diretamente tanto no estado como nos municípios. Os de natureza interna se destacam através da autonomia das administrações que passam a ser mais livres devido à (re) democratização que passa o país na década de 80, quando os municípios passam a ser obrigados a se submeterem ao modelo centralizador imposto pelo governo federal por muito tempo, e a conseqüente ativação da participação dos empreendedores privados e da sociedade como um todo, que passam a influenciar de forma mais significativa o processo de escolha das políticas publicas de desenvolvimento (ARAÚJO, 2002).

Quando fazemos a ligação desse pensamento com o aparecimento do turismo passamos a identificar os principais elementos que comandam sua origem e difusão – a infra-estrutura – esta relacionada a interferência de dois elementos, que provem dois tipos de ações, tanto convergentes como divergentes: a escala exterior que é responsável, portanto pelo corpo da superestrutura, que quer dizer a administração pública e o setor privado, responsáveis pela escolha dos espaços e a propagação das atividades; e a inferior que é representada pelos investimentos em toda a infra-estrutura turística que acarretam toda a dinâmica entre relações espaciais e o desenvolvimento do turismo (BOULLÓN, 2002).

Juntamente com esses acontecimentos, ocorre a propagação do turismo de massa e a valorização de espaços onde a natureza é privilegiada como principais opções de lazer. As administrações municipais desses locais, muitas vezes em conjunto com a administração federal, com apelo turístico passaram em sua maioria a fazer grandes investimentos em obras de infra-estrutura (aeroportos, rodovias, obras de restauração etc.) e passa juntamente a estimular a difusão de equipamentos urbanos (pousadas, hotéis, restaurantes, etc.) indispensáveis a atração de turistas.

Embora isso tenha acontecido em praticamente todas as capitais do país, foi no Nordeste e em alguns locais privilegiados ao longo do país que tais

investimentos se apresentaram como os principais elementos no processo de reorganização espacial nessas localidades. Foi através da valorização das propriedades físico-naturais destas regiões como as climáticas e as morfológicas adequadas ao modelo de internacionalização ou de massificação do turismo (CRUZ, 2002). Assim a paisagem se torna um dos principais elementos na escolha dos espaços e locais destinados ao desenvolvimento da atividade turística.

Qualquer atrativo natural é alvo então de intensa exploração e valorização no processo de implantação das atividades ligadas direta ou indiretamente a atividade turística. Os poderes públicos juntamente com as empresas privadas se articulam para investir e obter lucros com essa exploração.

O caso de estudo deste trabalho é uma localidade situada no interior do estado de Goiás com uma complexa rede de exploração turística que se formou devida a existência de águas quentes na região.

A origem das águas quentes da região de Caldas Novas e Rio Quente em Goiás remontam de 600 milhões de anos quando um vulcão, hoje extinto, com o passar do tempo, a erosão provocada pelos fenômenos naturais, corroeu as bordas da cratera até aterrá-la completamente.

O calor e a grande pressão dos gases acumulados abriram rachaduras nas bases das montanhas e por elas eram expelidos vapor d’água formando gêiseres. Com a diminuição continua da atividade vulcânica e da pressão dos gases internos, os jatos de vapor também diminuem gradativamente e finalmente passar apenas a jorrar água quente por suas fissuras e trincas abertas nas rochas em três pontos distintos e distantes alguns quilômetros uns dos outros: Caldas Velhas, Pirapitinga e Caldas Novas.

Hoje, a cratera do vulcão é a Serra de Caldas, Caldas Velhas formam as fontes do município de Rio Quente, compreendendo o complexo turístico Pousada do Rio Quente Resorts; Pirapitinga é onde está situada a Lagoa Quente e finalmente as fontes que estão no município de Caldas Novas.

Figura 11: **Mapa de localização da cidade de Rio Quente no estado de GO**

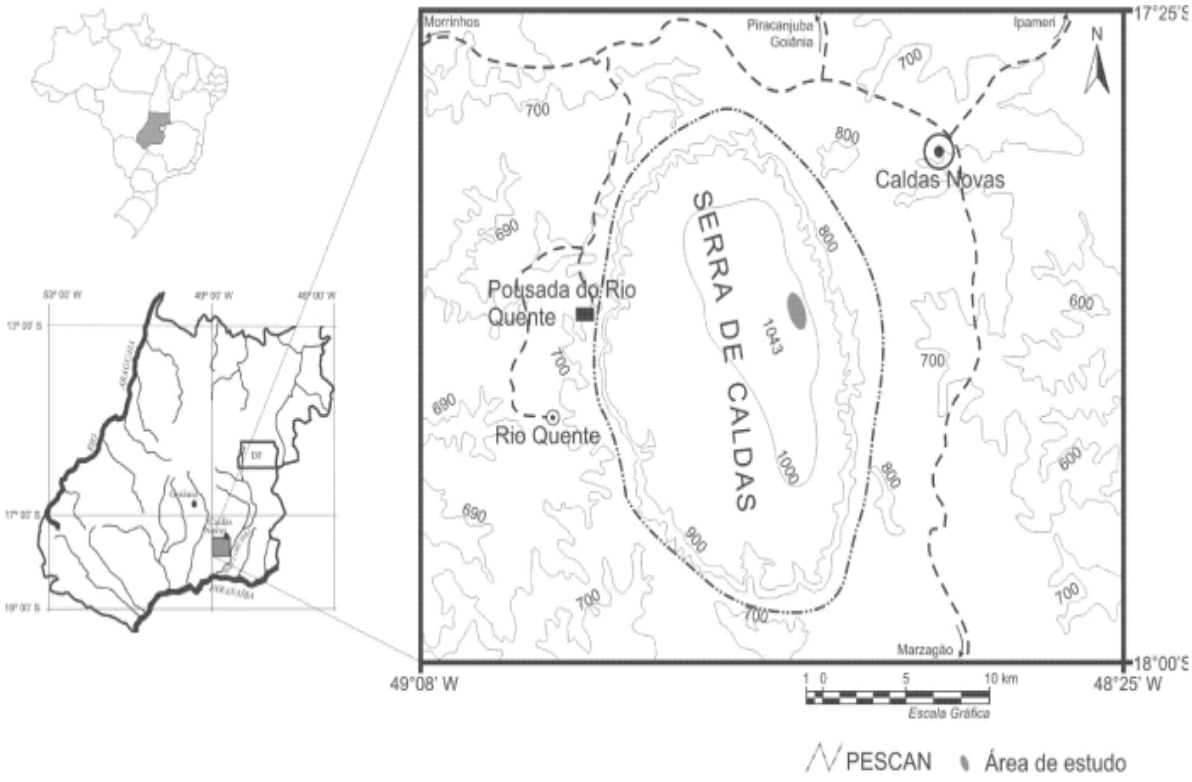


Figura 1. Mapa de localização do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas (PESCAN), GO.

Fonte: PESCAN, GO.

Org. Gomes, N. G. U. 2008

No caso da cidade de Rio Quente em Goiás, a vocação turística do município se antecedeu a sua efetivação como tal. A criação do município se deu devido a exploração turística que ocorre na área desde sua descoberta ainda no século XVIII.

O bandeirante Bartolomeu Bueno da Silva (1672-1740), em 1722, chefiando uma expedição sob a influência do então governador de São Paulo, Rodrigo César Meneses, entrou no estado de Goiás a procura de ouro. Encontrou por essa ocasião no interior do estado algumas nascentes de água quente, que formavam um ribeirão. Esse local foi então chamado pelo bandeirante de Caldas Velhas.O local tornou-se atrativo por suas qualidades terapêuticas e, tornando-se as maiores fontes de riqueza desta região já que a descoberta de ouro e pedras preciosas ali não foi possível. A natureza antes que fosse cobrindo esses caminhos descobertos, foi ficando cada dia mais conhecida, atraindo já naquela época pessoas de longe, a

procura de suas águas que se dizia curavam várias doenças, portanto tinham propriedades terapêuticas.

No período de 1783 a 1800 o então governador do estado de Goiás, freqüentou a área por motivos de saúde, e então a região passa a ser reconhecida por suas propriedades terapêuticas e suas águas cada vez mais procuradas neste sentido.

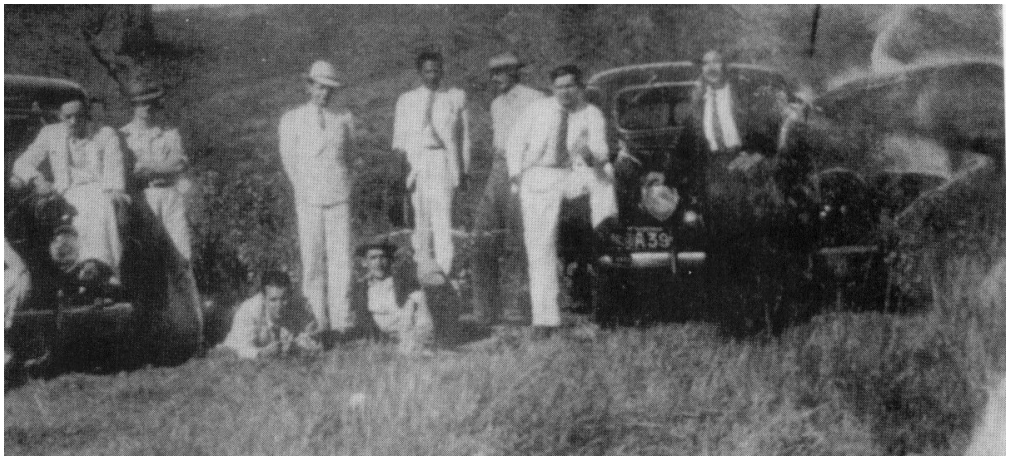
Em 1909, a então fazenda Caldas Velhas, conhecida como “Água Quente”, ocupada pelos irmãos José e João Vieira, com suas famílias, é a única propriedade na área com registro. Com a morte de José Vieira, o Sr. João leva toda a família de volta para Minas Gerais, sua terra de origem.

Em 1911, estas terras passaram a propriedade de um fazendeiro da região, Sr. Antonio Venâncio de Lima. No final da década de 20 o Dr. Ciro Palmerston Guimarães, médico e ex-prefeito de Caldas Novas, interessando-se pelas terras, deu em troca das mesmas, uma fazenda que possuía no município de Marzagão GO. Conta-se que na ocasião dessa negociação a população local julgava o pior negócio realizado na região já que as terras do Dr. Ciro eram de boa qualidade e a outra, ao sopé da serra, com minas de água quente, que de nada serviria nem mesmo para dar de beber ao gado. Mas esse as adquiriu com a intenção de lá construir um complexo turístico.

Ele faleceu antes de ver seu ideal realizado. Mas seus filhos realizaram seu sonho e ergueram um hotel que até hoje ainda está sendo usado dentro do Rio Quente Resort. Mais tarde com o desenvolvimento da região em um pólo turístico esse local viria a abrigar o maior resort do Centro Oeste brasileiro.

As propriedades rurais constituíam a comunidade local, que se dividiam nas regiões de Água Quente, Pedra de Fogo, Catingueiro, Lajinha e Papuã. José Dias Guimarães (Zeca Augusto), filho de um pioneiro ilustre da região, proprietário da Fazenda Águas Quentes, doou um pedaço de suas terras e fundou ali um patrimônio. Cortou a mata e abriu uma clareira erguendo uma cruz, com louvor a São Sebastião, mais ou menos em 1926, já que os registros não são precisos.

Figura 12: **Visita de Dr. Ciro Palmerston Serra de Caldas, 1929.**



Fonte: RIO QUENTE, Uma História Aquecida Pelas Suas Próprias Águas. 2. Ed. 1. Uberlândia: Gráfica Brasil ltda., 2000.

Org. GOMES, N. G. U. , 2009

Figura 13: **Sede da fazenda do Sr. Antônio Venâncio de Lima, 1958.**



Fonte: RIO QUENTE, Uma História Aquecida Pelas Suas Próprias Águas. 16. Ed. 1. Uberlândia: Gráfica Brasil ltda., 2000.

Org. GOMES, N. G. U. , 2009

Essa cruz permaneceria por muito tempo ali cravada sem ninguém para habitar ainda essas terras. Mas as populações das fazendas vizinhas logo

começaram a fazer em volta deste marco festa em louvor ao santo, com isso essa agitação provocada com a presença de um padre que vinha de Caldas Novas. Logo com as festas foi possível erguer ali uma capela ao padroeiro São Sebastião.

O primeiro rancho construído no patrimônio que se tem registro foi o de Maria Gomes, doméstica que prestava serviços nas fazendas da região. Em seguida, muitos outros chegaram, para como ela prestar serviços nas fazendas.

A igrejinha onde se reuniam para rezar realizou também o primeiro casamento registrado no patrimônio. Este realizado em 11 de julho de 1927, com o termo lavrado pelo Juiz Municipal Coronel Severino D'Paula Frazão.

Nas terras da fazenda do Sr. Olmino Batista de Lima, foi implantado o primeiro loteamento do município, denominado Esplanada e distante 6 km do centro. Aí foi construído o primeiro bar destinado a atender a demanda turística que já existia no local. Este erguido bem próximo ao rio, que servia de ponto de encontro de turistas que vinham buscar diversão.

A primeira casa do loteamento foi construída de tábua, pelo Sr. Ronam Inácio Pereira. Em seguida foram construídos outros empreendimentos, camping esplanada, Hotel May e Hotel do Papai, pioneiros deste lugar. Hotéis Esplanada, dentre tantos outros que foram edificados, uns prosperaram outros nem existem mais.

Ao mesmo tempo em que o município dava os primeiros passos para sua consolidação como ponto turístico no estado, a medida que o resort crescia outras necessidades e transformações foram ocorrendo.

Um fato que alterou muito toda a política de ocupação da região foi a venda da Pousada do Rio Quente para um grupo empresarial muito forte, essa venda foi efetuada pela família Palmerston para os grupos Algar e Gegepar, assim a empresa que era familiar passa a ser controlada por grandes empresários, que embora também possuíssem uma administração também familiar, não são ligados ao lugar e se empenham em ampliar e multiplicar os lucros.

Outro fato relevante é a administração compartilhada desses dois grupos acionistas que dividem a administração da Pousada do Rio Quente Resort, por biênios e essa administração conflituosa também é fator de inúmeros problemas

tanto internamente como na condução municipal, já que interesses opostos sempre existem onde há mais de um grupo na administração de um grande negócio.

É comum se criar grupos de apoio ou oposição a uma ou outra administração e isso se reflete na política municipal.

Com a expansão imobiliária e turística que ocorreu a partir destes fatos, os empresários locais juntamente com alguns políticos, iniciaram o processo para a emancipação do povoado, que até então era Distrito de Caldas Novas. Foi criado em 1983 um comitê chamado Pró Rio Quente com a intenção de esclarecer a população local e realizar um plebiscito para a confirmação da vontade popular de emancipar o distrito. Caldas Novas relutou em emancipar o distrito, para não perder o único rio de águas quente do mundo. E conseqüentemente toda a receita que provinha deste evento explorado e principalmente todo o potencial de exploração no futuro.

O prefeito de Caldas Novas, Sr. Vinícius Veríssimo da Silva, declarou na ocasião que com a emancipação de Rio Quente, a prefeitura perderia 10% de toda sua arrecadação com ISSQN, uma boa parte do ICMS que gera a agricultura do município, e no turismo a maior receita imediata de Caldas Novas. A cidade perde também cerca de 400 a 2000 leitos que tem para oferecer ao turismo e um dos mais importantes pólos turísticos que é o Rio Quente Resort. No dia 05 de Novembro, o presidente da Câmara Municipal de Caldas Novas, impetrou um mandado de segurança no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), contra a realização do plebiscito e ganhou a liminar. O plebiscito que foi marcado para o dia 15 de Novembro de 1987, foi adiado. Novo mandado de segurança foi impetrado pelo prefeito de Caldas Novas Vinícius Veríssimo da Silva, para impedir o plebiscito que aconteceria domingo, dia 10 de Abril de 1988. Sendo-lhes negada a liminar, a justiça resolveu manter a sua realização.

O presidente do TER, Desembargador Lafaiete Silveira, ao ser consultado sobre o assunto afirma que não se pode negar a vontade do povo. Mas novo mandado foi expedido e novamente a votação foi adiada. Esse plebiscito só aconteceu no dia 1 de maio de 1988, quando então o lugar passou a ser um município emancipado.

No dia 16 de abril de 1989, o recém criado município de Rio Quente, viveu sua data histórica, na escolha do seu primeiro prefeito, vice-prefeito e vereadores. O

eleitorado foi participativo neste acontecimento que viveu o novo município, comparecendo as urnas que foram instaladas no Patrimônio, na Esplanada e também na Vila dos Casados que é uma área do resort destinado a moradia de seus empregados.

Após a votação que transcorreu normalmente, as urnas foram lacradas e transportadas para o clube local, onde foram apurados os votos. O local que não oferecia condições adequadas, pela falta de alguns móveis e iluminação se adaptou as pressas para que ali se realizasse a apuração.

A mesa apuradora teve os primeiros votos para o candidato a prefeito Roberto Machado e a candidata a vereadora Neuza Garcia Gomes. No final da apuração ficou Osmar Vieira com 85 votos, Edson Porto 76, José Eduardo 76, João do Silvo 73, Neuza Garcia Gomes 58, Agostinho Barbosa 57, Natal de Jesus Godoi 51. O candidato a prefeito Roberto Machado obteve 935 votos, contra 120 do seu opositor Gedeon Vicente.

Desde esses eventos que culminaram com a emancipação municipal o Resort sempre vem praticando uma política de apoio a candidatos que são de alguma forma ligados a empresa, funcionários ou mesmo prestadores de serviços antigos são candidatos do grupo e com esse apoio estão sempre no poder municipal, servindo aos interesses do resort.

Ainda em conseqüência da emancipação do município outro conflito se intensificou, a tensão nas relações entre a Pousada do Rio Quente e o município de Caldas Novas, o que era pacífico e dependente começa a caminhar para um total desligamento por parte do Rio Quente e da Pousada. Guerra de lugares como sugerem alguns autores pode ser sentida pela população a medida que o município de Rio Quente ganha força política e se afasta cada vez mais de Caldas Novas, criando acessos independentes e a Pousada do Rio Quente não autorizando os ônibus de empresas turísticas que trazem hospedes a fazerem passeios ou passar pela cidade.

Rio Quente tem um relevo misto de serras e planícies, a uma altitude média de 680m, com vegetação de cerrado, cortado pelos rios Quente, Piracanjuba e Ribeirão Formiga. Sua população total é de 2.959 habitantes segundo o IBGE 2007. Embora de pequena dimensão territorial o município tem boa agricultura, com

o cultivo de milho e arroz e a prática da pecuária leiteira, no entanto sua maior fonte de recursos está na exploração da atividade turística.

Com predominância da religião católica, o município conta com uma igreja e um templo evangélico. As principais festas religiosas são a Festas dos Santos Reis, em janeiro e a festa da Primavera em setembro.

O município tem um colégio e uma escola do ensino fundamental, mantidos pela Prefeitura. Esses dois estabelecimentos suprem toda a demanda gerada por seus habitantes e atende também aos filhos dos trabalhadores do resort.

O município é também cercado por boa rede de transporte devido á exploração turística existente.

Como um dos mais novos municípios goianos, Rio Quente tenta se manter dentro dos padrões de desenvolvimento na média nacional. A atividade turística é uma carga pesada para a administração pública, pois ao mesmo tempo em que gera recursos, consome muitos outros e essa conta nem sempre é fácil de se acertar.

Esta emancipação veio de encontro á necessidades dos proprietários da indústria do turismo e beneficiava muito mais a Companhia Thermas do Rio Quente hoje denominada, Rio Quente Resort, do que a população do município que nada lucraria com a emancipação. As terras exploradas poderiam ganhar valor e serem vendidas e usadas beneficiando os interesses capitalistas dos proprietários de hotéis e estabelecimentos comerciais. A seguir, na tabela 01, podemos verificar alguns dados gerais de caracterização do município de Rio Quente, dados esse fornecidos pela prefeitura municipal em Maio de 2009.

Tabela 01: **Características gerais do município**

Aniversário da cidade:	11 de Maio
População:	2.959 habitantes
Altitude:	663 metros
Vias de acesso:	BR-153, GO-413, GO-213, GO-507
Data da emancipação:	11/05/1988
Informações Turísticas:	(0xx62) 3452-1200

Fonte: Prefeitura Municipal de Rio Quente GO

Org. GOMES, N. G. U. 2009

Na seqüência, na figura 14 apresentamos um mapa geral do estado de Goiás com sua malha viária para que se possa entender o posicionamento do município e suas vias de acesso.

Figura 14**: Mapa do estado de Goiás**



Fonte: Ministério dos Transportes.

Org. GOMES, N. G.U. 2008

Existe também uma questão relativa a geração de recursos e verbas que são acumuladas através de impostos e recursos estaduais e federais. Esses

recursos não ficavam no controle do distrito e sim da cidade de Caldas Novas, que geria esses recursos em beneficio próprio, já que na cidade a água quente também é explorada e o nome Rio Quente atraia como ainda atrai muitos turistas.

O centro do município fica distante 6 quilômetros do resort, mas o bairro Esplanada é limítrofe ao mesmo, o que interessava e ainda interessa o controle por parte desses vizinhos. Neste local que hoje estão os maiores flats de propriedade do resort, já que a política da empresa é a utilização da área do complexo para a criação de vários parques temáticos, onde o acesso de mais pessoas é possível. Com a criação deste bairro, o município se separa totalmente tanto em suas características físicas quanto humanas. Mesmo a tipologia das construções é claramente contrastante como mostra as figuras que se seguem.

A figura 15 retrata um cruzamento de rua no centro do município, onde se nota claramente a falta de movimento de carros e pessoas, falta de sinalização e algumas construções ainda com características de interior do país. Essas características estão presentes na maioria dos municípios brasileiros com menos de 5.000 habitantes, onde os equipamentos urbanos são escassos e a movimentação é bem reduzida devido ao estilo de vida pacato comum a essas comunidades. Na imagem ao lado se vê outro cruzamento no município porem no bairro esplanada onde se concentra toda a atividade turística. A diferença é muito grande e a falta de uso e a escassez de investimento em equipamentos públicos é uma característica forte no centro da cidade, onde a atividade turística não é tão presente.

Figura 15: **Cruzamento de ruas na cidade de Rio Quente GO**.



ORG., N. G. U. , 2009

Essas características estão ai presentes e preservadas, pois nesta parte do município quase não sofre influência da atividade turística desenvolvida no bairro

Esplanada, até porque o Rio Quente que corta esse bairro não passa por todo o município. Portanto essa localidade nada oferece de atrativo.

As classes menos abastadas aproveitam essa característica do Rio Quente sair da área do complexo onde estão localizadas a maioria das nascentes de água quente, e percorrerem um território dentro do bairro Esplanada para ali aproveitarem suas horas de lazer. Existe um camping com diversas áreas onde é possível fazer uso das águas quentes, por um preço bem acessível.

Nas chamadas épocas de temporada, férias escolares e feriados prolongados, uma imensa quantidade de pessoas ali se instala e traz uma movimentação incomum para os habitantes do local. Que de uma maneira ou de outra se organizaram para prestar serviço para esses turistas e assim aumentarem sua renda.

Figura 16: **Entrada do Camping Esplanada no município de Rio Quente GO.**



GOMES, N. G. U. 2009.

Podemos dizer que a cidade se divide claramente em duas partes distintas tanto pela localização, quanto pela sua tipologia, mas principalmente pelo uso que se faz dos seus espaços.

Quanto à tipologia de suas construções podemos perceber que no centro do município, na sua parte antiga apresenta várias construções com características ainda do século passado, características estas do meio rural e por conseqüência muito simples e com materiais ainda remanescentes desse mesmo período.

Mesmo as instalações da Prefeitura Municipal e da Câmara Municipal ainda mantêm certo ar de ruralidade comum nesta área da cidade, onde as instalações das moradias e equipamentos públicos são uma mistura de meio rural com o meio urbano. São fracas as tentativas dessa população de mudar essa tipologia ai presente, quando essa tipologia é mudada ela se torna inadequada, a praça central da cidade chamada Praça do Ipê que foi inaugurada pela Prefeitura Municipal em 11 de Maio de 2006 e aparentemente ainda não está totalmente concluída se destoa completamente de seu entorno. Parece muito mais uma peça de decoração do que uma praça para a população aproveitar suas horas de descanso e lazer.

As construções que cercam esta praça são um misto do passado e do presente atuando de forma a descaracterizar os dois períodos. Nem se tem a impressão de estar no passado e muito menos no presente, podemos constatar essa característica de construções simples, observando a figura 17 que é de uma construção situada nesta área do município.. Essa forma conflitiva das construções se reflete no pouco uso que a população local faz de seus equipamentos.

Raramente a Praça Ipê é utilizada pela população local, ela serve de cenário para fotografias de eventuais turistas que se deslocam os 6 Km entre o bairro Esplanada e o centro da cidade. Mas raramente isso acontece, o centro do município é apartado da existência da maioria dos visitantes. Nas raras ocasiões que os turistas se deslocam para chegarem até o centro da cidade, nada encontram de atrativo e assim os mesmos retornam sem nada usufruírem ou se interessarem.

Figura 17: **Casa no Município de Rio Quente GO, localizada no centro da cidade, nas proximidades da Prefeitura Municipal**.



GOMES, N. G. U. 2008

Figura 18: **Sede da Prefeitura Municipal de Rio Quente GO, inaugurada em 1998.**



GOMES, N. G. U. 2008

È possível verificar que a mesma ainda não se encontra totalmente concluída e que sua inauguração foi provavelmente para promover a administração local e não a comunidade. N a placa de inauguração ali situada estão gravados o nome do Prefeito, seu vice e dos vereadores, dizendo que “Tendo em vista o bem estar da população esta administração, inaugura a Praça do Ipê com o intuito de oferecer a comunidade um espaço de lazer, descontração e descanso”.

A realidade que se percebe é que esta não conseguiu oferecer estes elementos a sua população, já que ninguém da comunidade faz uso deste local. O espaço ali esta incompleto, já que o fator humano que dá vida e sentido aos espaços construídos não consegue se adequar e fazer uso dele.

Na imagem que se segue é possível ver como se organiza o setor central do município. Tendo a Praça do Ipê ocupando uma área triangular, as quadras residenciais se articulam em seu redor, tendo como principal característica a simplicidade de suas construções.

Neste bairro o uso que se faz é voltado para a moradia das pessoas que ainda estão ligadas ás atividades rurais, e não turísticas.

Figura 19: **Foto Rio Quente GO, setor central.**



Fonte: Google maps.

Org. GOMES, N. G. U. , 2009.

Este município tem características peculiares e particulares que estão imbricadas em sua história e principalmente em seus usos. É comum se dizer que ele foi criado em função do resort que ali está instalado. A população local na verdade vive em função de prestar serviços para o complexo ou da exploração dos turistas que visitam a área em função de sua existência.

Uma evidencia forte disso é a sua tipologia, nesta parte da cidade, o chamado centro, todas as características de uma cidade do interior do país se apresentam, com suas ruas calmas e construções típicas. Pouco adensamento urbano e grandes vazios se pode notar através desta imagem retratada na figura 18. Poucas construções e concentração das construções em algumas poucas ruas são características marcantes de pequenos municípios com Rio Quente espalhados pelo interior do Brasil. O que torna esse município diferente é o seu bairro mais famoso e de grande relevância para toda a cidade, o bairro Esplanada, que apesar da distância se sobrepõe em importância e até supera o centro.

É uma experiência muito interessante percorrer o caminho que leva do bairro Esplanada até o centro do município. A sensação que se tem é a de estar em uma viagem e que em definitivo são duas cidades distintas. Nada é passível de identificação entre um espaço e outro. São como que opostos. Nada em comum ou

em correlação existe que identifique os espaços como pertencentes ao mesmo lugar.

Figura 20: **Praça do Ipê, município de Rio Quente Goiás, inaugurada em 2006.**



GOMES, N. G. U. 2008

O poder público municipal sempre esteve de forma direta vinculada a administração do resort se beneficiando de seu poder ou apoiando este mesmo poder a medida que a verba gerada com impostos do complexo ali seja usada em benefício de ambas as partes.

A população local e mesmo a das cidades vizinhas são de certa forma reféns do imenso complexo, pois o poder econômico se estende em todas as direções atingindo de forma direta ou indireta, inúmeras pessoas.

As diferenças de usos do espaço urbano são nítidas ao observarmos os espaços que formam o município, o bairro Esplanada é altamente verticalizado e movimentado por turistas e comerciantes, já a área central é totalmente horizontal e extremamente calma. As únicas atividades são as relacionadas ao poder público e pequenos comércios básicos.

3.2 – O Perfil socioeconômico do município de Rio Quente/GO.

A vocação primeira do município tem sua origem no meio rural e na agricultura e na pecuária sendo assim, muitas das características dessas atividades permanecem refletidas em suas construções, mas estão principalmente imbricadas nos modos de vida da sua população.

O estilo pacato e avesso as novidades permanecem em seus habitantes, refletido em suas vidas diárias, e logicamente na paisagem urbana. Em sua maioria esses pequenos comércios são aqueles relacionados a produtos de necessidade básica, o município conta ainda com um posto de saúde, onde são feitos atendimentos sem muita complexidade.

No município existe uma escola de Ensino Fundamental e uma Escola Primária que são mantidos pela prefeitura. Segundo dados do IBGE foram realizados no ano de 2007, 551 matrículas no ensino fundamental, na escola pública municipal.

Toda a população urbana e rural faz uso desses equipamentos existentes, mas sempre que necessitam recorrem como é comum em todo o estado a serviços prestados na capital.

A área rural do município é de 8.763 Hectares, distribuídos em 203 estabelecimentos com produção principalmente voltada para e pecuária e cultura de subsistência. O município embora tenha um elaborado sistema de transporte para o escoamento de uma provável produção agrícola, não utiliza essa malha viária para esse fim. Essas estradas são utilizadas principalmente para a atividade turística, já que liga o município ás maiores e mais importantes rodovias do país.

Por outro lado ao se analisar as atividades econômicas desenvolvidas na localidade a modalidade de atividade que mais emprega oficialmente, é aquela ligada a atividades imobiliárias, alugueis e serviços prestados a empresas, atividade esta que emprega 287 pessoas segundo dados do IBGE/ 2007. Isso significa que oficialmente quase 10% da população estão diretamente envolvidas neste ramo.

Se observarmos a tabela 02 logo a baixo, poderemos também verificar que outros 10% da população esta trabalhando na administração direta no município. O

restante faz parte do comércio e da prestação de serviços, portanto direta ou indiretamente vinculados ao turismo

Tabela 02: **Composição do quadro pessoal da administração direta.**

Total de funcionários ativos da administração direta	**224**
Total de funcionários ativos da administração direta - Estatutários	**224**
Total de funcionários ativos da administração direta - CLT	**0**
Total de funcionários ativos da administração direta - Outros	**0**
Total de funcionários ativos da administração direta - Nível Auxiliar	**141**
Total de funcionários ativos da administração direta - Nível Médio	**74**
Total de funcionários ativos da administração direta - Nível Superior	**9**

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros - Gestão Pública 2001

Org.: GOMES, N. G. U. 2009

A administração publica municipal trabalha com uma constante tensão em servir ao município sem desagradar os interesses do resort que é sua maior fonte de renda, e detém o poder de influenciar o governo estadual para se servir de equipamentos como estradas e infra-estrutura urbana.

Figura 21: **Vista geral de uma Rua do Bairro Esplanada no município de Rio Quente GO.**



GOMES, N. G. U. , 2008

Que é comum a afirmativa de que em toda sua história nunca um candidato a prefeitura ganhou sem o apoio do Rio Quente Resort, por influencia política e também por deterem o poder econômico, que em eleições no Brasil é decisivo.

Sempre desde sua emancipação os prefeitos eleitos contaram com esse apoio indispensável e compensador.

Tabela 03: **Instrumentos de Planejamento Municipal.**

Lei Orgânica Municipal - existência	**Sim**
Plano de Governo - existência	**Sim**
Plano Plurianual de Investimentos (PPA) - existência	**Não**
Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) - existência	**Sim**
Lei de Orçamento Anual (LOA) - existência	**Sim**
Plano estratégico - existência	**Não**

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros – Gestão Pública 2001

Por meio da tabela 03, podemos verificar quais os instrumentos que a administração dispõe para a execução de um planejamento de ações e investimentos. O município embora novo tenta se adequar a todas as exigências das leis, para se incluir na distribuição de verbas federais.

O município, seguindo as leis federais, contratou em Julho de 2007, consultoria especializada para a elaboração de seu Plano Diretor Participativo. A contratação conta com o apoio do Ministério do Turismo através de convênio.

A primeira fase do trabalho foi concluída com a entrega da Avaliação Temática Integrada, composta pela Leitura Técnica e Comunitária, e realização em 06 de novembro de 2008 da primeira Audiência Pública para apresentação da realidade municipal.
A audiência reuniu um público de 90 pessoas o que representa uma grande participação popular.

A segunda audiência pública para apresentação das propostas e diretrizes gerais e do anteprojeto de Lei do Plano Diretor e a terceira e última audiência quando foram apresentadas as minutas das Leis de Parcelamento, Zoneamento e Uso do Solo, Código de Edificações e Código de Posturas.

A aprovação do plano foi muito importante, para que o município possa saber de todas suas necessidades e a partir delas efetuar ações que venham saná-las.

Segundo o PNUD, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, o IDH, Índice de Desenvolvimento Humano é de 0, 806, considerado elevado. O PIB, Produto Interno Bruto, é de R$ 32.138.000,00 segundo dados dos IBGE de 2005, e o PIB per capita é de R$ 11.136,00, índice este também de 2005.

De acordo com os dados, temos no Brasil hoje, cerca de 1.080 Municípios onde o PIB per capita é superior a média nacional de cerca de R$ 7,6 mil. 384 Municípios possuem um PIB per capita maior que o dobro da média nacional, ou seja, superior a R$15 mil.

Tabela 04: **Produto Interno Bruto Rio Quente GO. – Segundo setores da atividade econômica- 2002 a 2006.**

Em Reais R$	2002	2003	2004	2005	2006
a. PIB (b+c+d+e)	20, 347.98	24, 358.13	28, 274.12	32, 137.79	37, 965.74
b. agricultura	2, 307.18	2, 744.90	2, 753.75	2, 535.59	2, 892.25
c. Indústria	4, 092.60	5, 147.33	10, 057.03	11, 900.61	11, 004.77
d. Impostos	4, 721.30	5, 930.34	4, 226.83	4, 882.98	9, 065.19
e. Serviços (+f)	9, 226.90	10, 535.56	11, 236.50	12, 818.61	15, 003.53
f. Administração Pública	4, 769.16	5, 475.36	5, 331.75	5, 951.15	6, 687.97
g. Pib *per capita*	8, 274.90	9, 364.91	10, 307.73	11, 135.76	12, 538.22
População	2, 459.00	2, 601.00	2, 743.00	2, 886.00	3, 028.00

Fonte: IBGE, Gráfico de crescimento bruto. 2006

Org.: GOMES, N. G. U., 2009

Por meio da análise da tabela 04, podemos verificar que o setor de serviços é responsável pela maior parcela da geração do PIB municipal, e isso, sem sombra

de dúvidas está relacionado ao complexo turístico, pois este com a geração de uma grande demanda por prestação de serviços empregam uma enorme quantidade de prestadores de serviços e outras atividades correlatas.. O segundo setor em termos de importância é o industrial sendo a construção civil, o maior responsável pela sua composição. A construção civil é um grande diferencial neste município que emprega uma grande quantidade de pessoas e gera grande quantidade de divisas já que a comercialização de imóveis destinados ao turismo é uma atividade intensa e constante.

Geralmente a atividade turística está diretamente ligada a construção civil, pois com a geração de uma grande demanda por lugares turísticos, vem à necessidade de lugares para abrigar e dar condições dessa demanda se sustentar e crescer. Com a criação da Pousada Do Rio Quente como um destino que atrai turistas de vários lugares as localidades vizinhas e principalmente Rio Quente, tentam de qualquer maneira se aproveitarem e retirarem lucros dos serviços prestados tanto quanto da comercialização de flats e hotéis para esses turistas que chegam atraídos pelo nome do Resort.

Todas as oportunidades para se explorar essa leva de turistas atraídos pelo resort são aproveitadas e cada vez mais se consolidam ao redor do seu espaço, ocupando o perímetro urbano e as áreas adjacentes.

Com o levantamento feito sobre a estimativa da população urbana e a população rural do município, a Confederação Nacional dos Municípios incorporando dados cadastrados pelo IBGE, divulga que a população urbana é de 78,59% e que a população rural é de 21,41%. Sendo assim o município segue a tendência nacional, onde a população urbana é muito maior que a rural.

Os dados oficiais existentes sobre a maior atividade realizada na cidade depois da atividade turística, que é a construção civil são escassos e desatualizados como podemos verificar na tabela a seguir, onde os resultados são de 1999.

Atualmente a secretaria de obras municipais tem um registro informal desses dados referentes ao ano de 2006, onde consta o numero de 58 licenças de construção e em 34 alvarás de habitação. Mas segundo esta mesma secretária a fiscalização é falha e os dados não são precisos.

A construção civil movimenta principalmente o Bairro Esplanada onde se pode verificar uma intensa verticalização e uma grande movimentação em torno da oferta de flats e apart hotéis para a demanda turística que ocorre nesta parte do município.

Com essa dinâmica movimentando os negócios ligados a construção civil, muitos outros negócios vão aparecendo e se beneficiando dessas oportunidades. Negócios ligados á vendas de materiais de construção, prestadores de serviço, empresas de montagem de equipamentos, limpeza entre outros se instalam no município para obterem lucros e conseqüentemente acabam promovendo o desenvolvimento do município.

Tabela 05: **Infra estrutura urbana**.

Licenças para construir em 1999 - existência	**Sim**
Número de licenças para construir em 1999	**22**
Licenças para construir em 2000 - existência	**Sim**
Número de licenças para construir em 2000	**15**
Alvarás de habitação em 1999 - existência	**Sim**
Número de alvarás de habitação em 1999	**4**
Alvarás de habitação em 2000 - existência	**Sim**
Número de alvarás de habitação em 2000	**3**

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros - Gestão Pública 2001

Ao observar a tabela de número 06 referente ao cadastro imobiliário verificamos que os terrenos urbanos têm uma baixa taxa de edificações deixando com esses dados a clara presença de uma exploração imobiliária intensa. Á medida que se abrem loteamentos excessivamente para futura valorização de terras urbanas.

Nas proximidades do bairro Esplanada ocorreu o lançamento de um grande loteamento denominado Mansões das Águas Quentes, mas este ainda está em fase de implantação sem nenhuma construção, portanto sem ainda refletir no município.

Com esse tipo de exploração imobiliária crescente a Prefeitura Municipal se coloca em posição de grande responsabilidade e com grandes ônus, já que para que esses lançamentos ocorram, ela tem que disponibilizar serviços básicos, como transporte, coleta de lixo entre outros. Além de promover um adensamento urbano.

Esse tipo de atividade requer planejamento e investimentos contínuos por parte do poder público, para que o restante da população não sofra conseqüências da grande exploração urbana.

Tabela 06: **Cadastro Imobiliário.**

Cadastro imobiliário - existência	**Sim**
Unidades prediais e territoriais cadastradas separadamente ou em conjunto	**Separadamente**
Número de unidades prediais cadastradas em 1999	**782**
Número de unidades prediais cadastradas em 2000	**795**
Número de unidades territoriais cadastradas em 1999	**3888**
Número de unidades territoriais cadastradas em 2000	**3875**
Ano do último recadastramento	**1994**
Ano da última atualização da planta de valores do IPTU	**1994**

Fonte: IBGE, Perfil dos Municípios Brasileiros - Gestão Pública 2001

Os conflitos existem e são muitos, mas cada localidade se organiza para enfrentá-los e neutralizá-los, é peculiar neste município onde os espaços urbanos são separados e extremamente diferentes, tanto em sua forma como em seus usos, esses conflitos se manifestam de forma diferenciada e intensa, á medida que essa separação de dois lados do mesmo município se acentua.

A verticalização, o grande número de pessoas e a grande atividade que é característica do Bairro Esplanada, não são nem de longe parecida com aquelas realizadas no restante da cidade.

Tem-se a impressão que são dois municípios distintos de tão contratantes que são suas características. Na verdade talvez seja essa a forma que a localidade encontrou de se proteger de todas as interferências que os turistas e suas particularidades trazem para essa localidade.

Um modo único de preservar naqueles que não estão ligados á essa modalidade de exploração que é o turismo, mas ligados aquela que é o meio rural de se proteger e viver nestas características que lhe são próprias. Assim muitos aspectos de suas vivências e fazeres estão preservados.

A seguir faremos uma apresentação da Pousada do Rio Quente Resort para se demonstrar sua estrutura e sistema organizacional, pois só assim poderemos entender as relações estabelecidas entre o município e essa grande empresa.

3.3 – Uma apresentação da Pousada do Rio Quente Resort.

O maior empreendimento turístico de Goiás, a Pousada do Rio Quente Resort, é uma empresa com quarenta e cinco anos, foi fundada em 1964, é controlada pelos grupos Gebepar e Algar, que registrou um faturamento consolidado de US$ 38 milhões em 1996 e de US$ 41milhões no ano seguinte, existe em sua área seis hotéis, contabilizando 929 apartamentos, três parques aquáticos, Clubinho da Criança, Centro de Convenções, Centro Administrativo e Centro de Treinamentos. É responsável pela geração de 1700 empregos diretos.

A sociedade dedica-se a atividades turísticas hoteleiras, em especial no segmento de lazer e entretenimento, atuando na região central do estado de Goiás, em instalações próprias e arrendada. A sociedade opera diretamente hotel de sua propriedade que é o Hotel Turismo, que recebeu em 2002, segundo dados da empresa, 83.000 hospedes, parques aquáticos, Praia do Cerrado e Hot Park e mantém contrato de administração, exploração ou arrendamento de prédios para suporte de atividade hoteleira, como o Hotel Pousada que recebeu em 2002, 208.000 hospedes, dados da empresa, e o Hotel Chalés, 43.000 hospedes,através de contrato de incorporação, empreitada,locação de serviços e administração com a Estância Cabanas do Rio Quente S.C. e, através de contratos com sociedades com cotas de participação com os Condomínios Rio Quente Suíte & Flat I,II,III.IV. Como complemento do negócio, a sociedade dedica-se, também, à realização de “shows”, comercialização de bebidas e alimentos.

ATIVOS OPERACIONAIS PRÓPRIOS

a) HOTEL TURISMO: Hotel com 122 apartamentos e Centro de Convenções. Recebeu cerca de 83 mil hóspedes em 2002;

b) HOTEL POUSADA: Hotel com 257 apartamentos. Recebeu cerca de 208mil hóspedes de sócio-proprietário e a Companhia é proprietária de 3.642 títulos, representando 34,22% do total.

c) HOTEL CHALÉS: Hotel com 46 apartamentos. Recebeu cerca de 43 mil hóspedes em 2002. Esse Hotel é de propriedade da Estância Cabanas do Rio Quente S/C (sociedade civil sem finalidade lucrativa). A Companhia o administra mediante contrato de incorporação, empreitada, locação de serviços e administração. Seu capital é dividido em 2.705 títulos de sócio proprietário e a Controlada Valetur é proprietária de 1.552 títulos, representando 57,37% do total.

d) HOT PARK: Parque aquático com 77 mil m² de piscinas de água quente, bares, restaurantes, jardins e toboáguas. Recebeu 286 mil visitantes em 2002.

Os Hotéis Administrados são construídos por investidores, já com o propósito de serem administrados pela Cia. Thermas do Rio Quente mediante contratos de SCP. Pela administração, a Companhia recebe, a título de remuneração, 5% do faturamento bruto e 10% do lucro líquido operacional. Além dessa remuneração, o negócio agrega valor à Companhia através de consumo extra no interior do Complexo.

a) HOTEL RIO QUENTE SUITE & FLAT I: Hotel com 186 apartamentos, administrado pela Companhia através de Contrato de Sociedade em Conta de Participação – SCP por prazo indeterminado, dos quais a Companhia Thermas do Rio Quente é proprietária de 8 apartamentos. Recebeu cerca de 164 mil hóspedes em 2002.

b) HOTEL RIO QUENTE SUITE & FLAT II: Hotel com 126 apartamentos, administrado pela Companhia através de Contrato de Sociedade em Conta de Participação – SCP por prazo indeterminado, dos quais a Companhia Thermas do Rio Quente é proprietária de 15 apartamentos. Recebeu cerca de 110 mil hóspedes em 2002.

c) HOTEL RIO QUENTE SUITE & FLAT III:

Hotel com 78 apartamentos, administrado pela Companhia através de Contrato de Sociedade em Conta de Participação – SCP por prazo indeterminado, dos quais a

Companhia Thermas do Rio Quente é proprietária de 12 apartamentos. Esse empreendimento teve suas atividades operacionais iniciadas a partir de janeiro de 2003.

Em novembro de 2002, a Companhia adotou um novo sistema de gestão, orientando o trabalho da empresa por processos. O projeto intitulado “Empresa Viva” reconhece como fundamental para o sucesso da organização a satisfação dos clientes, acionistas e associados (funcionários), sendo esses considerados o principal ativo da companhia. A concessão de maior autonomia aos associados teve como efeito um aumento na agilidade e qualidade do atendimento aos hospedes sócios e visitantes. As avaliações respondidas pelos clientes têm sido o indicador do sucesso da Pousada do Rio Quente, tendo o índice de satisfação ultrapassado os 90% e a intenção de retornar “recall” superior a 94%. Tais resultados confirmam o reconhecimento nacional da qualidade dos produtos, serviços e principalmente do atendimento oferecidos que, aliados à beleza dos recursos naturais, fazem do resort o mais conhecido do país, permitindo a superação da marca de um milhão de visitantes no ano de 2002, tendo a companhia recebido nesse ano os seguintes prêmios e certificações de acordo com dados fornecidos pela direção:

- Prêmio Catavento ADIBRA (Hot Park escolhido como empreendimento do ano);
- Prêmio Revista Viagem (Destaque em parque aquático no Brasil);
- Prêmio RCI – Top Producer (R$ 30 milhões e R$ 25 milhões em vendas); e
- Prêmio Revista Próxima Viagem – Resort mais visitado do Brasil.

Segundo dados da EMBRATUR, o numero de viagens de turistas ao Brasil mais que dobrou nos últimos 10 anos, evidenciando a evolução do setor de turismo do Brasil no período, durante o qual foram construídos mais de 400 hotéis, muito deles como já citamos por redes hoteleiras internacionais, em resposta ao crescimento na receita do setor de US$ 2 bilhões em 1995 para US$ 4 bilhões em 2000. Apenas no ano de 2001, o setor apresentou um crescimento da ordem de 33%, tendo os turistas estrangeiros feitos gastos de cerca de US$ 3,7 bilhões em território brasileiro neste ano. As viagens domésticas cresceram de 25 milhões em 1994 para 38 milhões em 2001.

A empresa prega o respeito ao meio ambiente e para se ratificar nessa temática obteve o ISO 14001. A certificação ISSO 14001 é um dos parâmetros usados para identificar se o meio ambiente esta sendo respeitado pela atividade

empresarial. Para poder ostentar esse certificado, é necessário implantar um sistema de gestão ambiental, avaliado e auditado periodicamente pelos órgãos certificadores e embora essa certificação não seja obrigatória, sua obtenção denota consciência e zelo.

O Resort acaba de receber a terceira certificação, após auditoria realizada em outubro de 2008. A empresa foi reconhecida pela capacidade de integrar as suas atrações com a natureza sem agredir o meio ambiente.

O primeiro certificado foi emitido em 2001 e o segundo em 2005. Com essa renovação a empresa recebe relatórios periódicos que permitem controlar custos, reduzir riscos e melhorar o desempenho de todo o processo produtivo.

Estas ações fazem parte do Sistema de Gestão Ambiental (SGA) que tem dentre várias atividades, o compromisso de contribuir na organização e identificação de desperdício de matéria prima, e energia, além de minimizar o impacto do descarte dos resíduos gerados pela empresa.

“Nosso sistema já está enraizado em nossos colaboradores. Estamos constantemente intensificando nossas ações de gestão ambiental, promovendo parcerias com entidades privadas e publicas eventos de conscientização e sensibilização, combate a incêndios florestais, adequação a legislação, além de análise e prevenção dos impactos em áreas vizinhas”. Assim explicou o gerente de vendas e Marketing do Resort, Manuel Carlos Cardoso em entrevista concedida no mês de janeiro de 2009.

Os efluentes do Rio Quente passam pela estação de tratamento de esgoto, construída pelo Grupo Rio Quente há mais de dez anos e doada para o município de Rio Quente em 2006.

Dentro do programa de Monitoramento da Qualidade das Águas, profissionais da área de controle ambiental retiram mensalmente amostras das nascentes (piscinas e água de consumo) para análise em laboratório. Coleta seletiva e reciclagem de lixo também são praticas do Resort.

O SGA envolve todos os funcionários, sócios, acionistas e visitantes do Resort formando agentes multiplicadores que darão continuidade à importância da conscientização ambiental. Esta é a intenção da empresa ao aplicar esses trabalhos voltados para o meio ambiente.

Líder de ocupação na hotelaria brasileira, o grupo Rio Quente Resort, fechou o ano de 2008 com o melhor desempenho dos últimos anos. Investimentos, inaugurações, parcerias, contratações de novos executivos e treinamento intensivo de mão de obra marcaram o ultimo ano, segundo informações da gerencia do grupo.

Os indicadores da tabela a baixo são os parâmetros para avaliação da performance da companhia Thermas do Rio Quente. Destacam-se o crescimento na disponibilidade de apartamentos com 794 apartamentos/dia em 2003, contra 735 apartamentos/dia em 2002.

A conjunção dos indicadores abaixo permitiu um crescimento no faturamento bruto de 24,6% no exercício de 2003. Com essa análise pode-se concluir que ao mesmo tempo em que a porcentagem da taxa de ocupação oscila o consumo per capita dos passantes tende a crescer independente das taxas de ocupação, quer dizer do fluxo de hospedagem. E agora com a inauguração de um novo parque, A Praia do Cerrado, o numero de passantes vai crescer muito, juntamente com o consumo per capita, motivo de comemoração por todos os acionistas do grupo.

A conclusão que se tira com a observação destes dados é que cada vez mais a administração investe em criação de atrações para passantes dentro do Resort e ocupa as áreas do município pra a construção de flats, já que á medida que o consumo per capita aumenta e conseqüentemente aumenta o lucro da empresa.

Com a ampliação da construção de unidades de hospedagem fora da área do resort aumentam, outras formas de exploração imobiliária foram surgindo, como a criação do sistema de flats. Esse sistema é complexo e gera grandes lucros para os empresários envolvidos em seus lançamentos.

As unidades, apartamentos são comercializados, os proprietários depois da entrega das chaves podem entrar para um pool de locação administrado pela empresa. Esse pool é a permissão de locação de seu apartamento em épocas previamente estabelecidas, para que isso ocorra o proprietário primeiramente tem que equipar e mobiliar seu imóvel conforme um modelo predeterminado.

Depois a administradora tem o total controle da locação deste imóvel, prestando contas ao final de cada mês e fazendo os acertos financeiros referentes ás datas locadas. Portanto a empresa além do lucro com a venda dos imóveis ainda

lucra com a venda de equipamentos e mobiliário e também com as diárias de locação.

O Rio Quente Resort quando anuncia uma queda nas vendas de hospedagem não o faz de maneira que indique algum tipo de problema, justamente por ter fora de seu território outras formas de obtenção de lucros com essa mesma fonte de renda, a hospedagem.

Assim o município serve ao resort de uma forma muito conveniente e pratica. Já que a infra estrutura para a construção desses flats fica a cargo da prefeitura municipal e em contra partida o resort oferece ganhos a prefeitura gerando renda através de impostos como o IPTU.

O Resort possui o maior parque aquático da América do Sul e reúne o maior conjunto de águas quentes naturais e correntes, e recebe um público superior a um milhão de pessoas por ano, entre hospedes e visitantes.

abela 08: **Principais Indicadores Operacionais, 2001 a 2003.**

INDICADOR	2001	2002	2003
Apartamentos disponíveis	255.337	268.433	289.852
Apartamentos Alugados	180.247	199.019	189.967
Numero de Hospedes	551.913	616.260	587.914
Taxa de Ocupação	71%	74%	66%
Consumo Per Capita - Hóspede	R$ 87.91	R$ 84.64	R$ 83.61
Número de Visitantes	261.049	286.542	292.554
Consumo Per Capita por Visitantes	R$ 33.15	R$ 37.51	R$ 40.28

Fonte: Rio Quente Resort. 2008.

A ocupação média anual foi de 75% - contra 62% em 2007. Estes índices justificam a expectativa de mais um ano promissor pela gerência e pela elaboração de projetos que se estendem até 2013. Estão previstos investimentos para a

construção de um novo centro de convenções, com 7mil metros quadrados com capacidade para 1440 pessoas, para triplicar a capacidade de realização de eventos dentro do Resort.

Dos investimentos de 2008 a empresa enfatiza o lançamento da Praia do Cerrado. Segundo os dizeres da empresa a “Mega Atração” do Hot Park é, hoje a maior praia de águas quentes e correntes do mundo. Essa atração que agora é uma das principais do resort tem atraído cada vez mais visitantes. É um parque aquático que imita uma praia e tem todos os elementos estrategicamente colocados para dar a impressão de se estar em uma praia verdadeira.

Dentro do complexo existem atualmente três parques aquáticos temáticos, que são: o Parque das Fontes, o Hot Park e a Praia do Cerrado, inaugurado em junho de 2008. Esses parques são os responsáveis pela grande movimentação dentro do complexo turístico e também no município já que as pessoas procuram a cidade como uma forma de hospedagem mais barata.

Figura 22: **Planta geral do Complexo Rio Quente Resort. 2008.**

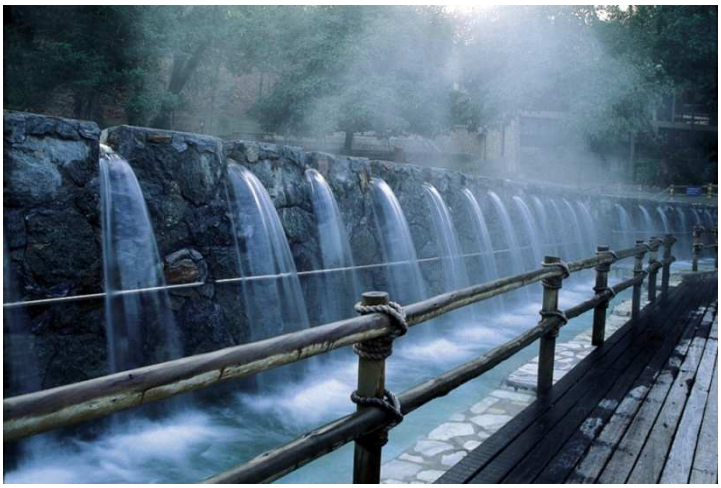


Fonte: Rio Quente Resort. 2008.

Org.: GOMES, N. G. U. 2009.

O Parque das Fontes tem 8 piscinas naturais de águas naturais quentes e correntes, duchas e poços termais, conta ainda em sua área com vários bares aquáticos e saunas abertas para o uso por 24 horas. Este local é pioneiro no resort sempre foi o maior atrativo por ser o ponto onde se tem maior contato com as águas naturais que se pode ver nascer nas pedras. Todos os cuidados paisagísticos são tomados para que essa aparência “natural” permaneça intocada.

Figura 23: **Parque das Fontes, Rio Quente Resorts 2007.**



Fonte: Rio Quente Resort

Figura 24: **Vista geral do Parque das Fontes 2007.**



Fonte: Rio Quente Resort

O Hot Park, que possui uma área de 25 mil metros quadrados, com equipamentos radicais, segundo a empresa. Ainda faz parte desse parque, vários

bares aquáticos com capacidade de mais de 100 pessoas, casa de sucos, sorveteria, restaurantes, butiques, campo de futebol e vários tobogãs denominados: “Acqua Rivers”, “Acqua Race”, “Giante Slide” e “Lazy River”.

Inaugurado em jul./02 o Clubinho da Criança conta com uma área exclusiva para os ‘pequenos’ clientes. São **3.400m^2**. Conta com decks, piscinas tematizadas e brinquedos interativos: escorregador, rio lento, balanço, tina de água e toboágua.

Figura 25: **Vista geral do Hot Park 2007.**



Fonte: Rio Quente Resort

Este espaço é também oferecido para um público que não está hospedado no complexo, essa modalidade de venda chama-se “Day User”, onde o cliente compra o direito de passar o dia nas dependências do Hot Park.

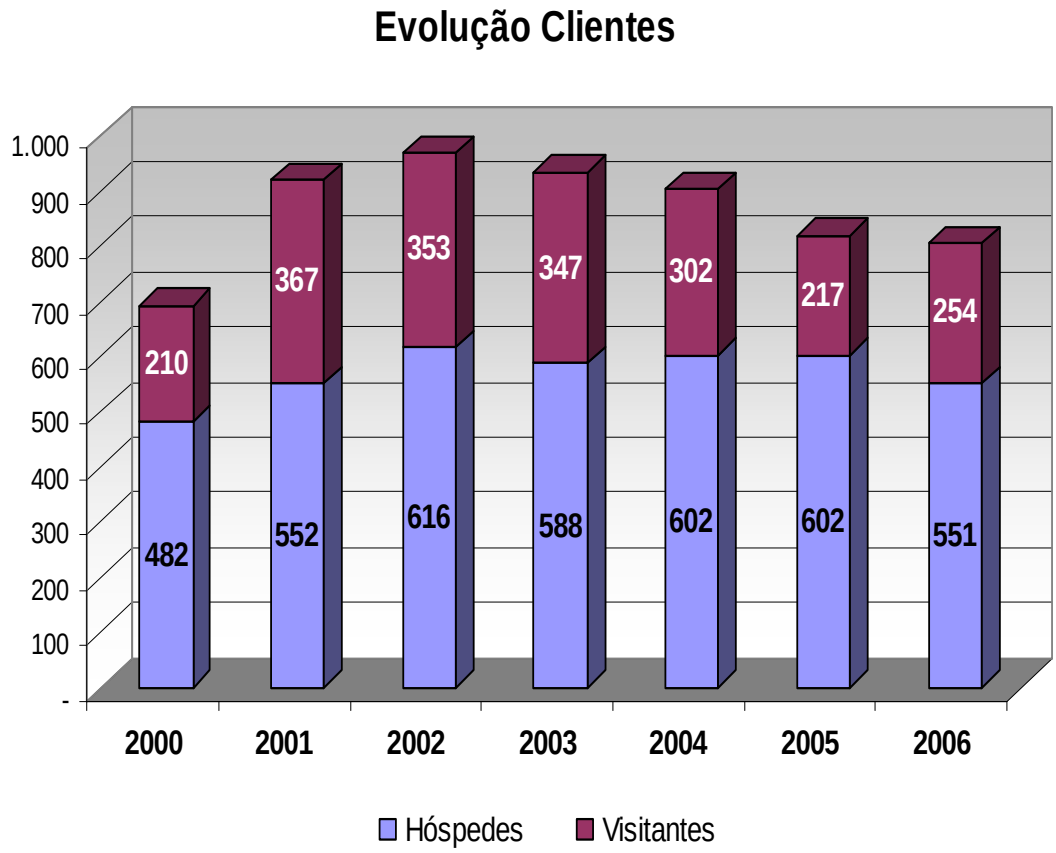
O complexo assim é visitado por um contingente muito maior de pessoas que somente aquelas que estariam hospedadas. Geralmente essas pessoas se hospedam nas imediações na cidade de Rio Quente ou Caldas Novas. É interessante para o Resort receber esse turista, pois assim ele se mostra, e principalmente cria uma fonte de renda muito maior que só a vinculada a hospedagem.

Pode-se observar uma queda no número de hospedes e visitantes no período exemplificado pela tabela apresentada a seguir, o ano de 2002 foi o que

apresentou melhores resultados tanto nos índices de hospedes como no de visitantes.

Mas a empresa ressalta sempre que o faturamento vem crescendo ano a ano, com o constante aumento do consumo interno pelos passantes.

Gráfico 01: **Evolução de clientes do resort entre 2000 a 2006.**



Fonte: Rio Quente Resort. 2008.

Ao se contabilizar seu publico anual o um milhão de visitantes traz um peso enorme e é festejado pela empresa. Sua inserção no mercado turístico nacional é muito grande, á medida que suas características paradisíacas são mostradas e exibidas através da mídia em todos os cantos do país.

Jornais revistas, especializadas ou não e a rede de agências de turismo nacional são amplamente usada para essa divulgação.

A seguir um anúncio vinculado em grandes jornais do país anunciou um pacote promocional para o período do carnaval de 2007. Esses pacotes são

atrativos, pois podem ser parcelados e acabam atraindo um grande número de hospedes nestes períodos de feriados prolongados e férias.

Conforme foi verificado a diferença de preços de 2007 para 2009, foi de 20% a mais em dois anos, portanto a empresa vem aumentando seus preços além da inflação acumulada no período que é de 14.73%.

Figura 26: **Anuncio de vendas de pacotes do Rio Quente Resort 2007.**



Fonte: Rio Quente Resort.

Sem esses meios de comunicação usados para promover o resort e todas as suas atrações e vantagens é de fundamental importância para colocar a empresa no cenário mundial da atividade turística. Os padrões de comunicação e prestação de serviços praticados no Resort são calculados e projetados para que este se enquadre no mercado e ofereça vantagens e preços compatíveis com aqueles praticados pelo meio.

Sua qualificação de mão de obra também segue esse padrão e cada vez mais a empresa está tentando qualificar sua mão de obra e trazer de fora outras pessoas para ocuparem cargos de maior relevância. Embora alguns cursos específicos para a hotelaria e o turismo existam nas cidades de Caldas Novas e Morrinhos.

Figura 27: **Escorregador no Hot Park.**



Fonte: Rio Quente Resort.

A Praia do Cerrado foi inaugurada em junho de 2008, e é uma reprodução natural estruturada com equipamentos de piscina de ondas que está entre as cinco maiores do mundo, e a maior da América do Sul. Se comparada a piscinas de ondas é a maior em operação de águas quente natural do mundo, pois se trata da nascente do único e maior rio quente de águas naturais.

Sua estrutura é composta de 28 mil metros quadrados de praia, três bares temáticos, um restaurante, seis lojas, arena de eventos, palco para shows, launges

paradisíacos e ondas para relax e esportes. Suas areias brancas vieram em uma mega operações de transporte da cidade de Cristalina/GO e possuem todas as características visuais da verdadeira “areia” da praia.

A empresa diante da escassez de atrativos naturais e culturais passa a criar outras atrações artificiais para continuar disputando os clientes e assim se firmando cada vez mais no mercado do turismo regional, nacional e também no internacional.

Figura 28: **Vista geral da “Praia do Cerrado” nos panfletos de apresentação.**



Fonte: Rio Quente Resort.

Figura 29: **Vista da Praia do Cerrado de dentro do Resort.**



Fonte: GOMES, N.G.U., 2008

Observando essas duas imagens podemos ver claramente como o produto para a oferta turística pode ser modificado, “maquiado” para se tornar mais atraente e mais vendável. Essas estratégias são constantemente usadas para atrair os turistas e depois lá dentro, quando os “cenários” são montados. Sempre os visitantes encontram tudo previamente montado e organizado, sem que nada destoe, para que se tenha a sensação de que o paraíso existe e que nele a água é quente.

Dentro do complexo existem dois hotéis, o Hotel Turismo e o Hotel Pousada, e a estrutura hoteleira conta ainda com mais três unidades situadas fora do complexo, na cidade de Rio Quente no bairro da Esplanada e o Hotel Cabanas que está distante 3.500 metros do resort.

O Hotel Pousada vide foto, foi o primeiro a ser construído, e está situado no centro do complexo. Conta com a seguinte distribuição interna, 124 apartamentos Stand, 20 apartamentos Garden, 90 apartamentos Família, 8 Suítes Diamante e 2 apartamentos adaptados para deficientes físicos.

O restaurante conta com um serviço de bufet completo para todas as refeições com padrão de qualidade constantemente munitorada por nutricionistas e chefes de formação internacional, conforme informções fornecidas pela empresa.

O Hotel Turismo e o Hotel Pousada são os únicos que estão dentro da área do resort e logicamente a empresa usa esse diferencial para agregar valores em suas diárias que praticamente custam o dobro que as outras fora do resort.

Figura 30 : **Hotel Pousada.**



Fonte: Rio Quente Resort.

Esses hoteis promovem a diversão e o relaxamento dos hospedes com atividades monitoradas para todas as faixas etárias, assim as pessoas são levadas a diversão o tempo todo que aí estão. Para isso contam com equipes de lazer e entreterimento que entre outras atividades promovem gincanas e aulas de atividades físicas nas piscinas e mesmo fora delas. Os pais podem deixar suas crianças em atividades programadas enquanto se divertem de qualquer outra forma.

O espaço interno do resort é todo monitorado e cercado para segurança dos hospedes e passantes e para total controle de acesso as atividade realizadas lá dentro.

Os usuários dos parques não tem acesso as áreas restritas dos hospedes para que esses não se sintão importunados e que se mantenha a ordem e a segurança que é vendida juntamente com esse pacotes de hospedagem. Os clientes pagam para não terem que se preocupar com esses detalhes que são tão comuns no dia a dia das cidades.

O Hotel Turismo foi o segundo construído pelo resort e tem 122 apartamentos e 4 suítes de luxo, restaurante para 200 pessoas com cozinha internacional.

A proposta deste hotel é atender uma demanda de clientes com um poder aquisitivo maior, que se importa com diferenciais na escolha de cardápio e luxos em hospedagem.

Este Hotel tem o padrão mais luxuoso do resort e atende outra tipologia de consumidores, os chamados “exigentes” aqueles que são da classe mais abastada e que não se preocupam com os custos, mas se preocupam e muito com a qualidade dos serviços oferecidos.. Para tanto tem suas diárias comercializadas por preços diferentes dos pra ticados pelo Hotel Pousada.

Além dos serviços oferecidos nas outras unidades, neste hotel a hospedagem é diferenciada em qualidade dos serviços prestados, de restaurantes com chefes de padrão internacional, além de uma maior atenção com detalhes nos apartamentos e oferta de piscinas privativas.

Figura 31: **Hotel Turismo.**



Fonte: Rio Quente Resort

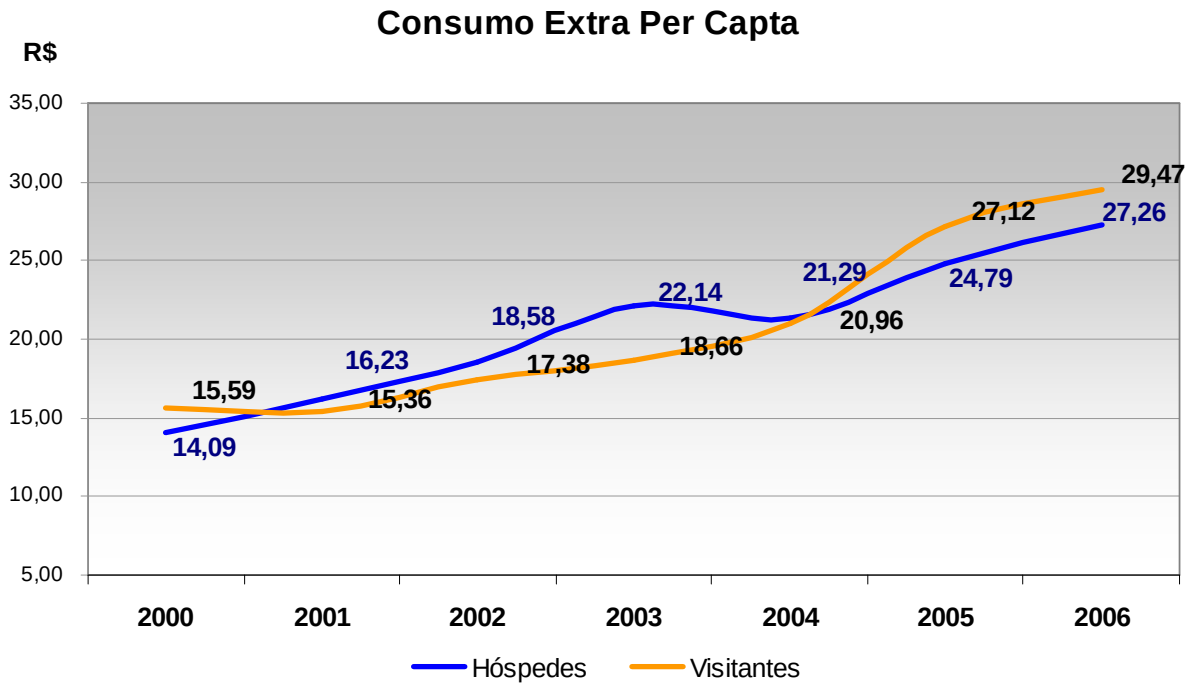
Por meio da tabela 09 a seguir, que faz uma análise dos gastos comparativamente entre os hospedes do resort e os visitantes, podemos ver claramente que os visitantes estão gastando progressivamente mais que os hóspedes. Por esse motivo a empresa tem privilegiado a construção de atrações que servem para esses dois públicos, pois assim se aproveita todas as possibilidades de lucro.

Também por esse motivo os espaços internos do Resort estão sendo resguardados para a construção dessas atrações e não unidades de hotelaria. A cidade de Rio Quente hoje já abriga um número maior de apartamentos de propriedade do resort que o próprio Resort.

Os Rio Quente Suíte & Flat I e II estão localizados no bairro Esplanada, no município de Rio Quente, por estarem fora do Resort contam com um serviço de transporte que liga essas unidades ao resort de 30 em 30 minutos.

Os hóspedes dessas unidades possuem acesso total as dependências do resort podendo entrar e sair á vontade de todas as suas dependências. Somente é necessária a apresentação do cartão de consumo e identificação da empresa.

Tabela 09: **Amostragem do consumo dentro de resort por hospede e visitantes 2006.**



Fonte: Rio Quente Resort.

O Hotel Flat I, conta com 183 apartamentos, uma rede de apoio completa que apresenta lojas, restaurantes e um salão de convenções com capacidade para 150 pessoas.

O Suíte Flat II possui 77 apartamentos e conta com um restaurante temático. Esse restaurante serve também aos hospedes de outros flats e reproduz para quem não tem acesso a atmosfera do Rio Quente Resort.

O Flat Giardino é o ultimo inaugurado e possui um diferencial em sua arquitetura, que segue um estilo “italiano”, possui 217 apartamentos divididos em 4 categorias. A empresa coloca como um diferencial nesses produtos alguns apartamentos adaptados para pessoas portadoras de deficiência física, já que esse público procura muito este tipo de lazer.

Todos os apartamentos do Giardino possuem uma TV na sala e ar-condicionado em todos os ambientes. Um restaurante dividido entre o piso térreo e mezanino – ambos os espaços têm ‘cozinha show’, restaurante e coffee shop. Duas lojas completam os serviços.

Observando estas informações, todas fornecidas pelo resort, percebemos como todos esses locais tem um apelo extra em sua forma, e em seus conteúdos. Além de serem hotéis, com todas as características inerentes ao termo, o grupo Rio Quente sempre adiciona uma característica a mais, como um bônus mais atrativo. Neste caso a forma “italiana” que destoa totalmente do restante do cenário local.

Todos esses adjetivos atraem tipos diferentes de pessoas, e conseqüentemente uma maior procura por parte dos turistas.

Figura 32: **Vista do Suíte Flat I.**



Fonte: Rio Quente Resort.

Figura 33: **Giardino Flat.**



Fonte: Rio Quente Resort.

O Hotel Bangalôs Village encontra-se a 3,5 km do complexo, é o local ideal para as pessoas que gostam um pouco mais de isolamento, tranqüilidade e contato bem próximo com a natureza. São 6 bangalôs, 24 chalés e 20 apartamentos que oferecem ótima opção de lazer e o conforto básico de um apartamento com telefone, frigobar, TV em cores, ar-condicionado e música ambiente nos apartamentos.

Para maior sossego e comodidade dos hóspedes, o Village tem uma piscina de água quente e um bar aquático no próprio hotel. Os pacotes incluem café da manhã e almoço.

Figura 34: **Bangalô Village Hotel.**



Fonte: Rio Quente Resort.

Outras instalações que fazem parte desse complexo estão estruturadas de maneira a agregar valores e atenderem todas as necessidades dos consumidores

Dentre essas demandas o filão dos esportes radicais sempre tem espaço nas paisagens “naturais” que existem dentro do resort, dentre elas são oferecidas algumas atividades obviamente pagas que são: rapel, montanhismo, mergulho ecológico, arvorismo, tirolesa, water trek e paint boll.

Mas sem dúvida o grande diferencial deste espaço está nas águas quentes e nos parques que foram implantados para melhor aproveitar essa vantagem natural do lugar. Mas com o aparecimento de novas modalidades da demanda do turismo, o resort vem se equipando e se adaptando para essas eventuais procuras. Centro de

Convenções do Rio Quente Resorts, oferece ao mercado corporativo uma solução perfeita para eventos de diversos tamanhos.

É um lugar moderno, com capacidade para até 750 pessoas, que pode ser dividido em até quatro salas moduláveis de acordo com a sua necessidade.

As salas podem se transformar num grande salão, ideal para realizações de coquetéis, exposições, shows e desfiles. Também fazemos montagens diferenciadas no salão que podem ser desde o estilo escola, espinha de peixe, formato em U, até o convencional estilo auditório.

No Rio Quente Resorts os clientes contam com uma extensa lista de facilidades:

- Lavanderia
- Fotos e vídeos
- Restaurantes
- Massagem e estética
- Salão de beleza
- Caixas eletrônicos (HSBC e Banco Real)
- Ambulância
- Serviços de assistência médica 24 horas
- Loja de conveniência
- Boutique
- Farmácia
- Serviço de segurança
- Serviço de baby sitter

O Resort possui uma grande comodidade segundo suas propagandas, com o cartão de consumo (smart card), com ele o hóspede não precisa levar dinheiro para as piscinas ou qualquer lugar do complexo, todo consumo é registrado em um cartão de plástico à prova d’água, sendo que o que foi gasto pode ser consultado todos os dias nas recepções dos hotéis.

Os portadores de mobilidade reduzida possuem quatro hotéis com apartamentos especiais adaptados para deficientes físicos e contam com serviços opcionais como o carrinho elétrico e massagem.

A criação deste empreendimento de grande proporção nesta área do país só se tornou realidade após a consolidação de uma rede de serviços, transporte e de circulação de produtos de todos os níveis desde tecnológicos até físicos.

Para que isso fosse possível a empresa criou um plano de metas e investimentos que foi implantada em 1964 quando a família Palmerston organiza a Estância Thermas Pousada do Rio Quente e emite 200 títulos de sócios.

A partir dessa fase de expansão a empresa tem investido como já foi visto na ampliação das unidades locação, e a criação de novas atrações, como os novos parques temáticos. Para que isso fosse possível a empresa passa a investir cada vez mais fortemente na criação de outras fontes de renda e ampliação de oferta de serviços e atividades dentro de suas instalações.

Estão previstas no plano de gestão a construção de um centro de convenções, um hotel de apoio e serviços. Um centro de entretenimento noturno com praças de alimentação temáticas, onde cada restaurante vai fazer referência a um país, como é comum em grandes resorts.

Ainda dentro deste plano de expansão a empresa vai lançar no mercado um produto de custo maior, com o objetivo de alcançar uma fatia de poder aquisitivo maior para se firmar no mercado de luxo, que é o Golf Hotel e campo. Esse empreendimento vai oferecer luxo e lazer, juntamente com a possibilidade da prática de um esporte pouco difundido no país e de prática cara, portanto um esporte que atinge somente as classes mais abastadas.

Esse empreendimento visa ainda o mercado internacional, pois esse esporte tem um grande apelo para o exterior, onde é muito popular. Portanto a empresa quer agregar esse cliente e assim abrir novas fontes de renda e atração.

A gestão da empresa como já foi anteriormente visto é dividida entre dois grupos acionistas igualitários. Esses se revezam na administração direta a cada dois anos e isso causa alguns problemas tanto de ordem financeira com investimentos desproporcionais pelas duas empresas, como também problemas operacionais já que toda a estrutura pessoal da administração também se altera.

Portanto tensões existem na administração constante, e a empresa se enquadra para conseguir superar esses problemas internos. Essa disputa de poder se evidencia na apresentação dos resultados de cada administração, onde existe uma grande disputa interna por melhores resultados.

A proposta do resort é cada vez mais se enquadrar no cenário turístico nacional e um pouco de investimento para se tornar mundial e para tanto investe em novos parques e novas atrações de qualidade. Novas propostas de investimentos são constantemente apresentadas e analisadas por seus gestores.

Com essas novas propostas o resort se enquadrará dentro dos padrões internacionais e oferecerá ainda mais atrações e possibilidades de lazer para seus freqüentadores e hospedes.

Assim finalizamos a apresentação desses dois elementos, o município de Rio Quente e a Pousada do Rio Quente Resort, no próximo capitulo analisaremos as relações estabelecidas entre esses dois elementos importantes e de uma forma muito particular interdependentes.

Antes segue um esquema geral de implantação das atrações dentro dos limites do Resort.

Com essa ilustração é possível ter uma visão geral das dependências existentes no empreendimento e suas reais proporções para um maior entendimento do mesmo.

Figura 35**: Esquema de implantação das instalações no Rio Quente Resort. 2009**



Fonte: Rio Quente Resort. 2009

CAPITULO 4

A CIDADE DE RIO QUENTE E O RESORT POUSADA DO RIO QUENTE: DINÂMICA E CONTRADIÇÕES DO ESPAÇO TURISTICO.

4.1 – Turismo e segmentação do espaço em Rio Quente GO.

Para se entender a dinâmica de co-relação entre um município de menos de três mil habitantes que tem dentro de seu território um dos maiores resorts da América Latina é necessário que se entenda as origens e os processos de estruturação desses dois elementos, que para existirem dependem um do outro.

Seria possível a existência desse município de origens rurais no interior do estado de Goiás sem a existência desse resort? O resort teria condições de crescimento tão grande sem a existência do município de Rio Quente?

Como mensurar essas relações de forma coerente e transformá-las em dados analisáveis, para entender esse processo diferente de consolidação das duas realidades, uma urbana e outra turística?

Os estudos do município e do resort foram feitos para que se torne possível o estudo dessa relação. Estas análises trazem dados que vistos em conjunto poderão de alguma forma esclarecer quem é ator principal nessa existência correlata. Quais papeis são representados por cada um desses elementos e quais elementos consolidadores cabem a cada um deles.

Obviamente nem o município existiria sem o resort, assim como o resort não se manteria e apresentaria níveis de crescimento tão altos sem o suporte de uma estrutura urbana nas suas imediações.

Conforme observado, a relação turismo e espaço são influenciados pelas mudanças produzidas nas organizações espaciais uma vez que esta cria distorções verticais e horizontais na configuração dos espaços onde é implementado cuja marca chega às vezes a superar as temporalidades dos eventos em questão. A atividade turística se apresenta como um importante agente reorganizador das configurações espaciais ao criar núcleos de inclusão e núcleos de exclusão.

Isto pode ser observado se levarmos em consideração que se de um lado a implementação da atividade turística no consumo do espaço resulta na dinamização

sócio-espacial; por outro, produz fortes embates intra-regional uma vez que não ocorre de forma homogênea resultando em fortes divergências espaciais e embates sociais.

Essa relação entre espaços de inclusão e espaços de exclusão se apresenta igualmente contraditória, como foi observado em Rio Quente ou em outras localidades no que se refere à inserção da atividade turística: se apresentando como espaço de exclusão, o que favoreceu na preservação do seu aporte paisagístico (natural e cultural).

Por outro lado, novamente verifica-se o equívoco que vem acompanhando o turismo ao longo do processo de sua difusão: sua análise faz parte dos objetivos finais de sua implementação, ou seja, não é fruto de um arcabouço teórico que seja capaz de analisar as conseqüências sócio espaciais dessa atividade segundo uma perspectiva científica. Cabe a Geografia o fornecimento do aporte teórico que ratifique a importância do turismo para o desenvolvimento sócio espacial e a articulação dos referenciais metodológicos necessários a redução dos impactos dessa atividade no contexto espacial.

As conseqüências de se ter um empreendimento turístico deste porte em sua área ocasiona muitas possibilidades de inclusão e exclusão tanto social como territorial. No caso de Rio Quente o modelo observado em muitos outros lugares do país e do mundo, onde um grande Hotel atua como agente principal de um desenvolvimento turístico-imobiliário, ocasionando a consagração dos destinos, agregando valor a produtos de venda, como casas, apartamentos, bangalôs, terrenos, chalés, indicando o padrão dos empreendimentos e possibilitando a ampliação da quantidade de hóspedes, e conseqüentemente, de possíveis compradores dos imóveis.

A cidade de Rio Quente, até muito pouco tempo atrás estava restrita a sua realidade de cidade do interior de estado, vive atualmente, um momento de grandes transformações, decorrente de um intenso processo de urbanização com suas especificidades, que tem como principal indutor o turismo vinculado a Pousada do Rio Quente.

Isso ocasiona logicamente a elevação do custo da terra urbana, excluindo muitos da possibilidade de ter acesso a esses imóveis. Observando as ruas dessas

localidades nota-se a grande quantidade de flats e unidades de apartamentos para a venda a turistas. Enquanto os estranhos ocupam as melhores áreas os habitantes locais são obrigados pelo alto custo das terras, a se mudarem para cada vez mais longe. O centro do município abriga a maioria das habitações, e o bairro Esplanada, que é a área mais valorizada é onde estão os maiores complexos hoteleiros e, portanto os pólos de empregos e geração de renda da população local.

Logicamente o bairro Esplanada não comporta casas dos moradores do município e sim casas de veraneio como segunda residência. Essa característica sempre foi constante no município.

Figura 36: **Vista geral do Rio Quente Resort e do Bairro Esplanada em Rio Quente GO 1996.**



Fonte: RIO QUENTE, Uma História Aquecida Pelas Suas Próprias Águas. 161, Ed. 1.

Uberlândia: Gráfica Brasil ltda., 2000.

Org. GOMES, N. G. U. , 2009

Essa tipologia de separação, já nasceu com o município, o Bairro Esplanada onde está localizado o seu parque hoteleiro esta distante 6 quilômetros do centro do município de Rio Quente. Porém faz divisa com o resort.

Esse fato lhe confere status de município com aptidão para o recebimento de turistas. Na verdade de atrativo, nada existe, o que é explorado é o rio de águas quentes que ganha a temperatura dentro do resort, pois suas nascentes de águas quentes lá estão, e corre em direção ao bairro Esplanada. Depois de servir todo o complexo as pessoas que não tem o poder aquisitivo para freqüentar o resort usam essas águas para se banharem. Muito da temperatura das águas se perde neste caminho, mas permanecem mornas. Assim servem para a exploração turística.

Manteremos essa terminologia por julgar que a área tem um predomínio de atividades urbanas ligadas ao resort.

Este bairro destoa totalmente do restante da cidade, pois além de sua tipologia de construções também o uso que se faz delas é totalmente diferente.

O Bairro Esplanada é totalmente ligado a exploração turística, já os outros nada lembram uma cidade com essa vocação. É uma localidade pequena com características de cidades do interior, um misto de rural com equipamentos urbanos.

Isto provavelmente gera conflitos que se estabelecem nas regras sociais, a medida que impõem novos e estranhos hábitos e novos usos a sua população fixa que se vê obrigada a aceitar devido a imposição econômica, novos modos de vida e de usos dos espaços urbanos.

Estes conflitos existem e se refletem na falta de identidade tanto de seus prédios e construções como na total falta de uma vida social para os habitantes. Nada se nota que identifique essa comunidade, sempre que se anda por suas ruas o vazio é a maior presença.

Hoje o parque hoteleiro do resort possui mais unidades de hospedagem neste bairro que dentro de sua área particular, delimitada por muros. A política da empresa é a construção de parques nesta área e as unidades de hospedagem fora desse limite e para isso usam essa terra e desenvolvem nesse espaço a exploração territorial, configurando esse espaço da forma que lhes convém.

Entretanto sua maior fonte de recursos está no complexo turístico denominado Pousada do Rio Quente Resort. Esse complexo estende seu poder de atuação tanto no município que está situado como nas áreas vizinhas.

É assim que esse complexo turístico se impõe na paisagem desse município, estendendo suas atividades para fora de seus muros, entrando em outro território e impondo aí suas configurações, e sua demanda por espaços e pessoas.

Figura 37: **Vista geral do bairro Esplanada no ano de 1997**



Fonte: RIO QUENTE, Uma História Aquecida Pelas Suas Próprias Águas. 158. Ed.,1.Uberlândia: Gráfica Brasil ltda., 2000.

Org. GOMES, N. G. U. , 2009

Os problemas urbanos que essa expansão de hotéis verticalizados traz para esse pequeno município são encarados pela administração municipal e não para o Resort, que se abstém de resolvê-los. A municipalidade que se vê obrigada a tratar deles da melhor maneira possível.

Coleta de lixo, fornecimento de água e energia elétrica são só algumas demandas que podemos lembrar. Muitos outros existem e fazer essa administração é coisa que exige boa vontade para com o Resort, que ao mesmo tempo em que se

utiliza desses recursos municipais, gera uma quantidade grande de empregos, gera condições de exploração do turista que aí freqüenta e principalmente gera impostos.

Sendo assim a administração pública tenta fazer acordos com a iniciativa privada, sempre que possível para distribuir os custos dessas problemáticas geradas pelo consumo do espaço pela atividade turística.

Sempre que possível a conta dos danos causados é compartilhada entre todos, em nome da convivência pacifica e ordem no município. Mas muitos custos dessa característica de cidade com apelo turístico são arcados somente pelo município e conseqüentemente para seus moradores.

Figura 38: **Vista geral do bairro Esplanada em Rio Quente GO, 2009.**



Fonte: GOMES, N. G. U. , 2009.

As margens do Rio Quente foram criadas áreas de camping e bares para a exploração das pessoas que usam esses locais. Essas margens que estão dentro do

município são utilizadas também por banhistas que querem se aproveitar das águas quentes sem os custos do resort.

As ruas próximas abrigam lojas que vendem produtos para turistas e bares, mas a maior concentração de oferta está na construção de apartamentos e flats para a venda a turistas. O próprio resort é consumidor desses espaços, pois hoje existem muito mais unidades de hospedagem da rede neste espaço do que dentro do resort.

Esse trecho do município é onde a maior parte das pessoas que vem de fora se abrigam, deixando o restante da cidade sem praticamente nenhum contato com esse turista.

Com toda essa atividade, esta localidade é completamente diferente do restante do município como se pode observar nas ilustrações que se seguem:

Figura 39: **Vista geral de Rua do Rio Quente GO, Bairro Esplanada 2009.**



Fonte: GOMES, N. G. U. , 2009.

Esta fotografia de uma rua do bairro Esplanada ilustra muito tudo que se disse até aqui sobre o município, grande movimentação de veículos, grande verticalização de suas construções e tipologia de uma cidade que não condiz com outra equivalente em número de população.

É visível a falta de sinalização no trânsito e nas vias públicas, o descaso com os passeios públicos, que são invadidos tanto por veículos quanto por tapumes das construções que proliferam nesta parte da cidade.

Na fotografia que se segue feita no centro do município, alguns problemas são comum ás duas áreas, como a falta de sinalização, falta de asfaltamento, mas o que mais chama a atenção é a falta de uso desses equipamentos. Não se percebe nenhuma movimentação por parte da população que aparentemente não faz uso dos equipamentos públicos.

Os usos que qualificam os lugares, eles que conferem a utilidade ou a falta dela para esses equipamentos. Esta parte central do município não se destaca no cenário da cidade, pelo contrário a esconde e não é importante no contexto.

Figura 40: **Vista geral de rua no município do Rio Quente área central, 2008.**



Fonte: GOMES, N. G. U. , 2008.

Quando se analisa em separado essa tipologia de cada um desses dois bairros não é possível o entendimento como esses dois locais sendo parte de um único município. Parecem muito mais duas localidades, separadas por uma longa distancia não só geográfica como estrutural e em sua forma. É portanto um espaço fragmentado e diverso. A verticalização de suas construções é apenas um aspecto que merece ser apreciado, já que outras características também são dignas de atenção.

O Resort quando decidiu construir no bairro Esplanada seu parque hoteleiro, de certa maneira impôs a tipologia de suas construções como regra a ser seguida pelo restante do bairro. À medida que com seu poder de divulgação e marketing, insere sua marca e sua imagem em todo o país os que vivem do turismo aproveitam essas informações na esperança de lucrar com o excedente da demanda que o resort por ventura não consiga absorver, ou com aquela fatia da população com um poder aquisitivo menor.

Ao estabelecer uma marca em suas construções o Resort coloca sua marca fora de sua área, e assim incorpora outros territórios, se apropriando de espaços que não são seus.

A próxima fotografia é de um de seus Flats, o Giardino que em suas propagandas se intitula com uma arquitetura “italiana”, criando a expectativa nos usuários de estarem em outro lugar, que não no interior do estado de Goiás.

Figura 41: **Vista da entrada do Flat Giardino, no município de Rio Quente, 2009.**



Org.: GOMES, N. G. U. , 2009.

Com o uso de sua marca o Rio Quente Resort se apropria de espaços urbanos e os caracteriza como seus. Assim a cidade se vê invadida por elementos tanto fixos como móveis que lhes são estranhos.

Essa briga por territórios se faz sentir ainda mais fortemente quando outros grupos que se interessam por lucrar com essa situação colocam no mercado novos flats ou apartamentos usando a mesma tipologia arquitetônica que é usual ao resort.

A cidade não enxerga esse bairro como seu, nele nada há que lembre as raízes de sua história e nem elementos que identifique o lugar como uma cidade, mas sim como um resort. Um território que não tem história como tal.

Figura 42: **Vista entrada Suíte e Flat III. Rio Quente GO. 2009.**



Org.: GOMES, N. G. U. , 2009.

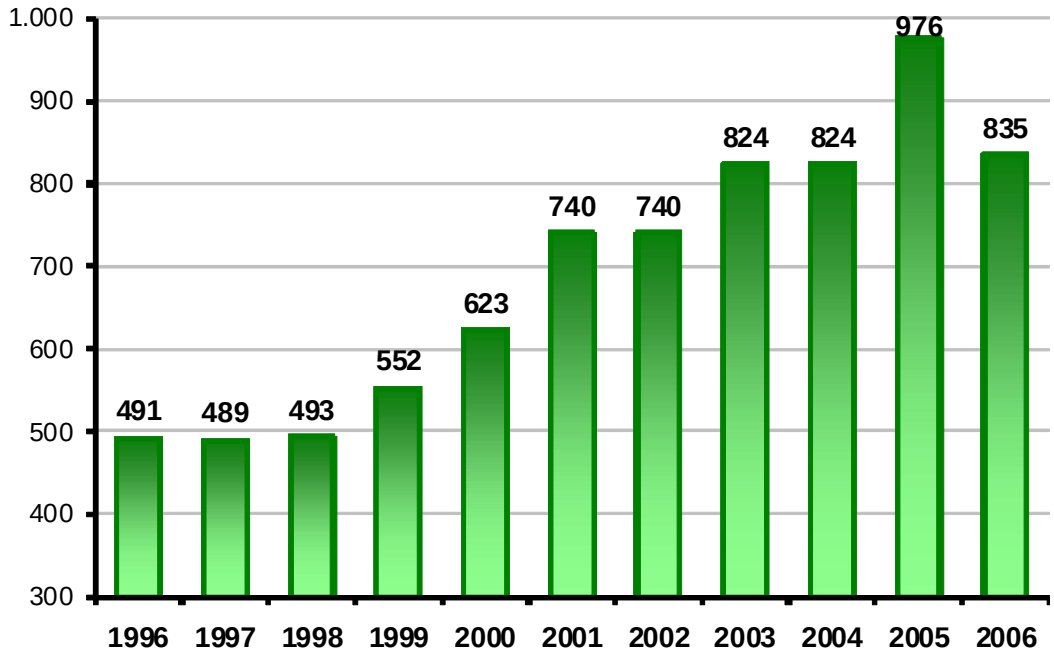
O gráfico abaixo mostra a evolução no numero de unidades de hotelaria oferecidas pelo resort nos últimos dez anos. Pode-se observar a crescente oferta no número de leitos para hospedagem, oferecidos pelo Resort.

Como sabemos dentro da área do Resort só existem dois hotéis, portanto todo esse crescimento na oferta está situado fora de seus limites.

Dentro do Bairro Esplanada, ao mesmo tempo em que a empresa inaugura seus Flats, a cidade vê crescer sua oferta de hospedagem, embalada pelo investimento do grande Resort. Com a expansão dessa oferta, todos os outros modos de exploração do turismo florescem no bairro, como imobiliárias, construtoras e atividades correlatas.

Assim a cidade assume características que não são próprias de seu território, mas à medida que seus espaços são invadidos pela atividade turística essa característica é que lhe é expressa e assumida como sua.

Gráfico 02: **Oferta de Unidades de Hospedagem do Rio Quente Resorts.**



Fonte: Rio Quente Resorts.

Org.: GOMES, N. G. U. , 2009.

Ao mesmo tempo em que nenhum hotel foi construído dentro do resort já foi mostrado que no bairro Esplanada foram construídas três unidades com mais de 500 apartamentos de propriedade do Rio Quente Resort. Isso reforça a qualificação desses espaços para a exploração imobiliária que vem juntamente com a utilização da terra urbana para o turismo.

A organização territorial deste espaço urbano é o reflexo destas variações e imposições estabelecidas para atender toda a demanda que faz parte deste complexo turístico. Com o crescimento da oferta de hospedagem no resort, o município que é dependente e de uma maneira ou de outra dessa atividade, acaba usufruindo desse crescimento, se adaptando e se recriando para obter o maior beneficio possível por meio dessa atividade em grande processo de expansão.

Hoje apenas os hotéis que estão dentro do resort não conseguem absorver toda a demanda de clientes, por isso passou a usar o espaço do município para a criação de flats. Em conseqüência outras incorporadoras e construtoras se aproveitam também deste espaço para comercializar seus lançamentos imobiliários. O município de origem interiorana e pacata teve e tem que conviver com uma explosão imobiliária crescente e com a chegada ocasional de milhares de turistas.

Figura 43: **Folder de Imobiliária de Rio Quente GO, 2009**.



Fonte: Imobiliária Rio Quente.
Org.: GOMES, N. G. U. , 2009.

Um novo e altamente verticalizado perfil urbano surgiu para abrigar este contingente de pessoas e negócios. A cidade então se divide em dois pólos

distintos, de um lado o bairro Esplanada com seus prédios e movimento intenso de turistas, de outro lado a cidade pacata do interior.

A grande procura de turistas por hospedagem no resort, fez com que a expansão da malha urbana fosse acelerada e crescente. Esta rede de interação que esta região criou e cria todos os dias é extremamente complexa e cheia de nuances que carecem de estudos e entendimentos maiores.

A política de mega projetos turísticos não se restringem as pequenas localidades como essa. Ao contrario, tem na capital e em outros lugares estratégicos para sua expansão territorial uma ligação muito forte e extremamente coesa. Nós de uma rede em constante mutação e mundialmente organizadas. O conjunto que se forma por esses locais compõem uma nova geografia do turismo mundial em constante expansão.

Mostra Santos (1979, p.18), ”que o espaço reproduz a totalidade social na medida em que essas transformações são determinadas por necessidades sociais, econômicas e políticas. O espaço reproduz-se, ele mesmo, no interior da totalidade, quando evolui em decorrência do modo de produção e de seus movimentos sucessivos e contraditórios”.

A partir dessa compreensão, o espaço físico em si, passa a ser considerado através de sua organização e principalmente do sentido que lhe é dado. É um produto social, contém espacialidades, ou seja, espaços produzidos através de uma relação de forças sociais e poder econômico. O espaço torna-se a principal categoria de análise geográfica e nele está contida uma série de outras categorias e conceitos de apoio, tais como: lugar, território, região, redes e paisagens, dentre outras, ao passo que o território é o “resultado histórico do relacionamento da sociedade com o espaço, o qual só pode ser desvendado por meio de estudos de sua gênese e desenvolvimento” (MORAES, 2002: pag.63), visto como uma forma de relação e poder que remete a soberania, ao Estado – nação e a fronteira; é o lugar o espaço das resistências onde se travam lutas diárias, a exploração e exposição das forças de trabalho, o fluxo da mais valia e a reestruturação da produtividade que faz surgir a acumulação capitalista.

Não apenas as classes lutam por seus interesses diversos e opostos, mas os espaços, os lugares tornam-se competitivos e ameaçadores, ocorrendo o que

Santos (1999) denominou de “guerra dos lugares”. Os espaços vão sendo produzidos diferencialmente como forma de apropriação do capital.

O turismo é na atualidade um dos eixos que principalmente faz desencadear essa espacialização, age desterritorializando e produzindo outras configurações geográficas.

Como o Rio Quente Resort através dos tempos se tornou um destino extremamente procurado e vendável, e esta tipologia de hospedagem, carregada de simbologias invadiu o Bairro Esplanada, o que se percebe é que outros grupos que também exploram a atividade turística se apropriam dessa tipologia e passam a lucrar com isso.

Muitos outros prédios de flats foram lançados e comercializados no bairro usando elementos comuns ao estilo de construção imposto pelo Rio Quente Resort. A mesma configuração, usando elementos arquitetônicos que remetem ao resort foram incorporados por outras empresas e assim atraem um publico cada vez maior. Esses potenciais clientes são aqueles que não possuem poder aquisitivo para a hospedagem dentro do resort e também para as pessoas que possuem títulos da Pousada que pode usar seus parques á vontade.

Essa forma de comércio gera muitos empregos tanto na construção civil, como na administração e manutenção desses imóveis, assim como em todo o trabalho de hotelaria oferecido por esses empreendimentos. O sistema de flats constitui-se de apartamentos com a mesma tipologia de mobiliário e equipamentos que podem entrar em um “pool” de locação administrado pelos condomínios que geram lucros, á medida que se comercializam esses imóveis como unidades de hotelaria.

O investidor ao adquirir um desses imóveis tem a oportunidade de além do lazer oferecido como uma segunda residência, ainda obter lucros com a comercialização de diárias.

Obviamente esse tipo de imóveis não oferece apenas a possibilidade de ganhos, as despesas existem, como manutenção e conservação do imóvel e seus equipamentos, assim como as despesas com o condomínio mensal.

O aspecto mais importante dessas construções está no fato de que além do uso de sua tipologia o resort é sempre citado em suas propagandas, sempre se menciona a distância, que se encontra o mesmo do lançamento e que no

condomínio é possível adquirir ingressos para os parques com descontos maravilhosos.

É comum o fato dos turistas tentarem fugir dos preços altos praticados dentro do resort. O ingresso dia é muito alto e todos os artigos comercializados dentro dos parques são em média 30% mais caros que fora do mesmo.

Essas políticas adotadas pelo resort tentam evitar problemas freqüentes nas portarias e a implantação de regras é definidora de várias ações no intuito de evitar quaisquer problemas. Quando se tem um produto tão forte e apelativo no mercado às políticas de vendas e lucros são logo estabelecidas e em cima desses custos a empresa faz várias pesquisas e define sempre prioridades e programas a serem seguidos.

É importante ressaltar que todas essas políticas são amplamente divulgadas pela empresa e qualquer pessoa que queira tem acesso a todas essas informações e pode se beneficiar desses pacotes e preços.

Com a análise do gráfico 03, a seguir podemos ter a visão da renda média dos freqüentadores do Resort, esse gráfico foi elaborado tendo em vista os clientes hospedes e não os passantes.

O consumo dentro dos parques é altamente estimulado já que são oferecidos inúmeros quiosques com alimentos variados e bebidas diversas. O oferecimento de serviços, como fotografias, mergulho com equipamentos e outras atrações é intenso e dispendioso, portanto além das diárias comercializadas os hospedes ou passantes ainda são submetidos a várias outras alternativas de consumo.

O consumo “per Capita” já demonstrado e ali se faz uma comparação entre os hospedes e os passantes. De qualquer forma podemos observar que a maioria dos hospedes tem renda entre R$2.500,00 a R$ 5.200,00, que é uma média elevada para o país.

As outras pessoas que por ventura não são capazes de adquirir um pacote para passar uma temporada dentro do Resort tem outras possibilidades de hospedagem fora dele, e com a possibilidade de passar um dia nos seus parques. Essa modalidade de turismo passou ser extremamente atrativa para a administração, já que aumenta a possibilidade de ganhos e não interfere na possibilidade de continuar investindo em vendas de pacotes de hospedagem.

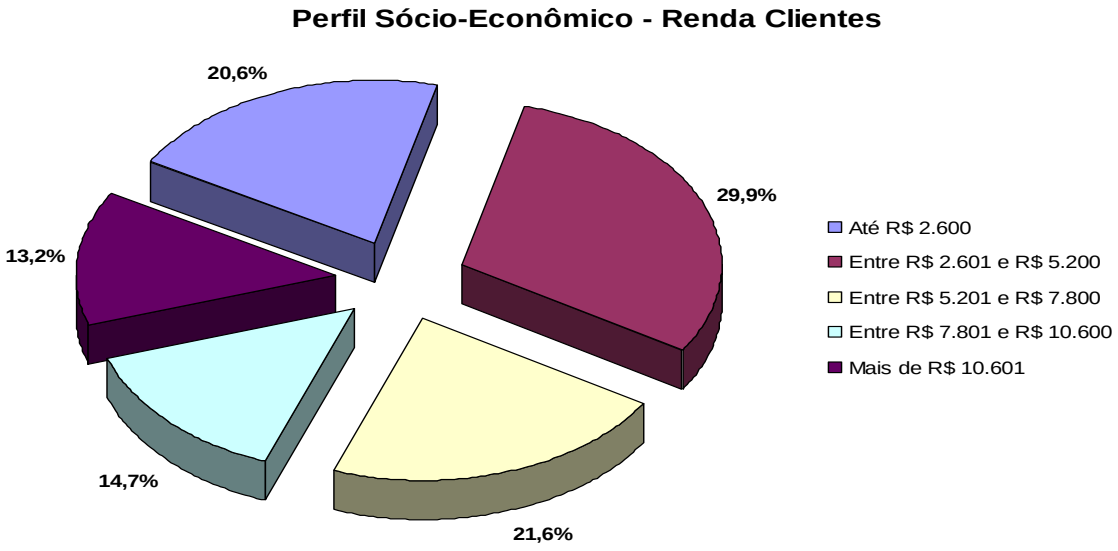
Obviamente ainda ajuda na solução dos problemas quando a taxa de ocupação está baixa.

Dentro do resort não é permitida a entrada de bebidas ou alimentos, só se pode consumir o que é por eles vendido, muitos dos freqüentadores tentam levar escondidos alguns “petiscos” na esperança de fugir dos altos preços, mas a fiscalização existente dentro do resort é intensa. E sempre que algum desses “petiscos” é encontrado, a segurança gentilmente os confiscam.

Os passantes são submetidos a uma revista na entrada assim como todos os carros que tem acesso as dependências da empresa. Dentro do resort sempre seguranças com identificação estão circulando para evitar qualquer contratempo. Em dias de grande movimento até a organização dos carros estacionados fora do resort são vistoriados e organizados por empregados do grupo.

O que se tem que observar é que onde estão muitas pessoas presentes o perigo de qualquer incidente é eminente. A empresa tenta se cercar de cuidados para que nada ocorra com todos que ali estão em busca de descanso e lazer. Claro que contratempos ocorrem e isso gera grande transtorno para todos os envolvidos. Mas dentro dos parques é possível ter acesso a ambulatórios médicos e o corpo de bombeiros é atuante.

Gráfico 03: **Porcentagem de Renda de Clientes Rio Quente Resorts, 2006**.



Fonte: Rio Quente Resort.

Org.: GOMES, N. G. U. , 2009

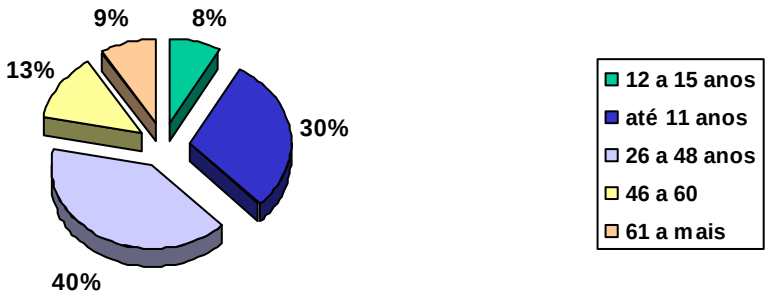
Fatores como faixa social, estado civil entre outros fatores indicam o tipo de hospedagem que é oferecido no resort, para tanto existem programações específicas para cada tipo de demanda.

O próximo gráfico mostra a porcentagem de clientes que procuram o resort por faixa de idade, como a diversidade é grande as atividades oferecidas são muitas.

A programação de atividades inclui programas para todas as idades e todos os grupos sociais, logicamente para aqueles que podem pagar por toda essa atividade e diversão incluídas ou não nos pacotes.

O Resort possui uma equipe de recreação com muitos monitores que são encarregados de promover atividades para todas as faixas etárias e todos são incluídos na programação oferecida diariamente nos parques e restaurantes. Essa equipe tem o nome de Equipe Boto de recreação e faz tudo, de hidroginástica nas piscinas até shows noturnos, que envolvem musica dança e apresentações circenses.

Gráfico 04: **Amostragem da porcentagem por faixa de idade dos hospedes do Resort.**



Fonte: Rio Quente Resort.
Org.: GOMES, N. G. U. , 2009.

Para atender essa diversidade de público o Resort tem equipes de lazer preparadas para promover atividades o dia todo. A programação é intensa e diversificada, mas o foco principal é nas crianças, com várias modalidades de brinquedos e brincadeiras disponíveis. A equipe de lazer nasceu no ano de 1981. A idéia de criar essa equipe nasceu da necessidade de entreter o público de todas as idades, que se hospedam no complexo e tem necessidade de diversão. A empresa chama atenção para o fato da maioria de seus hospedes estar na faixa etária de 11 a 48 anos. Para atender esse público jovem o resort conta com recreação monitorada.

São 42 monitores exclusivos para o complexo. Durante o dia existe uma programação exclusiva para as crianças, tranqüilizando os pais, com caça ao tesouro, escolinha de artes, gincanas e outras atividades.

Na agenda de programação estão ainda incluídas atividades como caminhada ecológica, hidroginástica, shows e serestas a noite. Tudo para que os hospedes aproveitem ao máximo sua estádia.

No município são poucas as opções de lazer oferecidas fora dos flats e hotéis. Para a população nada existe de concreto, somente algumas comemorações religiosas.

4.2 – Rio Quente e suas redes.

O espaço é dinâmico e procura sempre captar essa característica, que pode apresentar fases de estabilidade, de pequenas mudanças ao se reestruturar ou, então se modificar completamente, produzindo outros espaços.

Grande parte dos paradigmas nos quais se baseiam as teorias do fenômeno da urbanização salienta que, conforme as populações se movem e se concentram em espaços relativamente pequenos das cidades, desestruturam os processos de produção e as relações sociais que caracterizavam a vida rural. É o que aconteceu aqui nesta localidade, todas as características do meio rural, esse que fez surgir essa cidade se perderam e se redefiniram. Ficaram isolados e descaracterizados isolados em seu território, distante de onde o poder econômico fincou seu território de atuação.

Foram substituídos por novas formas de divisão social e territorial do trabalho, nas esferas de produção, circulação, distribuição e consumo. Apareceram novos valores, novas expectativas, novos estilos de vida, que incentivados pelos outros, os de fora, juntam-se aos efeitos das novas relações de trabalho. Assim essa localidade se dividiu e não tem, portanto nenhuma característica própria, já que suas duas modalidades de atuação são antagônicas e divergem em sua essência.

Produziu-se aqui um padrão de comportamento, no qual não é mais coerente se opor o mundo urbano ao mundo rural. Essa característica é muito marcante nos territórios do turismo, onde os padrões de consumo são nitidamente urbanos.

Os seres humanos, como seres individuais e sociais, correspondem, no turismo, á demanda turística, a população residente e a todos os indivíduos responsáveis pelo funcionamento de outros elementos, tais como os representantes das firmas e instituições etc. As firmas, segundo Milton Santos, “tem como função essencial a produção de bens, serviços e idéias”.

No que se refere ao turismo, correspondem aos serviços de hospedagem, alimentação, as agências de viagem, as companhias aéreas e de outras modalidades de transporte, aos sistemas de promoção e comercialização de toda natureza em diversas escalas.

O elemento humano é ainda o agente indutor das modificações do espaço turístico, mas em outra escala, a escala das relações sociais e a identificação dos habitantes com o meio em que vive. Esse meio é aquele o qual ele se identifica e qualifica aquele que lhe é reconhecido como seu e como território. Essa qualificação permite o uso dos espaços como uma extensão de suas casas e assim os espaços de fora das residências são cuidados como os de dentro. O grande problema desses espaços turísticos não identificados como dos moradores é o uso errado dele.

O turismo na sua enorme complexidade reveste-se de três aspectos com incidência territoriais especificas em cada um deles. Trata-se de um fenômeno que apresenta áreas de dispersão que são as emissoras de turistas, áreas de deslocamento e as áreas de atração que são as receptoras. É nestas que se produz o espaço turístico ou se reformula o espaço anteriormente ocupado. É aqui também que se dá o consumo do espaço.

A dificuldade para se definir o espaço turístico está basicamente em captar o peso ou a força que essa atividade exerce na produção do espaço.

O espaço turístico, como todo espaço geográfico, não pode ser definido por fronteiras marcadas, mesmo porque pelo menos um de seus elementos básicos, que é a demanda é exterior. Embora sem fronteiras definidas com base em alguns componentes abstratos, porque são difíceis de serem avaliados, tais como a fruição do capital financeiro ou a influência da mídia na sua composição, não se pode negar a concretude do espaço turístico expressa pelo seu território, que, todavia, não representa a totalidade espacial.

Resumidamente os elementos básicos do espaço turístico são: oferta turística demanda serviços, transportes, infra-estrutura, poder de decisão e de informação, sistema de promoção e de comercialização. É evidente que esses elementos se encontram em ação e interações recíprocas, não podendo ser compreendidos separadamente.

Para se entender a dinâmica da relação dessa cidade com seu entorno é necessário compreender, o que se desenvolve dentro de seus limites urbanos primeiramente. A cidade de Rio Quente é atípica quanto a sua forma e também quanto a sua função. Esse município nasceu e se desenvolve por ter em seu território um resort que se insere mercado nacional e internacional, desse modo recebe influências de uma grande variedade de pessoas, lugares e pensamentos.

Do mesmo modo que sua configuração e espaços têm que também falar com essa diversidade de lugares e pessoas. Para tanto é necessário se inserir no mundo e deixar de lado suas particularidades. O regional e o particular não são vistos nesta localidade. Sua configuração espacial já torna isso bem marcante. O seu local de maior visitação é um bairro distante do centro, mas vizinho do resort. O bairro Esplanada se apresenta como ator principal, deixando o centro da cidade relegado a um plano inferior de importância.

Para se entender toda essa dinâmica de importância que se da a essa localidade tem que se andar por suas ruas, visitar seus recantos e interagir com seus visitantes.

Atualmente os hotéis, principalmente os de grandes cadeias que seguem um padrão internacional como é o caso do Rio Quente Resort, tem sido questionados principalmente pela falta de caráter regional. Isto não ocorre com

aqueles hotéis de lazer, cuja identificação com o caráter e a cultura do local é normas obrigatórias para este tipo de promoção turística. O que ocorre neste caso é interessante. Como no município a cultura não encontra espaço para se manifestar, a medida que o consumo turístico cresceu o Resort se apropriou da cultura do estado e da região do cerrado. E uma tentativa de se tornar parte do local a medida que elementos da cultura regional são usados para a promoção da empresa.

No município nada pode ser visto que lembre onde ele se situa no contexto cultural. Nada de local, particular, ou mesmo regional existe para marcar essa característica que confira um aspecto cultural inserido na cultura regional.

O Resort a medida que segue ás regras que ditam as especificidades dos hotéis de lazer no mundo assumiu detalhes da cultura e símbolos do Cerrado brasileiro para se incrementar e se destacar no cenário. Para tanto criou a “Turma do Cerrado” uma trupe de bonecos que são caricaturas de animais presentes nestes lugares.

Essa falta de identificação com o regional que existe no município fez com que todas as manifestações típicas destas localidades do interior do país não encontrem espaço para existir. Portanto festas populares, e manifestações religiosas são quase inexistentes nesta localidade.

Os populares perderam essas referências e nada de cultural acontece. A população não conta com nenhuma possibilidade de lazer ou de expressar os seus conhecimentos e saberes regionais se perderam durante esse processo de intensificação turística. A impressão que se tem ao caminhar por suas ruas é que se pode estar em qualquer lugar e não ali em uma cidade de três mil habitantes no interior do estado de Goiás.

As características morfológicas que essa localidade assumiu por imposição do resort a impossibilitidade de criar sua identidade própria. O resort é soberano na consolidação de seus símbolos e suas formas, ditando os usos e os costumes da cidade. Seu domínio extravasa sua área e invade o município.

Mesmo durante os caminhos de acesso ao município essa imposição e domínio visual é forte e marcante, tudo é cuidadosamente projetado e executado de forma a não deixar dúvidas sobre o domínio da empresa.

Segue uma fotografia de um portal de acesso a cidade e ao Resort que foi implantado na rodovia que faz a ligação deste município com a região.

Podemos claramente observar as características comuns entre a tipologia de construções usadas dentro do resort e suas construções com esse portal ali implantado.

Figura 44: **Portal de acesso ao Rio Quente**



Org. GOMES, N. G. U.

Os indicadores sócios econômicos apresentados no capitulo 3 serviram para caracterizar e ressaltar a importância da atividade turística gerada pelo Resort para o município de Rio Quente, gerando uma rede coesa que envolve a circulação de pessoas, produtos e informações.

Que ambos se servem igualmente dessa rede é incontestável, mas quem na verdade é o mais beneficiado, quem lucra mais, e quem pode mais?

Como acontece e se desenvolve essa rede, que liga essa cidade com menos de três mil habitantes no interior do estado de Goiás – o maior Resort da América do Sul – e seu território, que por sua vez tem uma ligação e um posicionamento no contexto mundial enquanto atração turística. Com esse resort estabeleceu sua

ligação com o mundo tanto em questões de recebimento de informações e pessoas e emissão de seus dados e inserção no mercado mundial.

Figura 45: **Modelo de Folder de propaganda de venda de imóveis em Rio Quente-GO.**



.

Fonte: Imobiliária Rio Quente.

Primeiramente foi necessária a criação de uma rede de transporte eficiente e rápida, com a criação de pontos de apoio que se inseriram ao longo dessa rede de uma maneira espontânea ou induzida, dependendo do caso.

Com a inauguração do aeroporto em Caldas Novas, distante 28 km do Resort, se consolidou a integração deste com o mundo. A empresa através de sua operadora a Valetur insere seu produto no mercado mundial e se estabelece como rede de captação a medida que faz sair seus vôos fretados do aeroporto de uma grande capital como São Paulo, que por sua vez já está inserido no mercado mundial.

Ao mesmo tempo em que a rede de transporte assim se estabelecia, o grupo Algar que é um dos proprietários do resort é reconhecidamente proprietário de uma grande empresa de telefonia, a CTBC, com esse poder de tecnologia nas mãos obviamente o resort se insere no mundo muito mais facilmente que outros, e de uma forma menos onerosa. Se inserir no mercado mundial é uma grande tarefa que levou muitos anos de preparação e estratégia muito bem montada e articulada. Para essa tarefa o Grupo que comanda o Rio Quente Resort preparou o plano que chamou de Plano de Metas, esse plano orientou as ações da empresa para essa inserção e captação de clientes no mercado mundial. Essa preparação vem ocorrendo desde 1997, quando o plano de metas foi adotado pela empresa.

Assim essa rede de comunicações e transportes se estabeleceu e é integrada no dia a dia da empresa naturalmente. E ela é o que dá sustentação a continuidade das atividades e crescimento do resort, pois sem essa rede complexa e articulada é impossível a existência do complexo. Quando pensamos nesta rede de transporte e comunicação não podemos esquecer que além dos hospedes e passantes, não seria possível a chegada de produtos do uso diário, adquiridos pela empresa na região e em outras partes do país.

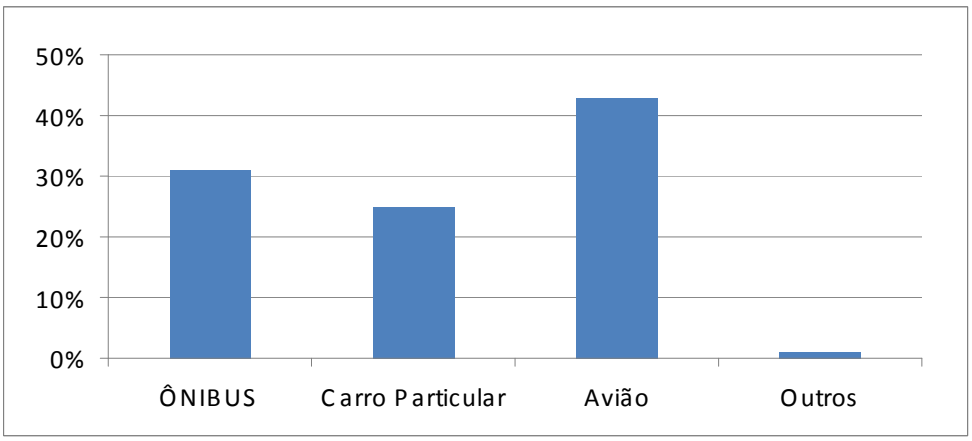
4.2.1 – Os fluxos de passageiros do Resort

A política de mega projetos turísticos não se restringem as pequenas localidades como essa. Ao contrário, tem na capital e em outros lugares estratégicos para sua expansão territorial uma ligação muito forte e extremamente coesa. Nós de uma rede em constante mutação e mundialmente organizadas.

O conjunto que se forma por esses locais compõem uma nova geografia do turismo mundial em constante expansão.

A reforma, ampliação e construção de aeroportos são estratégias fundamentais desse processo. Aeroportos como rodovias, são condicionantes materiais da fluidez de mercadorias e pessoas. O aeroporto que serve ao resort foi construído na cidade de Caldas Novas, não sem muita discussão e tentativas de ambas as partes de trazê-lo para seu território. Caldas Novas conseguiu por sua localização, já que a Serra de Caldas é um impedimento natural para que Rio Quente tenha um aeroporto com a extensão de pista necessária para a manobra de aviões de grande porte.

Gráfico 05: **Meios de locomoção dos hospedes do resort. 2007**



Fonte: Quente Resort. 2007

Org. GOMES, N. G. U. , 2009.

No município existe uma pista de pouso particular que pertence ao resort e atende a empresa sempre que necessário, mas os vôos fretados com turistas chegam ao Aeroporto de Caldas Novas e de lá seguem em ônibus para o resort, distante 28 km.

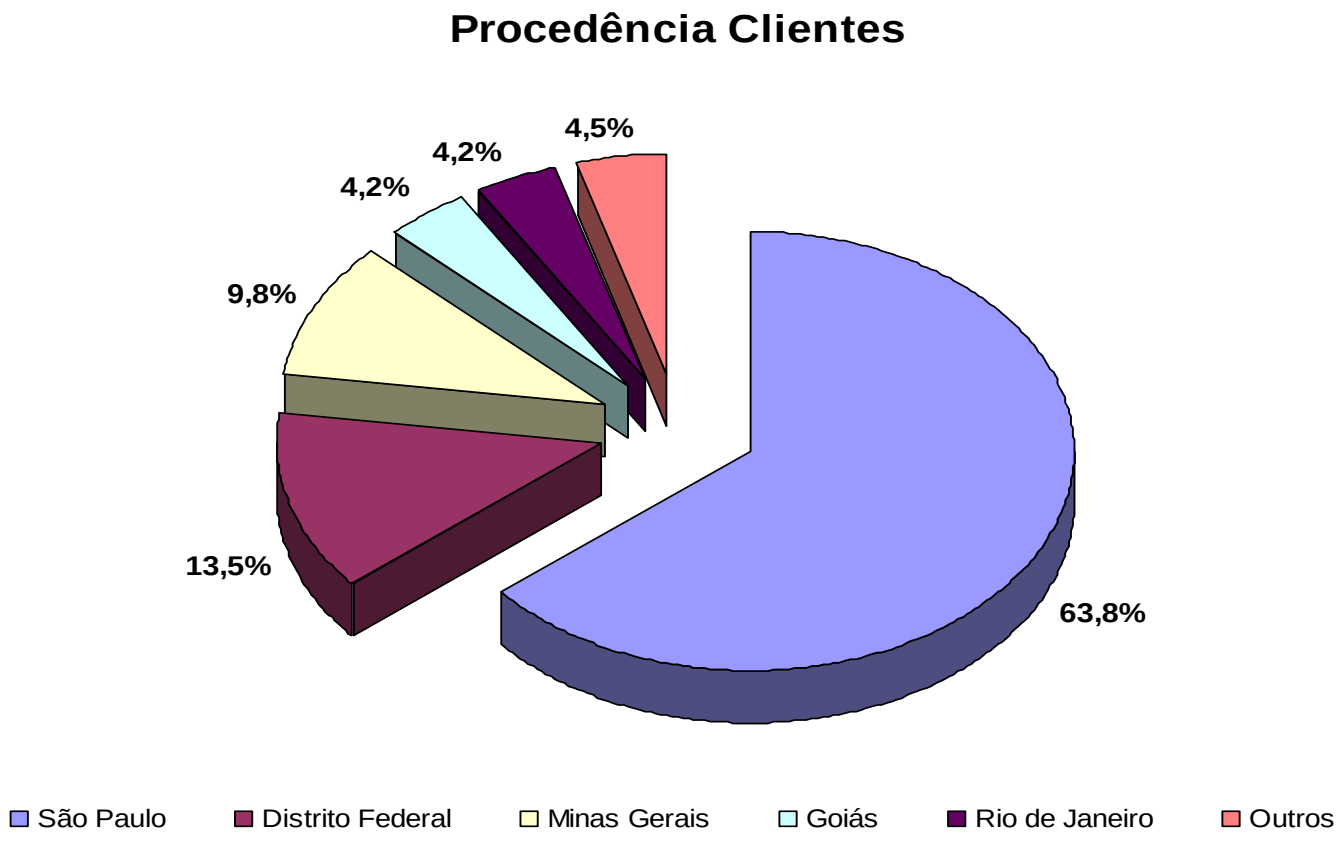
Um dos maiores diferenciais do sistema é seu meio de distribuição e vendas que é feito pela Valetur, sua operadora própria.

A Valetur que é a agência do resort para venda de hospedagem tem 5 vôos charter semanal que saem de São Paulo com destino a Pousada do Rio Quente Resort com capacidade para 168 passageiros em aviões TAM A/320.

Esse fluxo aéreo ocasiona uma grande rede de conexões por todo o país e de uma forma muito forte inseriu o município de Rio Quente no mapa do turismo nacional. Esse destino se inseriu no mercado nacional e no internacional a medida que a Valetur cresceu e possui mais de duzentos pontos de vendas espalhados pelo Brasil e pelo exterior.

Essa facilidade de acesso consolidou o resort como um grande destino em todos os pontos do país e trouxe obviamente grandes alterações para a cidade de Rio Quente á medida que essa localidade torna-se suporte para a expansão do resort.

Gráfico 06: **Relação da procedência dos clientes hospede do Rio Quente Resort.**



Fonte Rio Quente Resort

Fonte Rio Quente Resort.

Através de dados deste gráfico, colhidos na empresa podemos perceber claramente que a procura deste tipo de lazer se consolida através de uma rede de

dependência dos veículos de transporte regionais e nacionais. Para que isso se estabeleça toda uma infra-estrutura teve que ser criada e organizada.

> "Os grandes proprietários industriais e das grandes empresas comerciais são, em razão da dimensão de suas atividades, grandes consumidores do espaço". Corrêa (1989)

Por meio do gráfico 06, com dados colhidos no resort podemos verificar que quase 90% do fluxo de clientes provêm de São Paulo, Distrito Federal e Goiás. No caso dos fluxos elevados de São Paulo, podem ser explicados pelo registro equivocado dos hospedes, que fazem conexões nessa cidade, sendo essa a que consta nos registros de origem. Portando nos dados relativos a São Paulo, constam hospedes de várias outras localidades, tanto do Brasil como os de outros países, já que São Paulo absorve todas as conexões de vôos.

Em entrevista realizada em 10\02\2008, o Senhor Munir José Calaça, gerente comercial informou que o resort recebe muitos hospedes vindos de fora do país, mas a maior procura é por parte de hospedes de origem japonesa, já que este país é muito adepto dos banhos termais. Mas ele ressaltou também a grande freqüência de americanos, alemães e franceses, em sua maioria pessoas a procura do contato com a natureza.

Mas a gerência ressalta que a procura por hóspedes de fora do país é uma meta que o resort está investindo para ter acesso. A estrutura interna está pronta para essa nova investida de mercado e que a inserção do resort na mídia mundial é uma meta de crescimento.

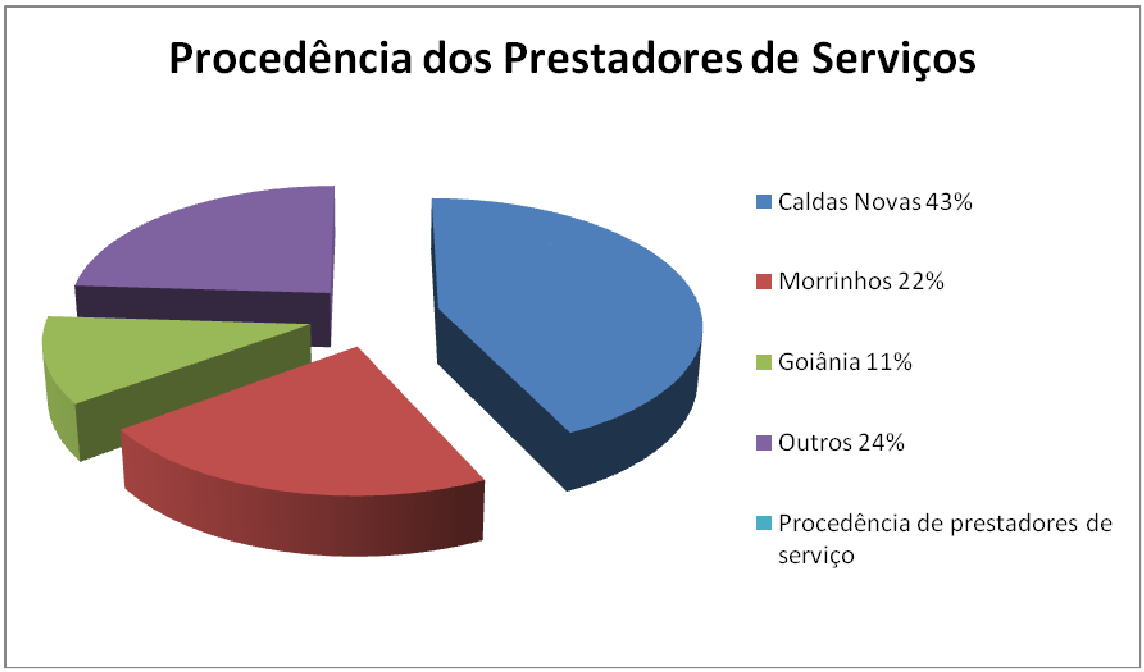
Para reforçar essas ações a empresa fecha com a TAM Linhas Aéreas uma parceria onde essa empresa passa a ser a transportadora oficial do Rio Quente Resort, isso ocorreu em 18 de Junho de 2002. A primeira etapa do acordo assinado entre as duas empresas previa uma média de 15 freqüências semanais para o resort até o mês de agosto, num contrato de R$ 20 milhões. Depois com a ampliação da oferta de unidades de hospedagem, o resort passa a receber 18 fretamentos semanais, somando um investimento de R$ 38 milhões. Outra novidade que ocorreu nessa ocasião foi o acordo de parceria foi que os pacotes para o Rio Quente Resort, tradicionalmente comercializados pela Valetur, passaram a ser vendidos também

pela TAM Viagens. Isto significou um acréscimo de 23 pontos de vendas nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste do país. A Valetur que já contava com 44 lojas, que atendiam preferencialmente a região Sul do país. A parceria marcou ainda o processo de internacionalização do resort: foi a partir de julho daquele ano que os pacotes para o resort passam a ser vendidos também pelo escritório da TAM em Buenos Aires, na Argentina. Segundo Carlos Mauad, diretor de novos negócios do Rio Quente Resorts, esse contrato garantiu um crescimento sustentável do empreendimento que tem o foco em qualidade e flexibilidade de pacotes, para atender os clientes.

4.2.2 – Os fluxos de serviços e trabalhadores

Juntamente com esses produtos é também importante lembrar que o fluxo de mão de obra também é grande, e vem de toda a região. Com dados colhidos na empresa elaboramos a tabela á baixo que mostra a procedência dos prestadores de serviço do resort.

Tabela 10: **Procedência dos prestadores de serviços no Rio Quente Resorts, 2008**



Fonte: Rio Quente Resorts.

Org. GOMES, N. G. U., 2008

Como a maioria vem de Caldas Novas, com toda a certeza a cidade se beneficia desses contratos e usa a cidade como apoio ou mesmo como sede dessas empresas. Caldas Novas é também uma cidade que recebe muitos turistas e tem um parque hoteleiro considerável. Obviamente muitas empresas se estabelecem nesta área para prestar serviços tanto em Caldas Novas como em Rio Quente.

Dentre a porcentagem denominada outros, foi constatada a maioria entre dois pólos emissores, São Paulo que segundo dados da gerencia em torno de 10%, e o outro Uberlândia, já que a administração tem grandes empresas nesta cidade. Mas o resort recebe prestadores de serviço de todo o país e até mesmo de fora, embora esses dados não são registrados.

Além da mão de obra que vem de fora para prestar serviços, existe também outra que é aquela contratada efetivamente, que trabalha em período integral na Pousada do Rio Quente Resort. Como isso sempre foi comum no resort, a administração criou ao longo do tempo soluções que ajudaram a minimizar essa realidade.

Para atrair as pessoas quando a cidade de Rio Quente ainda não era emancipada e não oferecia nenhuma estrutura ou infraestrutura básica. A empresa destinou uma área fora do complexo para ali construir algumas casas e oferecer a estes trabalhadores que vinham de fora.

Criaram assim uma Vila que depois de vários anos de uso se ampliou e constitui outra comunidade aparte fragmentando o espaço do município. Nesta vila que originalmente servia de moradia para a gerência e altos empregados, hoje já é bem mais maleável e abriga moradores que trabalham em vários setores do resort. Essa vila é denominada pelos funcionários como Vila Dos Casados, pois era essa a condição que a empresa impunha para se conseguir uma destas casas. Ser casado e ter uma família.

Com essa comodidade oferecida a empresa conseguia atrair alguns funcionários de fora da região e assim suprir a falta de mão de obra especializada em hotelaria e turismo. Hoje isso já não é mais um problema, pois vários cursos desse segmento são oferecidos em Caldas Novas, Morrinhos e região. A população local também através dos tempos aprendeu a sair em busca de conhecimentos e essa vila está de certa maneira obsoleta, embora ainda habitada e fervilhante.

Ainda existe no resort outra espécie de alojamento para empregados, só que para os solteiros. É um prédio de apartamentos no Bairro Esplanada que abriga esses funcionários e assim dentro do resort é comum brincadeiras e jogos entre os funcionários de um ou outro estado civil.

Além dessas modalidades de habitação dos funcionários efetivos, a empresa forneceu dados, que comprova que a grande maioria de seus funcionários, quase 80% do total efetivo, vem de Caldas Novas e Morrinhos.

Para que esse acesso de funcionários fosse realizado de forma menos onerosa para todos, empresa e os próprios funcionários, a empresa fechou parcerias com as empresas de transporte da região e coloca diariamente a disposição dos funcionários ônibus de transporte que fazem esses caminhos em vários horários tanto de dia como de noite para maior conforto desses funcionários que moram nestas cidades.

Além disso, as empresa de transporte de Caldas Novas que faz a linha até a cidade de Rio Quente trabalha essa linha com diferencial, colocando muitos horários e cobrando uma tarifa bem reduzida. O mesmo acontece em relação as empresas que fazem a linha Morrinhos e a cidade de Rio Quente, essa empresa utiliza o nome de linhas semi-urbanas. Isso significa que a empresa cobra um valor menor pela passagem e que todos os horários entre Caldas Novas e Morrinhos passam pela Pousada do Rio Quente, facilitando e tornando possível para esses trabalhadores um transporte entre seu local de trabalho e sua residência. Segue a tabela de horários fornecida pela Empresa de Transporte Paraúna, a responsável por essa linha no estado de Goiás.

DE CALDAS NOVAS P/ POUSADA E MORRINHOS

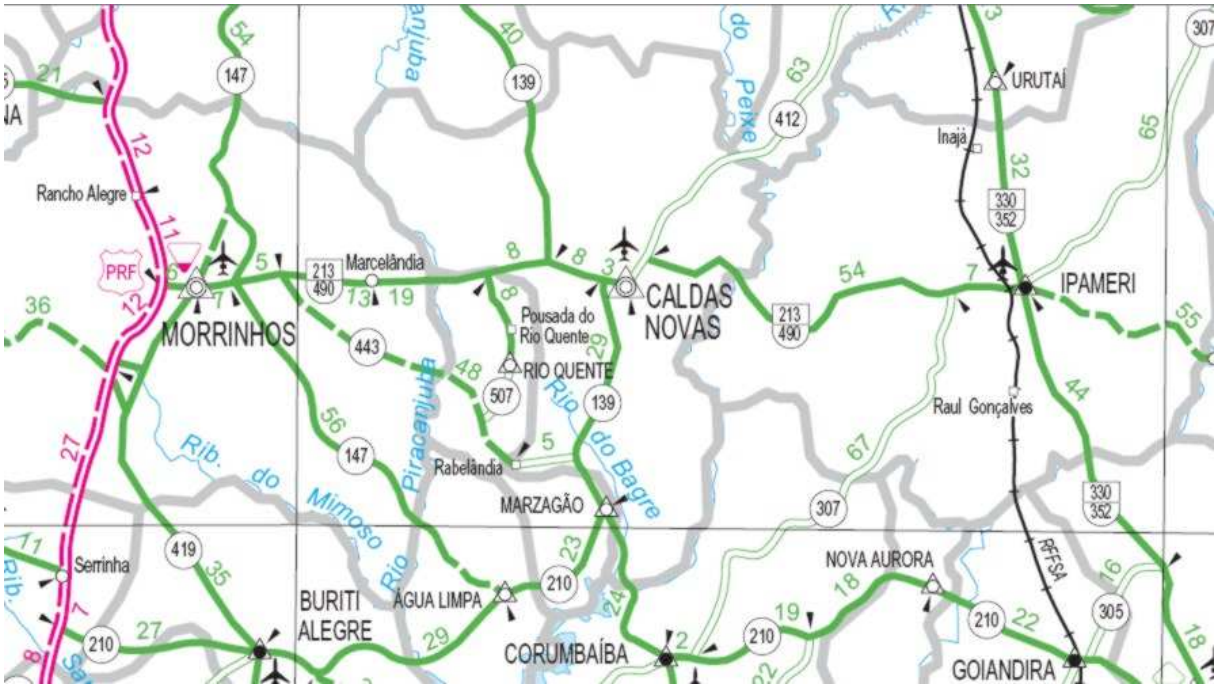
ÔNIBUS SEMI-URBANOS ..... 06:15 - 07:00 - 08:00 - 09:00 - 10:00 - 11:30 - 12:30 - 14:00 - 15:45 - 16:30 E 18:00 HS
ÔNIBUS RODOVIÁRIO ..... 20h30min HORAS

DA POUSADA PARA CALDAS NOVAS

ÔNIBUS SEMI URBANOS..... 06:40 - 07:40 - 08:40 - 09:40 - 10:40 - 11:40 - 12:40 - 14:40 - 15:40 - 16:40 - 18:40 HS
ÔNIBUS RODOVIÁRIO ..... 19h40min HORAS

Esse trajeto entre essas três localidades se dá por meio da rodovia GO 213 que liga Caldas novas a Morrinhos, com 58 km de extensão. Para se chegar até Rio Quente é necessário entrar na Estrada Municipal 507 e a distância entre Caldas Novas e Rio Quente é de 28Km e de Morrinhos a Rio Quente de 52 Km. Essas estradas são bem conservadas e de pista simples, mas como o tráfego é intenso a população costuma sempre trafegar em baixa velocidade e assim tentar evitar acidentes. Esses ônibus que fazem este trajeto estão sempre com uma taxa de ocupação elevada, principalmente nos primeiros e últimos horários onde esse fluxo se intensifica, apesar de ser segundo a empresa por passageiros que de alguma forma prestam serviços em Rio Quente ou na Pousada. O que tem que ser lembrado é que a empresa fornece transporte gratuito para essas duas localidades nos horários de troca de turno fazendo assim o transporte de seus empregados por conta própria.

Figura 46: **Mapa localização sem escala das rodovias que ligam a cidade de Rio Quente no estado de GO**



Fonte: DNIT, GO/ Ministério dos Transportes.

Org. Gomes, N. G. U. 2008

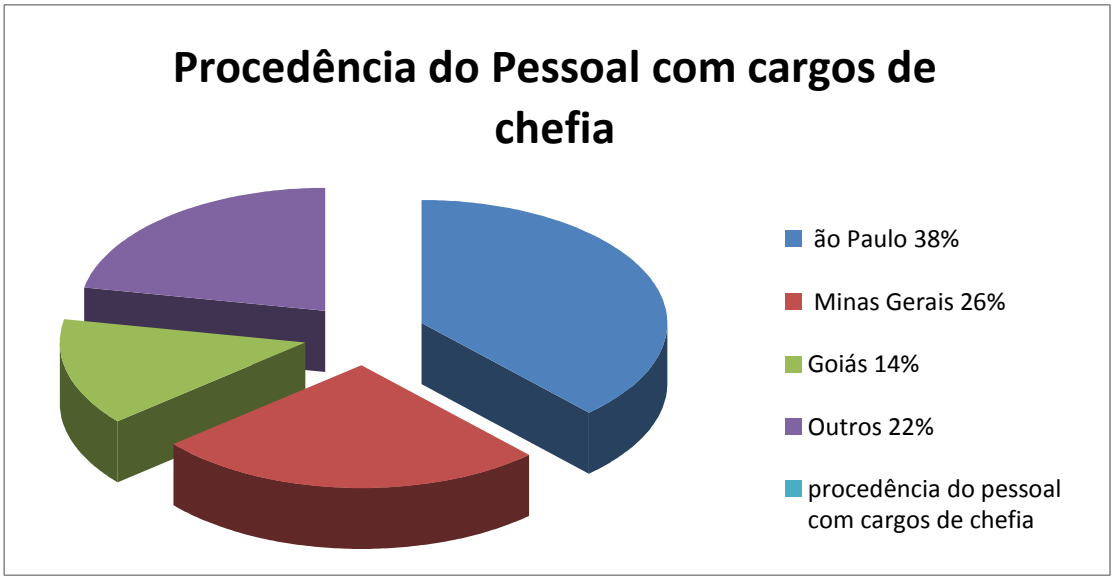
A empresa sempre busca trazer para cargos de chefia vários funcionários e executivos de fora da região para trabalhar em suas atividades de ponta. Geralmente os cargos de chefia são ocupados por pessoal de fora.

A seguir temos uma tabela que comprova esses dados. Apesar dos dados apresentados serem genéricos, só apresentando o estado de procedência é possível verificar que São Paulo onde se concentram a maioria das empresas e, portanto a maior parte dos executivos é o estado mais relevante na emissão de mão de obra qualificada.

Na atualidade os cargos de maior relevância dentro da empresa são ocupados por executivos com essa origem. Esses geralmente trabalham no Rio Quente Resort por aproximadamente 3.5 anos em média segundo dados da empresa.

Como o resort é cada vez mais uma empresa de importância tanto no setor de hotelaria com o de entretenimento com seus parques e shows é necessária uma diversificação maior na contratação de seus colaboradores, e ao mesmo tempo também se criam novas necessidades de mão de obra diferenciada.

Tabela 11: **Procedência do pessoal com cargos de chefia, no Rio Quente Resort. 2008**



Fonte: Rio Quente Resort. 2008.

Org. Gomes, N. G. U., 2008

Esse constante fluxo de mão de obra faz com que a cidade de Rio Quente onde esses executivos em sua maioria se instalam com suas famílias se adapte. Sendo assim a procura por produtos e serviços comuns em grandes centros se tornam aos pouco explorados pelas pessoas que estão ali em busca de oportunidades de crescimento financeiro. Diretamente influenciada por esses moradores com alto poder econômico, o mercado se abastece e se amplia. Novos produtos chegam aos mercados e novos prestadores de serviço se instalam na cidade.

Ao longo de sua formação a grande maioria dos funcionários da Pousada do Rio Quente Resort sempre se constituiu de moradores de Morrinhos e não Caldas Novas. A cidade de Morrinhos está localizada a 57 km de Rio Quente e é servida por um serviço de ônibus inter municipal, com custos baixos. Além disso, a empresa tem ônibus de transporte de funcionários tanto para Morrinhos como para Caldas Novas.

A empresa tem uma rixa velada com a cidade de Caldas Novas desde sua fundação, mas esta se agravou com o processo de emancipação do município de Rio Quente onde a Pousada do Rio Quente Resort era a favor como também o maior apoiador do processo. Caldas Novas não queria a emancipação e lutou até o fim para não perder essa fonte de divisas.

Até hoje todos os ônibus que trazem hospedes para o Resort, não podem mais entrar em Caldas Novas e os passeios na cidade são desencorajados. Mas apesar disso tudo o resort tem uma loja de seus produtos na cidade e sempre que solicitada participa das atividades promovidas no município.

A relação do Resort com a capital do estado Goiânia é também bastante intensa, assim como a de todas as cidades pequenas com a capital de seus respectivos estados. Qualquer solicitação de importância é efetuada via um grande centro e Goiânia está mais próxima que qualquer outro grande centro.

Já no município essa relação é mais forte e intensa. A grande maioria dos turistas que freqüentam o Rio Quente é de Goiânia, onde tem uma segunda residência ai. Esse constante fluxo de pessoas entre um município e outro, obriga o governo do estado de Goiás a sempre manter conservada e fiscalizadas as vias de acesso desses dois pontos do estado.

4.2.3 - Os Fluxos dos produtos de abastecimento e consumo.

Muitos serviços de apoio surgiram em demandas geradas pela empresa e pessoas se aproveitaram das oportunidades e criaram meios de suprirem essas demandas oferecendo vários serviços no município. Para isso se estabeleceram em Rio Quente. Serviços como transporte, venda de materiais de construção, de banho, farmácia etc. surgiram acompanhando esse crescimento da oferta turística que o resort proporcionou.

Fora essa geração de uma enorme variedade de serviços e bens de consumo que se multiplicam em torno do resort, esse também é um consumidor de peso de várias mercadorias e serviços.

Todo um fluxo de entrada e saída de suprimentos em todos os níveis de necessidade se criou em função da necessidade dessa empresa.

Para abastecer o resort de alimentos, bebidas, material de limpeza, material específico para o consumo na hotelaria e dos parques, criou-se uma rede de fornecedores e transporte tanto de mercadorias como de informações.

Essa rede de informações se cria em função da grande demanda do resort, e se estabelece ao longo de sua área de atuação. Os compradores da empresa são diariamente procurados e acessados por vários fornecedores de todos os cantos do país. Variadas mercadorias são ofertadas e se cria uma grande expectativa para o fechamento de grandes negócios. Logicamente a empresa ao longo do tempo aprendeu a se aproveitar desse grande poder que tem e começou a fechar parceria com outras grandes empresas fornecedoras fazendo com que essas empresas passem a também investirem no resort em troca de uma oferta exclusiva da marca dentro de seu território.

É o caso de marcas de bebidas, alimentos, sorvetes, e até móveis. Vários negócios foram fechados ao longo dos tempos e hoje essas parcerias rendem frutos para ambos os envolvidos. Já que o crescimento da procura pelo resort é constante e as taxas de consumo seguem também essa tendência.

Com essas parcerias as duas empresas lucram, o resort, pois divide os custos dos investimentos com seus parceiros, e seus parceiros por colocar seus produtos em um local de grande circulação de pessoas e, portanto além de muito visto, muito consumido. Essa exposição demasiada dos produtos dos parceiros do

resort é como uma propaganda com área de atuação em todo o território nacional, já que ali se hospedam pessoas de todos os cantos do Brasil.

Como essas empresas parceiras do resort se situam em locais espalhados por todo o país, logicamente uma rede de comunicação e circulação de mercadorias tem que se estabelecer e se fortalecer a medida que produtos e comunicação se agilizem para um perfeito fluxo. Portanto o resort e seus parceiros primeiramente se intensificaram na criação e preparação dessa rede e depois ao longo do tempo se firmaram e concretizaram essas redes que hoje operam diariamente em benefício dos dois lados da parceria.

Essas parcerias se deram em todos os setores de consumo dentro do resort tanto para a venda para seus hospedes como de consumo para reposição e uso da empresa. Existe obviamente um tratamento diferenciado dentro do resort com a oferta e o uso de materiais de seus parceiros, isso geralmente se dá com a exclusividade de oferta dentro das dependências da empresa de certos produtos e não de outros, com isso se estabelece uma relação onde os dois lados lucram da mesma forma. A procura por recursos de parceiros é uma constante e vários fornecedores pagam para ter seus produtos ali expostos e comercializados.

Essas empresas também atuam como patrocinadoras de eventos que ocorrem nos parques e nas convenções e encontros. Promovendo sua marca e vendendo seus produtos.

Atualmente dentro do resort a oferta de produtos de bebidas, sorvetes e até mesmo o mobiliário usado em seus ambientes são fornecidos por empresas parceiras.

Quanto a outros materiais de consumo, os que a empresa usa para se manter, sua procedência é variada, dependendo de vários fatores como foi explicado pelos gerentes do complexo entrevistados.

Os materiais perecíveis usados nas cozinhas como verduras e legumes são comprados na região, e trazidos até a empresa pelos fornecedores. Esses fornecedores estão em sua maioria em Caldas Novas e Morrinhos, só um percentual menor vem de Goiânia ou Uberlândia. Desses materiais consumidos diariamente dentro do resort somente ocasionalmente dependendo da demanda é fornecido pelo município de Rio Quente. Materiais estes como pães ou verduras frescas de consumo imediato.

É política do setor de compras da empresa trazer materiais de consumo interno, de preços mais elevados de São Paulo ou Goiânia onde se consegue preços mais acessíveis e produtos de qualidade reconhecida. Fornecedores de carnes, peixes e bebidas estão incluídos neste caso, assim como de roupas de cama e banho utilizados pelo resort.

Muitas outras empresas espalhadas pelo território nacional fornecem materiais e serviços variados para o resort. Podemos citar algumas de maior peso no fornecimento que são as de bebidas como refrigerantes e cervejas, as de cigarros, as empresas que fornecem sorvetes e salgadinhos dentre outras.

Estabeleceu-se também dentro do resort parcerias com grandes instituições financeiras, como bancos e marcas de cartões de crédito. Essas parecerias são fechadas e os dois lados envolvidos tiram grandes vantagens comerciais.

A cidade de Rio Quente se preocupou em abastecer e suprir as demandas geradas pelos hospedes de seus flats e para isso vários estabelecimentos comerciais se fixaram ali. Produtos de primeira necessidade, lojas de roupas, de lembranças e de materiais de construção são encontradas com facilidade no bairro Esplanada para suprir essas necessidades de consumo.

Com isso se gerou uma maior circulação de bens e mercadorias, obrigando o município a se adequar as essas demandas. Problemas como trânsito de caminhões, recolhimento de impostos, regras de trabalho se adaptaram ou foram criadas ao correr do tempo e conforme essas necessidades vinham surgindo. Logicamente o poder público se beneficia também deste constante fluxo de pessoas e mercadorias a medida que aumenta sua arrecadação de impostos.

Ao mesmo tempo em que aumenta a arrecadação aumenta as despesas para que o município forneça condições para essas demandas se estabelecerem. O certo é que todos pagam de alguma forma o preço do progresso e da crescente urbanização da área.

Mas o que se observa de mais concreto na região é a diferença que existe entre uma cidade do interior do estado do mesmo tamanho e proporção com a cidade de Rio Quente. Existem características de cidades maiores e elas se mostram na medida em que se circula nas ruas e flats que estão ali presentes. Uma grande quantidade de turistas e de comércio relacionado a atividade turística é uma constante neste pequeno município que tem no seu entorno um grande Resort.

4.3: O Turismo como solução econômica para as cidades – O Caso da cidade de Rio Quente - GO.

As transformações recentes que as atividades turísticas ligadas ao mercado imobiliário impõem a estrutura urbana das cidades que tem potencial turístico no Brasil se vinculam as mudanças que se processaram mundialmente a partir de fins dos anos 1960, definida por muitos autores como globalização.

> Fundamentalmente, (a globalização) a integração mais estreita dos países e dos povos do mundo que tem sido ocasionada pela enorme redução de custos de transporte e de telecomunicações e a derrubada de barreiras artificiais aos fluxos de produtos, serviços, capital, conhecimento e (em menor escala) de pessoas através de fronteiras. (Stiglitz, citado em SENE, 2004, pág.42).

Uma das principais conseqüências desse processo pode ser percebida através da reestruturação econômica. A partir da crise de acumulação do capitalismo, o enfraquecimento dos estados nacionais redefine a arrecadação dos governos, tanto estaduais como municipais. A competitividade passa, dessa maneira, a ter grande importância no planejamento das cidades, deixando de ser característica específica das empresas.

As cidades passam a competir entre si por recursos e atividades que variam dos investimentos estrangeiros, alocação de matrizes e instituições internacionais, ao turismo e a realização de eventos.

É nas cidades que essas transformações ficam bem mais evidentes, pois os administradores urbanos passam a desenvolver uma nova forma de produzir e se apropriar do espaço urbano.

O processo de planejamento urbano integrado e dos planos diretores (os masters plans que caracterizam o período de hegemonia do urbanismo modernista) está aos poucos sendo substituído por outro que prioriza a adoção de Grandes Projetos de Desenvolvimento Urbano (GPDU), projetos estes que dão grande visibilidade à cidade e aos governos que as implantam. “Os espaços assim requalificados atendem, sobretudo, a interesses dos atores hegemônicos da

economia e da sociedade, e assim são incorporados plenamente as correntes de globalização". (Santos, 1994, pág.51)

O plano está dando lugar para o projeto de intervenções pontuais e dessa maneira as cidades têm enfrentado um processo de desenvolvimento seletivo e excludente. As intervenções urbanas têm, assim, transformadas consideravelmente o espaço intra-urbano das cidades.

> (...) ele [urbanismo contemporâneo] permite a gestão da cidade segundo uma lógica neoliberal, cuja prática urbanística passa a ser fragmentada e dispersa, de acordo com as oportunidades, as vantagens competitivas e as respostas de um mercado consumidor cada vez mais globalizado, embora de expressões localizadas como, por exemplo, na instituição de espacialidades propícias para novos pólos financeiros e imobiliários transnacionais, ou de intenso turismo cultural-recreativo. (RIO, 2001)

Dentro dessa nova realidade, o turismo passa a ser visto como uma importante atividade econômica e começa a ser implementada fortemente em muitas e variadas cidades. A vantagem desse tipo de atividade é o retorno rápido e a grande possibilidade de atrelar os investimentos públicos a investimentos privados, reduzindo assim, a contrapartida estatal.

Dessa maneira, "o turismo passa mundialmente a se posicionar como uma das atividades de maior contribuição ao Produto Interno Bruto, com uma participação estimada em 10,15% do PIB global e indireto, em 1994, conforme a Organização Mundial do Turismo (OMT)". (Coriolano, 1998, pág.78)

Para isso, espaços turísticos começam a ser produzidos com a elaboração de discursos e coisificação de lugares. A leitura, que o turismo faz das cidades, através da indústria que o alimenta – caso, diretamente envolvidas, as operadoras e agências de turismo -, é a de uma seleção programada – a apresentação da cidade através de aspectos e lugares escolhidos e retirados da dinâmica cotidiana e orgânica da cidade como lugar. (...) Essas formas de consumo reinventam a cidade, produzem um desarranjo entre tempo e espaço, uma mistura dos tempos e dos espaços, numa seleção sedutora. O que garante a identidade da cidade consumida como mito. (Damiani apud Rodrigues, 1999, pág. 46).

Os espaços metropolitanos são os principais alvos desse processo em conseqüência de sua densidade sócio-cultural e econômica e pela concentração de

recursos públicos existentes. A área litorânea também tem grande valor de marketing turístico assim como aquelas que apresentem uma natureza exótica.

No Brasil os impactos de todas essas mudanças se fazem sentir somente a partir do inicio dos anos 1980, intensificando-se nos anos 1990 através de novas formas de planejamento urbano desenvolvidas no país. As políticas públicas passam a valorizar espaços com a ampliação de infra estrutura urbana e de transporte voltadas para a implementação da atividade turística. É importante salientar, entretanto, que os investimentos turísticos que se dão inicialmente a partir de políticas públicas, passam a ter incorporados a eles também o capital privado, tanto nacional quanto internacional. Esse processo traz transformações para a economia dos estados e municípios que tenham alguma fonte de atração turística.

Os impactos dessa transformação podem ser percebidos também na reestruturação do mercado imobiliário, que aliado ao capital estrangeiro passa a investir nas cidades e lugares. Esses investimentos alteram a lógica de valorização da terra culminando na ordenação do espaço paralelo aqueles de exploração turística.

Essas mudanças geralmente ocasionam um novo processo de urbanização que valoriza algumas áreas e incorporam a construção de empreendimentos e equipamentos que dão suporte ao desenvolvimento do turismo. Os impactos disso se dão a partir da transformação daquelas áreas, recriando a identidade do lugar e produzindo um espaço novo, com novas paisagens, através do surgimento de novos atores sociais, excluindo ou marginalizando os antigos, e gerando novas formas de apropriação do espaço urbano, substituindo antigos usos por novos que atendam às novas demandas.

De acordo com Bernal (2004) a nova articulação do capital financeiro local e o capital financeiro internacional, ligado a atividade turística, vem provocando movimentos numa perspectiva bastante especulativa.

De fato que a dinâmica imobiliária existe independente do turismo, e que impõe impactos consideráveis a estrutura intra-urbana de uma cidade, entretanto, há substâncias que provocam alterações em seu comportamento a partir da inserção da atividade turística e com a incorporação do capital estrangeiro. As mudanças naquela dinâmica têm, dessa forma, redimensionadas: seu papel, suas estratégias,

seus investimentos, a valorização da terra e conseqüentemente a forma de ocupação sócio-espacial urbana.

Nesse contexto, o processo de ocupação das cidades, que estava condicionado a um ritmo ditado pela própria aglomeração urbana e seu crescimento demográfico interno, é rompido por essa nova lógica de ocupação. O modelo centro-periferia de crescimento urbano cede lugar a um modelo fractal, onde a escolha da localização dos empreendimentos esta relacionada ao melhor rendimento, subordinando-se, assim, o planejamento urbano a valorização capitalista do espaço.

Ainda segundo Bernal (2004), esse processo cria formas mais intensa de ocupação em determinadas áreas, gerando assim “ilhas de ocupação”. Os investimentos estatais é que fazem a ligação entre elas através da provisão de infra-estrutura, parte essencial das políticas de turismo. O espaço urbano começa, então a fragmentar-se. As mudanças caracterizam-se também pela tipologia das construções, uso das edificações e ocupação dos terrenos. Inicialmente é fundamental destacar as transformações ocorridas com as segundas residências. Essa caracterização é importante visto que esse tipo de edificação “é expressão da lógica da valorização dos espaços em consonância com a racionalidade de fragmentação contemporânea da região” (Assis, 2006). A expansão mundial desse tipo de moradia, a ocasional é conseqüência, entre outros fatores, do aumento da atividade turística, de acordo com Assis (2006). O perfil dos turistas tem se transformado nos últimos anos, e aqueles que antes preferiam hospedar-se em hotéis, preferem hoje possuir uma casa ou um flat para veranear. Dessa maneira, os antigos loteamentos de segunda residência, característicos dos anos de 1970 e 1980 assumem novas características. Os antigos proprietários dessa tipologia de habitação, a partir da valorização da terra conseqüente de todo o processo, não tem mais condições financeiras de sustentar esses imóveis. Muitos moradores locais também são atingidos por todo esse processo.

Há então, a substituição dos antigos proprietários, e moradores, por novos, caracterizados por investidores locais de alto padrão econômico ou investidores estrangeiros, que utilizavam os imóveis durante alguns meses e o restante do ano alugam, gerando renda. Essa nova prática, caracterizada por alguns autores como turismo residencial, faz surgir equipamentos novos como: condomínios fechados, flats etc.

Em segundo lugar, destacamos também a substituição de muitas unidades habitacionais e espaços de uso público por equipamentos, empreendimentos e infra-estrutura para abrigar serviços de apoio à atividade turística. Há, dessa forma, o surgimento de hotéis, resorts, parques temáticos, equipamentos de lazer etc. que terminam por se apropriar daqueles espaços de uso público, modificando a paisagem e privatizando lugares.

No município de Rio Quente, toda essa atividade de pessoas que tem ali uma segunda residência, gera conseqüências de várias modalidades. Muitas delas nem percebidas por qualquer olhar, só com o estudo de dados é possível ver até onde isso traz conseqüências para a gestão pública municipal. Uma delas é com a arrecadação de um imposto chamado ISS – Imposto Sobre Serviços. Até pouco tempo o ISS era preocupação apenas de alguns municípios com maior população, como Goiânia, Aparecida de Goiânia, Anápolis, Caldas Novas etc.

No entanto, a falta de recursos municipais vem fazendo com que os prefeitos comecem a descobrir a importância do ISS para compor as receitas de uma gestão municipal. Com dados do exercício de 2006, temos três municípios goianos com arrecadação do ISS superior a receita do ICMS.

Gráfico 07: **Tabela de valores de arrecadação de impostos dos municípios goianos.**

MUNICIPIO	ICMS	ISS	% DO ISS/ICMS
ALTO HORIZONTE	R$467.134,18	R$2.198.065,21	470,54%
RIO QUENTE	R$538.992,64	R$ 2.295.787,62	425,94%
GOIANIA	R$155.555.155,66	R$190.566.365,49	122,51%

Fonte: Tribunal de Contas dos Municípios GO.
Org.; GOMES, N. G. U. , 2009

Esses dados nos ajudam a entender como a mão de obra composta por prestadores de serviços, envolvidos com a montagem e manutenção de todos esses imóveis é grande e importante fonte de divisas para o município.

Com a política do resort de adotar a prestação de serviço de terceiros na maioria dos serviços prestados dentro da empresa também colabora com essa grande arrecadação, já que esse tipo de imposto é obrigatório na emissão das notas fiscais de prestação de serviço.

Com essas características distintas o município se destaca, quando se trata de arrecadação e, portanto de geração de rendas. Para se ter uma idéia, Rio Quente e Goiânia são os melhores municípios para se viver em Goiás. È o que aponta o Atlas da Exclusão Social no Brasil, organizado pela UNICAMP, Universidade de Campinas e pela USP, Universidade de São Paulo, resultado de um estudo ainda mais abrangente do que o que calcula o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

A pesquisa mostra Goiás bem distante do Distrito Federal em qualidade de vida e grau de inclusão social. Enquanto Rio Quente ocupa o 50 lugar no ranking nacional, Brasília esta em 15 posição. Goiânia é a 53 colocada. Chapadão do Céu, apontado pelo IDH como o melhor do Estado é um dos 100 melhores municípios para se viver no País, caiu para terceiro lugar no estado e 328 no País.

Esses índices servem para ajudar a ressaltar a importância da atividade turística gerada pelo resort para o município. Essa rede ordenada, coesa que envolve a circulação de pessoas, produtos e informações foi se construindo em função do resort e não em função desse município.

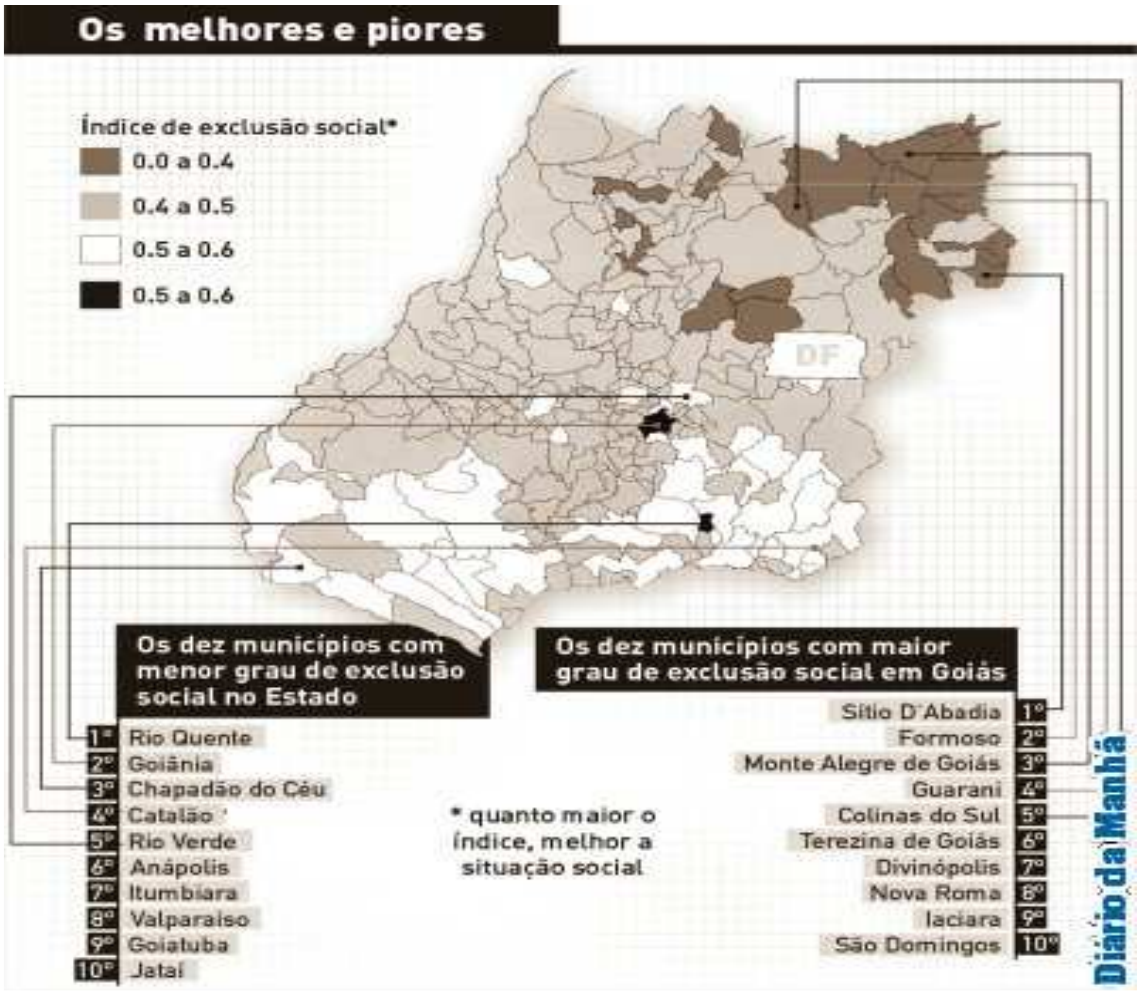
Todo um sistema de transporte se estabeleceu na região em função desse resort, tanto para a circulação de produtos consumidos em suas dependências como o de pessoas que dependem do resort para trabalhar, assim como os turistas e toda a geração de negócios que esta atividade proporciona.

Com essas características de interdependência os conflitos sempre aparecem e a discussão das responsabilidades geradas é intensa, tanto por parte do poder público como por parte da administração do resort. Embora os índices econômicos do estado apontem Rio Quente com o menor grau de exclusão social, como podemos verificar no mapa a seguir, esses dados escondem problemas graves para os moradores e para as autoridades.

O município por suas características físicas já é promotor da exclusão social. Um município separado, partido, tanto físico como em seus interesses e meios de sobrevivência. Característica de exclusão social mais gritante em sua geografia é impossível a medida que seu centro geográfico dista mais de 6 km de seu maior centro comercial e gerador de renda. Onde o interesse de um bairro se prevalece sobre todos os outros, e onde os interesses de uma grande empresa se sobrepõem aos demais pelo poder econômico.

Todas essas prerrogativas fazem de Rio Quente um município único no cenário nacional. Embora suas características de cidade com potencial turístico estejam aí presentes, outras características únicas também o fazem particular.

Figura 48: **Mapa de exclusão social do estado de Goiás.**



Fonte: Diário da Manhã, 27/07/2006

Org. GOMES, N. G. U. , 2009

Estes contrastes entre dados e a realidade são o maior problema para se estudar uma comunidade como esta. Os dados são relevantes e traduzem uma economia forte e complexa, ao mesmo tempo em que as visitas no local mostram uma comunidade dividida e sem uma identidade única. Dois mundos em um mesmo local.

O turismo ao mesmo tempo em que desenvolveu um bairro afastou e excluiu a comunidade nativa enterrando com a superioridade do poder econômico

suas tradições e lembranças, modos e costumes. Essas características que fazem uma comunidade se reconhecer em seu território foram sumindo a medida que os turistas foram chegando. Com essa nova movimentação em torno da atividade turística o bairro Esplanada e o centro do município que já eram distantes geograficamente se tornaram distante também em seus modos e costumes. A comunidade de moradores trata esse pedaço do município como outra terra. Terra essa que não pertence a eles.

Ao mesmo tempo em que a comunidade de uma forma geral vive a parte da existência do grande resort e toda a movimentação que existe em seu redor, o resort faz a mesma coisa ignorando os problemas que ele mesmo acarreta. É uma luta constante entre o poder público municipal e a administração da empresa para ver quem é o responsável por serviços e custos gerados pelo turismo e suas implicações.

Essa constante tensão se apresenta de várias formas no cotidiano das comunidades locais. A responsabilidade por certos cuidados e obrigações muitas vezes tem que ser impostas de ambos os lados de maneira que a constante discussão sobre quem tem que arcar com custos e responsabilidades é freqüente.

Em várias ocasiões denúncias de abusos por parte do resort chegam até a mídia e a população se vê obrigada a manifestar o descaso e a parcialidade da prefeitura para as faltas que este comete. Como é o caso dessa reportagem que foi apresentado pelo Jornal CNN de Caldas Novas GO em 11 de fevereiro de 2009, denunciando a existência de um esgoto que saia das instalações da Pousada do Rio Quente Resort e corria a céu aberto nas áreas verdes que cercam o bairro Esplanada no município de Rio Quente.

Segue e transcrição da reportagem:

“Nesta ultima terça feira (10), nossa equipe de reportagem esteve no município de Rio Quente no bairro Esplanada, a 27 km de Caldas Novas, onde abriga um dos maiores Resorts do Brasil.

O que testemunhamos é uma das maiores agressões já vistas ao meio ambiente. Um verdadeiro braço de esgoto, fezes e urina, está a céu aberto ladeado a uma caixa estourada de cimento e vários canos quebrados denunciando o descaso.

Os dejetos expostos estão provocando mau cheiro em todo bairro Esplanada que fica a Pousada do Rio Quente, podendo ser sentido por turistas e moradores, causando grande desconforto e constrangimentos. Nossa equipe esteve no local e constatou a denúncia e posteriormente procurou a secretaria do Meio Ambiente e não encontramos o secretário, mas fomos informados por sua assessoria que desde ontem (10), medidas estavam sendo tomadas, fato que não foi constatado no local.

A mesma assessoria da secretaria também nos informou que o problema seria do Resort (antiga Pousada do Rio Quente). Procuramos o Resort, que por sua vez através de sua assessoria em São Paulo, nos informou que a responsabilidade esta a cargo da Prefeitura Municipal de Rio Quente desde 2006 conforme lei municipal específica.

UMA TRAGICA HISTORIA ANTIGA

A história desta agressão vem sendo arrastada por muitos anos... Segundo informações de moradores daquela região, não é de hoje que este esgoto fica exposto causando danos e severos impactos ao meio ambiente. Há anos atrás outras pessoas também foram percussoras lutando contra os desmandos para tentar sanar este antigo problema, que pelo constatado não adiantou em nada!

Uma historia de empurra entre o resort e o município se tornou antiga e até hoje ninguém assumiu os prejuízos causados ao meio ambiente. Moradores nos informaram que aproximadamente um ano o esgoto era responsabilidade da Pousada, a qual construiu a rede de esgoto, sendo assim isentada de taxas municipais pertinentes. O acordo acabou com a Pousada entregando a tal esgoto para a prefeitura Municipal.

Os problemas já aconteciam aí que ficaram ainda pior.... A Prefeitura passou a alegar que não daria nenhum suporte, pois a Pousada entregou a rede de esgoto em estado degradante causada pela falta de manutenção e abandono. A Pousada também não faria nada, pois a Prefeitura assumiu a rede de esgoto em 2006 sem questionamento ou tal exigência.

Um verdadeiro jogo de empurra, e quem paga mais uma vez é a população e comerciantes, devido ao odor e exposição de dejetos emitidos causando grande impacto ambiental – Um crime contra a natureza. Procuramos também o Ministério Público na pessoa do Promotor de Justiça Delson Leone, responsável pelo meio

ambiente a qual garantiu para nossa reportagem e a população que medidas enérgicas serão tomadas por sua promotoria e que a resposta será dada em tempo.

Não conseguimos porque com tanto tempo de descaso as autoridades não tenham tomado medidas drásticas, pois o que presenciamos e sentimos não é digno de um bairro nobre que abriga um resort de tamanho e porte.

"Esgoto a céu aberto", estamos acostumados a ver em favelas que não tem saneamento básico, mas na Esplanada do Rio Quente? Palco de grandes empreendimentos – chega a ser uma piada de muito mau gosto. Agora fica a pergunta! Quem vai assumir a degradação e aos prejuízos causados ao meio ambiente?

Estaremos de olho e acompanhando."

Figura 49: **Matéria de capa publicada no jornal CNN, em Caldas Novas, Fevereiro de 2009**



CNN NOTÍCIAS

O maior Diário do Interior Goiano

Ano: 16 | Edição: 2350 Fones: (64) 3453-3275 / 3454-4048 Caldas Novas - GO, quarta-feira, 11 de Fevereiro de 2009 www.jornalcnn.com.br | jornalcnn@ibest.com.br | Valor do exemplar R$ 1,00

MEIO AMBIENTE

Rio Quente em estado de alerta!

Nesta última terça-feira (10), nossa equipe de reportagem esteve no município de Rio Quente no bairro Esplanada, a 27 km de Caldas Novas, onde abriga um dos maiores resorts do Brasil. O que testemunhamos é uma das maiores agressões já vista ao meio ambiente. Um verdadeiro braço de esgoto, fezes e urina, está a céu aberto ladeado a uma caixa estourada de cimento e a vários canos quebrados denunciando o descaso. PÁGINA 3

Fonte: CNN, Caldas Novas Notícias, 11/02/2009

Org.: GOMES, N. G. U., 2009

Diante deste exemplo podemos verificar como é conflitiva e intensa essa relação entre os poderes públicos e privados nesta localidade. Quem se apropria do espaço de quem? E principalmente quem arcar com os custos de tais invasões? O que foi percebido durante todo o tempo da pesquisa é que na verdade as duas localidades se servem dessa situação de interdependência e de troca mútua tanto

dos problemas quanto das vantagens que essa atividade turística gerada pela existência e consolidação do resort impôs para a região. Já que não é somente o município de Rio Quente que se aproveita desses eventos criados.

Exploração desde o valor da terra até do nome e marca do resort existe em toda a região, ao mesmo tempo em que se criou uma estrutura que explora os turistas e tudo que ele traz consigo ao longo da rede de acesso e consolidação da empresa.

O valor da existência do resort é muito alto para a região, ao mesmo tempo em que todo o desenvolvimento da região consolidou a importância da empresa como uma das maiores desse segmento no território nacional.

Figura 50: **Matéria do Jornal CNN, edição de 11/02/2009.**



nossa equipe de reportagem esteve no município de Rio Quente no bairro Esplanada, a 27 km de Caldas Novas, onde abriga um dos maiores resorts do Brasil.

O que testemunhamos é uma das maiores agressões já vista ao meio ambiente. Um verdadeiro braço de esgoto, fezes e urina, está a céu aberto ladeado a uma caixa estourada de cimento e a vários canos quebrados denunciando o descaso.

Os dejetos expostos estão provocando mau cheiro em todo bairro Esplanada que fica a Pousada do Rio Quente, podendo ser sentido por turistas e moradores, causando grande desconforto e constrangimentos. Nossa equipe esteve no local constatou a denúncia e posteriormente procurou a Secretaria de Meio Ambiente e não encontramos o secretário, mas fomos informados por sua assessoria que desde ontem (10), medidas estavam sendo tomadas, fato que não foi constatado no local.

A mesma assessoria da secretaria também nos afirmou que o problema seria do Resort (antiga Pousada do Rio Quente). Procuramos o Resort, que por sua vez através de sua assessoria em São Paulo, nos informou que a responsabilidade está a cargo da Prefeitura Municipal de Rio Quente desde 2006 conforme lei municipal especifica.

Fezes, urina e dejetos expostos a céu aberto.

Rede de esgoto sem manutenção atravessa mata aos pés da Serra de Caldas.

Esgoto exposto no meio da mata

UMA TRÁGICA HISTORIA ANTIGA

A história desta agressão vem sendo arrastada por muitos anos... Segundo informações de moradores daquela região, não é de hoje que esse esgoto fica exposto causando danos e severos impactos ao meio ambiente. Há anos atrás outras pessoas também foram percussoras lutando contra os desmandos para tentar sanar este antigo problema, que pelo constatado não adiantou em nada!

Uma história de empurra entre o Resort e o município se tornou antiga e até hoje ninguém assumiu os prejuízos causados ao meio ambiente. Moradores nos informaram que aproximadamente um ano o esgoto era de responsabilidade da Pousada, a qual construiu a rede de esgoto, sendo assim isentada das taxas municipais pertinente. O acordo acabou com a Pousada entregando o tal esgoto para Prefeitura Municipal.

Os problemas já aconteciam, aí que ficaram ainda pior... A Prefeitura passou a alegar que não daria nenhum suporte, pois a Pousada entregou a rede de esgoto em estado degradante causada pela falta de manutenção e abandono. A Pousada também não faria nada, pois a Prefeitura assumiu a rede de esgoto em 2006 sem questionamento ou tal exigência.

Um verdadeiro jogo de empurra, e quem paga mais uma vez é a população e comerciantes, devido ao odor e exposição de dejetos emitidos causando grande impacto ambiental – Um crime contra a natureza. Procuramos também o **Ministério Público** na pessoa do Promotor de Justiça Delson Leone, responsável pelo meio ambiente a qual garantiu para nossa reportagem e a população que me didas enérgicas serão tomadas por sua promotoria e que a resposta será dada em tempo.

Não conseguimos entender porque com tanto tempo de descaso as autoridades não tenham tomado medidas drásticas, pois o que presenciamos e sentimos não é digno de um bairro nobre qu abrigada um resort de tamanho porte "Esgoto a céu aberto", estamos acos tumados a ver em favelas que não ten saneamento básico, mas na Esplanad do Rio Quente? Palco de grandes empre endimentos - chega a ser uma piada d muito mau gosto. Agora fica a pergunta Quem vai assumir a degradação e ao prejuízos causados ao meio ambiente Estaremos de olho e acompanhando.

Delson Leoni - Promotor de Justiça - responsavel pelo Meio Ambiente.

Fonte: Jornal CNN. 2009.

Org.: GOMES, N. G. U. , 2009

Como foi visto até aqui estas relações conflitivas acontecem em todos os momentos e nas mais variadas e dinâmicas formas. O que se percebe é que os dois lados dessa competição se beneficiam dessa relação e que sem um ou outro

elemento desse conflito, não existiria o resort, pois este não conseguiria se manter e crescer sem o apoio de um município para dividir obrigações e se beneficiar de uma infraestrutura proporcionada pela existência de uma municipalidade vizinha a seu território.

Rio Quente por sua vez não estaria onde está em relação as suas finanças e crescimento sem a existência do resort que proporciona um reconhecimento nacional e a procura por uma grande quantidade de pessoas do Brasil e do mundo.

Isso logicamente propicia a geração de renda e empregos e oportunidades para todos os seus habitantes e para aquelas pessoas que ali procuram uma oportunidade de trabalho e obtenção de renda. O município a medida que entra no cenário turístico regional, e nacional recebe juntamente com esses visitantes, variadas formas de arrecadação e geração de negócios e oportunidades.

Ao mesmo tempo em que o resort é um peso a se carregar, devido á grande demanda de serviços por ele gerados, ele também é um investimento e gerador enorme de divisas e lucros. O município sabe disso e se apropria ao máximo das vantagens de ter esse resort em sua área. Exploração imobiliária, do comercio e da construção são alguns dos investimentos estimulados pela prefeitura que obtém uma grande quantidade de impostos. Mas o maior desafio enfrentado pelo município está em promover um desenvolvimento sustentável, isto é fazer a cidade crescer, gerar renda e ao mesmo tempo analisar diferentes tipos de problemas ambientais verificáveis no meio urbano em crescimento, de modo articulado, como as várias formas de poluição ambiental, a produção de lixo e rejeitos, as agressões a cobertura vegetal e aos mananciais; ao mesmo tempo não esquecendo as necessidades das populações e os problemas da pobreza.

Estes quesitos são apenas um lado do desafio enfrentado pelo município, já que o crescimento ordenado e a justiça social são uma barreira para o desenvolvimento econômico de uma área que é amplamente explorada pelo turismo e que a maioria dos investidores chega de fora e vem para obter lucro. Esses investidores são atraídos pelo apelo ilusório do resort que coloca na cidade sua marca e faz dela uma expansão de seu território. Na verdade o resort só usa esse território em seu benefício, pouco fazendo pela cidade.

Isto logicamente gera várias conseqüências nem sempre boas para os investidores. O resort promove quase uma propaganda enganosa do município, já que só seus interesses são levados em conta na perspectiva do lucro.

Várias pessoas e empresas se enganam e acham que ira compartilhar esse lucro e de alguma forma lucrar com o resort. As grandes empresas do capitalismo não têm como regra o compartilhamento de seus lucros, mas sim cada vez mais a exploração em seu benefício de todas as possibilidades existentes em seu território.

CONCLUSÃO:

Todos esses dados e informações coletadas durante todo o desenvolvimento do trabalho nos apontam para a observação das relações de poder estabelecidas entre esses dois elementos que ocupam esse mesmo território. O grande resort que de uma maneira muito forte se impõe ao município, subordinando poderes e delegando obrigações até o município se aproveitando da imagem do resort para aumentar suas verbas e se inserir em estatísticas nacionais.

Dificuldades de acesso a informações e dados foram muitas, já que o resort detém um amplo poder e mantêm em sigilo muitos desses dados. Além dessas dificuldades inerentes a pesquisa em si o tema é inédito e muito pouco existe para um suporte teórico.

Mas o poder desse empreendimento se mostrou maior que o esperado a medida que interfere e cria redes próprias em uma grande área. Atua em diversos pontos e assim promove a inclusão e a exclusão de lugares, grupos e interesses.

Durante o trabalho uma crise aérea afetou o país e como conseqüência, os aeroportos para operarem tiveram que adquirir equipamentos. Isso afetou o aeroporto de Caldas Novas que de certa maneira serve quase com exclusividade a Pousada do Rio Quente Resorts. Essa antiga rivalidade pela obtenção da implantação do aeroporto em seus territórios se agravou e serviu para uma enorme guerra de poderes entre os dois municípios, Rio Quente e Caldas Novas. A Pousada que tem um grande fluxo de hospedes usuários desse tipo de transporte teve que mudar seu sistema operacional e passou a fazer o seu fretamento através do aeroporto de Goiânia. Até que forças econômicas interviessem e o governo estadual

liberasse a verba necessária para a compra de equipamentos para que o aeroporto voltasse a operar.

A Pousada pratica uma política de exclusão de assuntos, decisões e administrativo do território goiano. Para tanto tem um escritório central com os seus altos executivos em São Paulo, de onde as maiores e importantes decisões são tomadas e implantadas na gestão dos negócios.

Estudos apontam para os conflitos sociais geralmente presentes onde um grande empreendimento turístico se instala, a atividade turística proporciona a inclusão de alguns, mas acarreta a exclusão de muitos a medida que para se manter na atividade, grandes investimentos têm que ser feitos e com a conseqüente expansão imobiliária com o valor da terra aumentando e empurrando para cada vez mais longe os menos favorecidos.

No caso do município de Rio Quente essa condição é muito marcante a medida que o seu território é claramente dividido e apresenta grandes contrastes. De um lado vizinho ao resort um bairro totalmente verticalizado, com grande fluxo de visitantes, trânsito tumultuado e grande movimentação de pessoas.

De outro lado, distante seis quilômetros uma pequena cidade do interior goiano permanece pacata, sem agitação e com muito pouca movimentação. A administração municipal tem que lidar com essas duas e distintas realidades e tentar oferecer serviços básicos a toda sua diversa população e aos seus inúmeros visitantes, serviços básicos como coleta de lixo, transporte público e equipamentos urbanos básicos têm que ser dimensionados não só para os habitantes, mas também para um crescente número de turistas.

A administração municipal se esforça para atender todas essas demandas e atender ao mesmo tempo as imposições do resort, o que se percebe é que essas são soberanas e inquestionáveis.

Este trabalho proporcionou uma grande conscientização sobre a importância de se observar o mundo de uma maneira mais crítica e interpretativa e abre possibilidades de outros inúmeros estudos com este tema.

As transformações e adaptações dos espaços urbanos são variadas e muitas e cada localidade se molda de uma forma distinta e particular.

Neste caso de Rio Quente o município se adaptou criando dois espaços distintos e independentes na aparência, mas dependentes de uma administração

única e se mantém sob o total domínio de um grande empreendimento turístico de uma forma muito especial e particular conforme anteriormente visto.

Essas particularidades estudadas fazem dessa pequena localidade um local único e muito complexo, diverso nas formas e nos usos. O espaço do cidadão e o espaço dos turistas são compartilhados, mas ao mesmo tempo segregados. O município foi criado para dar suporte a um resort, mas em contra partida com o tempo o resort também proporciona condições para esse município crescer e tentar pelo menos um pouco ser independente.

Estudos posteriores serão necessários para o total entendimento dessas várias particularidades criadas, e que para os caminhos dessas particularidades fossem criados e trilhados ao longo da história do município. As considerações aqui colocadas e estudadas são importantes para o entendimento do município de Rio Quente, da Pousada do Rio Quente Resorts e das redes envolvidas nessa relação.

Redes complexas e interligadas, relacionadas diretamente com o crescimento e posicionamento no cenário nacional de uma região, onde o turismo gera renda, empregos, muda a paisagem e impõe novas configurações a lugares.

Ao mesmo tempo em que toda essa atividade gera renda e inclui essa localidade, também exclui seus habitantes e seus costumes.

A região é cenário de grandes e intensos contrastes econômicos, sociais e culturais, como foi demonstrado.

Referências Bibliográficas:

ARAÚJO, T.B. de. **Ensaios sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan/Fase, 2000.

BOULLÓN, R. C. **Planejamento de espaço turístico**. São Paulo: USC, 2002.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede. A era da informação: economia, sociedade e cultura**.Tradução Roneide Venâncio Mafer. São Paulo: Paz e Terra, 1999. vol.1.

CASTRO, I. E. de, **Imaginário político e território: natureza, regionalismo e representação**. In: CASTRO I. E. de; GOMES, P.C. da C.,CORRÊA, R. L.(orgs.) in: **Explorações geográficas: percursos no fim do século. Rio de Janeiro**: Bertrand, 1997.

CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO DE CALDAS NOVAS. Prefeitura Municipal de Caldas Novas. Caldas Novas 2007.

CORREA, R.L. (org) **Geografia, conceitos e temas.** Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1995.

_____. **A rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

CORIOLANO, L.N.M.T**. Do local ao global. O turismo litorâneo Cearens**e.Campinas, São Paulo. Papirus.1998.

DAMIANI, A.L. et AL. (orgs) **O espaço no fim do século: a nova raridade**. São Paulo, Contexto.1999.

DIAS, L.C. **Redes emergências e organização**. In CASTRO, I.E., GOMES P.C.C. e SENAC. Departamento Nacional. Pioneiros da Hotelaria: Rio de Janeiro. Poyares. Rio de Janeiro, 1987.

DUPAS, G. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego estado e o futuro do capitalismo.** São Paulo. Paz e Terra.1999.

FAISSOL, S. **O espaço, território, sociedade e desenvolvimento Brasileiro**, In: FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA – IBGE, Rio de Janeiro, 1994.

IBGE. **Indicadores sociais, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas, municípios com mais de 100.000 habitantes**. MASSENA, R.M. (org) Rio de Janeiro. IBGE, departamento de estatística e indicadores sociais. 1988.

IGNARRA, Luiz R. **Fundamentos do Turismo**. São Paulo, SP: Pioneira, 1999.

IPEA. **Relatório sobre desenvolvimento humano**. 1996

LEIS, H. R. **Fundamentos do turismo**. São Paulo; Pioneira.1999.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes. 1991

LICKORISH, L.J., Jekins, C.L.2000. **Introdução ao turismo**. Trad. Fabíola de Carvalho S. Vasconcellos. Rio de Janeiro: Campus.

MARTINE, G. ET AL. **A urbanização no Brasil: retrospectiva, campo mentes e perspectivas**. In: **Para a década de 90; prioridades e perspectivas de políticas publicas**. Brasília: IPEA/IPLAM. 1990.

MOTTA, Diana M. e AJARA, C. **Rede urbana Brasileira – hierarquia das cidades**. Curso de gestão urbana e cidade EG/FJP – WBI – PBH – ESAF – IPEA, ago 1999.

OMT, Organização Mundial do Turismo- **Introdução ao turismo,** traduzido por Dolores Martin Rodriguez Córner, São Paulo: Roço, 2001, p.37

OLIVEIRA, H.A. **Uma reflexão histórica do turismo:** o caso de Caldas Novas (1970- 1990). 2001. 133 f. Dissertação (Mestrado em História das sociedades agrárias). Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2001.

RUSCHMANN, Dóris van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente.** Campinas,SP: Papirus, 1997.

SANTOS, M. **A natureza do espaço, técnica e tempo. Razão e emoção**. 2ed. São Paulo. Hucitec. 1997

_____. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec.1978.

_____. **Espaço e sociedade**. Petrópolis: Vozes. 1979.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Hucitec. 1987

_____. **Por outra globalização: Do pensamento único á conscientização universal**. São Paulo: Record. 2000.

SPOSATI, A. **Mapa de exclusão/inclusão social de São Paulo**: Educ. 1996.

_____. "**exclusão abaixo da linha do equador**". Palestra: PUC.

SPOSITO; M.E.B. **A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais**. In: DAMIANI, A.L., CARLOS, A.F.A. , SEABRA, O. C.L. (Orgs) **O espaço no fim do século: a nova realidade**. 2 ed. São Paulo: Contexto 2001.

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRÂNSITO. Prefeitura municipal de Caldas Novas,

RODRIGUES, A. B**. Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. (org.) **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais.** 2°Ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

ENDEREÇOS ELETRÔNICOS:

CALDASONLINE, 2006. Disponível em: <www. Caldasonline.com.br> Acesso em: maio 2007.

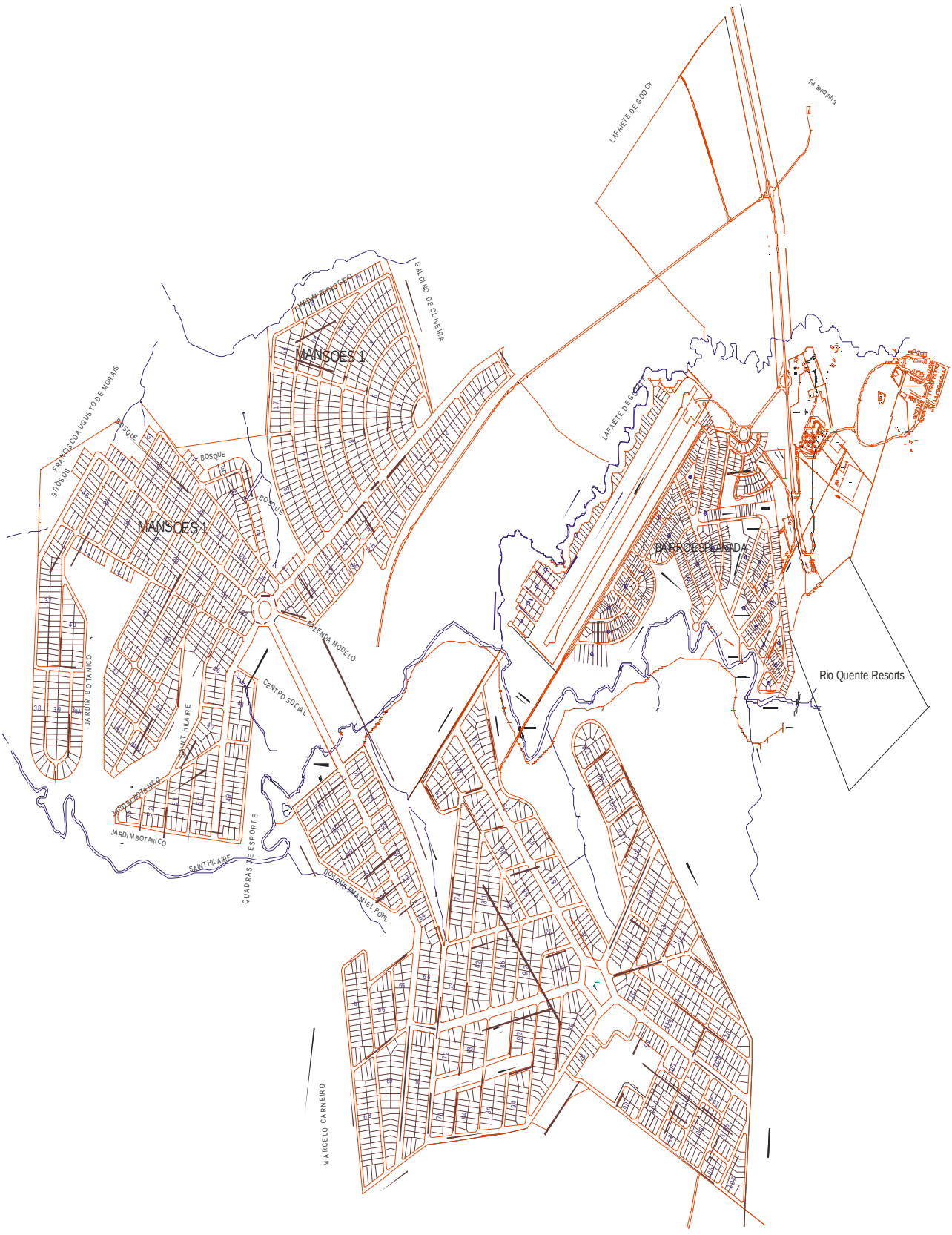
IBGE.2001. Disponível em www.ibge.gov.br Acesso em: julho 2007.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CALDAS NOVAS, 2007. Disponível em: <www.caldasonline.com.br> Acesso em: junho 2007.

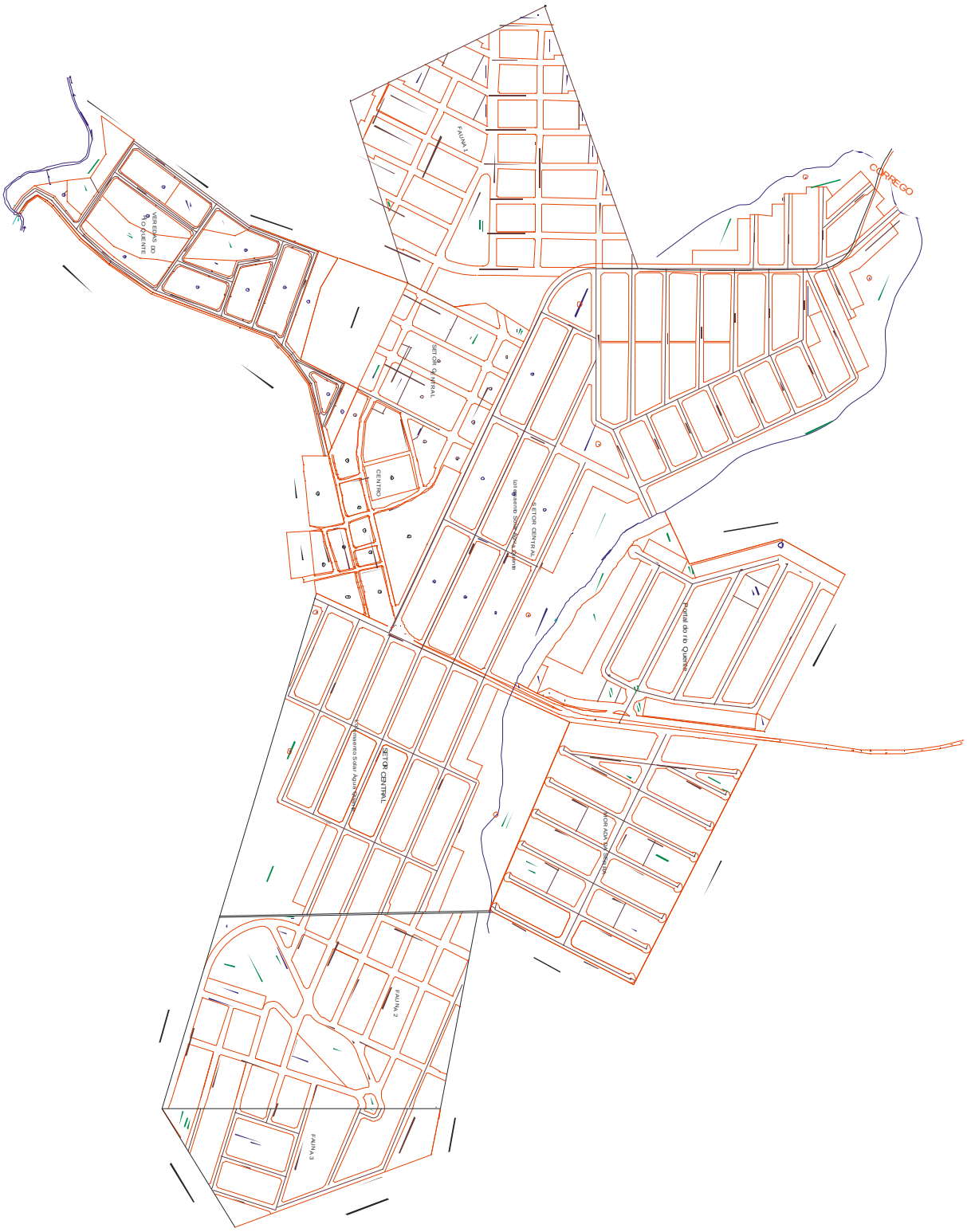
Revista Turismo Caldas Novas: Disponível em: <http://www.revistaturismo.com.br/Dicasdeviagem/caldasnovas.htm> Acesso em: julho 2007.

ANEXOS

Mapa Rio Quente Bairro Esplanada , Escala 1:250.00



Mapa Rio Quente, Setor Central. Escala 1: 250.000



Histórico Rio Quente Resorts.

1964	Construção das primeiras vinte unidades para atendimento dos turistas
1964	Lançamento da Pousada do Rio Quente no mercado
1965	Constitui-se a vale do Rio Quente Turismo S\A VALETUR – com escritório na Rua 3 n°1016- Galeria do Cine Ouro
1966	Constitui-se a Estância Cabanas do Rio Quente
1966	A Companhia Thermas do Rio Quente amplia suas instalações, construção do Hotel Pousada, com 100 apartamentos
1971	Ampliação do Hotel Pousada, construção de mais dois prédios
1977	Inauguração do Hotel Turismo, primeiro 5 estrelas do estado de Goiás, jardins projetados por Burle Marx
1979	GA AlGAR e GEGEPAR, que adquirem io da empresa
1981	VALETUR se transfere para São Paulo. Avenida Brigadeiro Faria Lima n°1575
1981	Filiação da VALETUR ao Sindicato das Empresas de Turismo (SNEA) e inicia suas operações rodoviárias com saídas da cidade de São Paulo com ônibus convencional
1983	VALETUR obtém sua inscrição junto á EMBRATUR (Empresa Brasileira de Turismo)
1983	Afim de atender a normas da EMBRATUR, a Valetur altera sua razão social para Vale do Rio Quente Turismo S\A Agência de Viagens e Turismo. Constitui a filial de Brasília, na Galeria do Hotel Nacional
1985	Reforma do Parque das Fontes, Lanchonete, Brasserie, toldo do Bosque
1985	VALETUR transfere sua sede para a Av. Paulista 1776

1986	A VALETUR associa-se á IATA (International Air Transport Association) e lança sua primeira operação de vôo chater pousando na pista da Pousada do Rio Quente
1988	O distrito de Rio Quente emancipa-se mediante plebiscito popular e torna-se município
1988	A VALETUR substitui em suas operações rodoviárias os ônibus convencionais por ônibus leitos
1990	Alteração da razão social da VALETUR para Vale do Rio Quente Agência de Viagens e Turismo Ltda
1991	A VALETUR se transfere para a Avenida 9 de Julho 4634 em São Paulo
1992	A VALETUR substitui em suas operações aéreas Oe equipamentos de Fokker 27 para Fokker 50
1994	A Pousada do Rio Quente Resort, compra dezoito unidades de apartamentos e uma sala no Condomínio Recanto das Águas Quentes , organizado sob a forma de apart-hotel, e a empresa passa a ter o controle administrativo do negócio.
1995	A VALETUR substitui os Fokker 50, pelos Fokker 100, com capacidade para 108 passageiros. Os pousos e decolagens são realizados no Aeroporto Santa Genoveva em Goiânia
1996	Inauguração do aeroporto de Caldas Novas, onde passam a serem feitos os pousos e decolagens das aeronaves que são fretadas pela VALETUR
1997	Inauguração do Hot Park e início do plano de aumentar os parques do complexo
1998	Em Agosto a BVQT realiza auditoria inicial verificando a conformidade dos

	padrões da empresa com s requisitos da ISSO 9002, que indica a Companhia Thermas do Rio Quente e a Vale do Rio Quente Agência de Turismo Ltda á certificação ISSO 9002.
1999	Inauguração do largo da Ponte, local onde concentraram atrativos como Fotos de Época, cafeteria, acesso ao mergulho Ecológico, Quiosques para venda de créditos, dividindo o parque das Fontes do Hot Park.
2000	Janeiro é realizado o segundo dia “D”. Nele é decidida a implantação do Sistema de gestão Ambiental NBR ISSO 14001 Inauguração da ampliação do Hot park, completando seis toboáguas, sendo 3 pistas Acqua River, 3 pistas Acqua Race, que caem em 2 piscinas de chegadas. Julho inauguração do Hotel Rio Quente Suíte & Flat, com 60 apartamentos, organizado sob a forma de Apart hotel, e a empresa assume o controle administrativo e a gestão do negócio.
2001	Junho é realizado a auditoria inicial pela BVQI, conforme NBR ISSO 14001. Inauguração de outro bloco do Hotel Rio Quente Suíte & Flat com mais 60 apartamentos.
2002	Inauguração do Clubinho da Criança, ampliação do Bar e Restaurante do Cerrado, e construção de uma piscina no Parque das Fontes.

Tabela de preços praticados no Resort em fevereiro de 2009.

Valores e Horários	Hot Park e Praia do Cerrado
Alta temporada e feriados prolongados Horário	Janeiro, Julho e feriados Prolongados 9.30min. às 17.00 h.
Baixa temporada Horário	Outros meses 9.30 min. às 17.00 h.

Dias de Funcionamento	Todos os dias exceto quintas-feiras
Funcionamento das Atrações	Todos os Brinquedos funcionam das 10.00 às 17.00 h. às segundas – feiras os toboáguas e o Halfpipe fecham das 12.00h. às 14.00h.
Hospedes	Livre acesso aos parques

RESTAURANTE HOT PARK:

- Buffet self service á vontade, incluso água, suco, refrigerante e sobremesa.
- Valores Adulto (à partir de 12 anos) R$ 26,40 e crianças (de 5 a 11 anos) R$13,20
- Fechado às segundas- feiras, em baixa temporada, mas os clientes poderão utilizar o restaurante da Praia do Cerrado com o mesmo serviço de Buffet e valores.
- O restaurante Praia do Cerrado atenderá com o serviço de Buffet mencionado á cima somente ás segundas - feiras, outros dias o serviço é a lá carte (consultar valores no restaurante).

VALORES DOS INGRESSOS:

- Adulto à partir de 12 anos:
- Bilheteria: R$70.00
- Antecipado: R$68.00*
- Grupo: R$60.00**
- Crianças (de 5 a 11 anos)
- Bilheteria: R$52.00
- Antecipado: R$50.00*
- Grupo: R$46.00**
- Melhor Idade (a partir dos 60 anos) R$35.00
- Infantil (de 0 a 4 anos) não pagam
- * Compra Antecipada: em pontos de vendas autorizados.
- ** Valores para grupos com compra antecipada, mínimo 7 dias de antecedência. Ingressos de acesso ao Hot Park e Praia do Cerrado.

PACOTES ESPECIAIS:

Programa Aula..... R$ 60,00
Programa Empresa Adulto..... R$ 72.00
Programa Empresa Criança..... R$ 54.00
Comunidade..... R$ 44.00
Passaporte 2 dias consecutivos..... R$ 92.00
Passaporte 3 dias consecutivos.....R$ 141.00

COMPRA ANTECIPADA:

Consulte condições especiais para grupos (mínimo 20 pagantes) na compra com mínimo de 7 dias de antecedência. Nas lojas Hot Park em Caldas Novas ou na Coordenação de vendas do Hot Park.

POLITICA DE CORTESIA:

Concedida uma cortesia para 01 guia 01 motorista e uma gratuita para cada 20 pagantes.

SEMPRE NO HOT PARK:

- No dia do seu aniversário a entrada é grátis. Apresentar RG na entrada do Parque.
- Desconto de 50% para deficientes físicos (cadeirante), deficiente visual, deficiente auditivo e portador de Síndrome de Dawm (base ingresso individual bilheteria). È obrigatória a apresentação de documentos que comprovem a deficiência.
- Desconto de 50% para gestantes (base ingresso individual bilheteria). É obrigatória a apresentação de documentos que provem a gravidez.
- Pagamentos de ingressos no parque podem ser parcelados em três vezes nos cartões de credito, sem juros. Para compras á cima de R$ 190.00 o parcelamento pode ser feito em até seis vezes.
- Pagamento de consumo no parque parcelado em até três vezes sem juros nos cartões e credito.

IMPORTANTE:

- Melhor idade e sênior: Apresentar RG na recepção do Hot Park.
- Grupo: mínimo 20 pessoas pagantes e pagamento com 7 dias de antecedência.
- Programa Aula (incluso almoço): para escolas do ensino fundamental ou médio (mínimo 20 pessoas). Valores à partir de 5 anos. É obrigatório apresentar lista em papel timbrado da empresa com o nome de todos os integrantes do grupo.
- Programa Empresa: (incluso almoço). Para empresas, instituições, associações, igrejas. Adultos á partir de 12 anos e crianças de 5 a 11 anos. È obrigatório apresentar lista em papel timbrado da empresa com o nome de todos os integrantes do grupo.
- Comunidade: para moradores (a partir de 5 anos) de Caldas Novas, Morrinhos e Rio Quente. Apresentar comprovante de endereço (conta de água/luz, telefone fixo) em nome do comprador que deverá estar presente e irá utilizar o parque. O titular pode adquirir com o mesmo comprovante o seu ingresso e mais quatro.

Passaporte de 2 ou 3 dias consecutivos, á partir de 5 anos, pessoal e intransferível